

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA**

**PRISÃO E TORTURA EM TERRA ESTRANGEIRA:
A COLABORAÇÃO REPRESSIVA ENTRE
BRASIL E URUGUAI (1964-1985)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Gissele Cassol

**Santa Maria, RS, Brasil
2008**

**PRISÃO E TORTURA EM TERRA ESTRANGEIRA:
A COLABORAÇÃO REPRESSIVA ENTRE
BRASIL E URUGUAI (1964-1985)**

por

Gissele Cassol

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Área de Concentração em História Latino-Americana, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **MESTRE EM INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS, Brasil

2008

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Dissertação de Mestrado

**PRISÃO E TORTURA EM TERRA ESTRANGEIRA:
A COLABORAÇÃO REPRESSIVA ENTRE
BRASIL E URUGUAI (1964-1985)**

Elaborada por
Gissele Cassol

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Integração Latino-Americana

COMISSÃO EXAMINADORA:

Diorge Alceno Konrad, Dr.
(Presidente/Orientador)

Enrique Serra Padrós, Dr. (UFRGS)

Selva López Chirico, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 16 de abril de 2008.

Aos protagonistas da História que aqui escrevi, perseguidos políticos,
com admiração e respeito.

Ao mestre Diorge, com profunda gratidão.

À minha família: Rosalino, Geranilda
e Susiele, com amor.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que, por ser pública, gratuita e de qualidade, deu-me a oportunidade de graduar-me e pós-graduar-me em seus bancos.

Ao Mestrado em Integração Latino-Americana (MILA), por permitir-se e permitir-nos pensar a integração e as Relações Internacionais da América Latina a partir de valores calcados na ética humana, na solidariedade, e não penas no capital. Talvez seja por isso que, com o passar do tempo, tenhamos tornado-nos incômodos para alguns... No entanto, nossos princípios continuarão sendo os mesmos, onde quer que estejamos.

Ao mestre Diorge Konrad que, além de ser meu orientador, foi meu parceiro nessa empreitada. Embora a agenda lotada, as poucas horas de sono e o excesso de trabalho, no seu dicionário não existe o “não posso” ou o “não tenho tempo”. Sua simplicidade, integridade e sabedoria são encantadoras: essas foram as maiores lições que dele recebi.

Aos meus pais, por tudo que sou, e sou os dois ao mesmo tempo. Agradeço ao meu pai, Rosalino, de fato, meu primeiro professor (eu, com cerca de cinco anos, demorei pra entender que “os” lia-se “os”, e não “so”, mas ele teve paciência e, vinte anos depois, aqui estou!). Obrigada pelo violão, pelo canto. Obrigada pelo incentivo à minha criatividade através de monjolinhas nas vertentes. Obrigada pela sua retidão moral. Agradeço igualmente à minha mãe, Geranilda, cujo amor sempre foi incomensurável e incondicional. Felizmente, herdei seu senso de praticidade e um pouco do seu talento para cozinhar, mas sei que ela é imbatível não só na cozinha, mas em tudo que faz. Mãe é mãe!

E irmã é irmã. Mas nenhuma no mundo é igual à minha. A Susi, fofinha e lindinha, que torna-se invariavelmente Susiele quando apronta alguma, agüentou no osso do peito a saudade nesses últimos seis anos e esteve sempre à minha espera. A ela agradeço pelo seu amor, o mais puro do mundo.

Ao meu namorado Tomaz Barcellos, pela felicidade que temos compartilhado há quase um ano, por tudo que tem me ensinado sobre o amor – “amor é o ato de doar-se” – , pelos passeios regados a vinho e à ternura e ainda pelo “TE AMO DEMAIS ...”, digitado sorrateiramente, em meio ao texto da dissertação (foi a melhor ajuda que eu poderia ter...).

Ao prof^o Dr. Enrique Padrós e à prof^a Dra. Selva López Chirico, membros da banca examinadora. Ambos maravilhosos, amigos, solícitos e super bem-humorados. A vocês, além da pizza e do chopp, todo meu apreço e gratidão.

À Glaucia Konrad, suplente da banca examinadora, com cuja presença tive o prazer de contar tanto na banca de defesa de monografia de conclusão de graduação como na banca de qualificação desta dissertação.

Com muito carinho, agradeço aos entrevistados Cláudio Gutiérrez e Flávia Schilling por compartilharem comigo um pouco de seus passados. No quebra-cabeça das ditaduras latino-americanas, suas trajetórias são peças fundamentais.

Ao Acervo da Luta Contra a Ditadura, de Porto Alegre, onde pesquisei vários documentos que evidenciam a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai. E à moreninha simpática que lá conheci, Ananda Simões Fernandes, que enviaria dias depois o contato com o Marco Vargas (valeu pelas fotos!).

À Emyr Rechden Barcellos, por ceder-me a carta de Jânio Quadros recebida por seu marido, Luiz Barcellos (*in memoriam*). Quem disse que as sogras não são queridas? A minha é, e muito!

Regozilar-me-ia em agradecer à Eni de Paiva Celidonio, amiga que revisou o texto e que provavelmente ficará “p” da vida ao ler esse termo brega de tipo bíblico que eu coloquei aí, no início do parágrafo, mas foi só de brincadeira. Obrigada mesmo!

Aos colegas de turma, de modo especial à Liliana Dallasta e à Gabriela Daou Verenhitch, porque rompemos as formalidades do simples coleguismo e nos tornamos grandes amigas.

À minha irmã do coração, Graciele Kraemer, por tudo que enfrentamos juntas na Casa do Estudante e também fora dela.

Aos primos Lisandra e Leandro, pela hospedagem e tutoria na capital gaúcha. Foram momentos extremamente agradáveis!

E aos sempre amigos: Josi, Silvania, Nídia, Oscar e a todo o pessoal da Turma do Chimarrão. E caso eu tenha esquecido de alguém, fica aqui registrado, de qualquer forma, o meu muito obrigada.

“(...) naquela madrugada de 15 de julho de 1977,
eu fui executado em terra alheia e morri”.

Flávio Tavares

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana
Universidade Federal de Santa Maria

PRISÃO E TORTURA EM TERRA ESTRANGEIRA: A COLABORAÇÃO REPRESSIVA ENTRE BRASIL E URUGUAI (1964-1985)

Autora: Gissele Cassol

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Local e Data de Defesa: Santa Maria, 16 de abril de 2008.

A América Latina se fez palco para as batalhas travadas entre os sistemas capitalista e socialista a partir de meados do século XX, durante a Guerra Fria. Esse enfrentamento ideológico teve como um de seus principais desdobramentos a ascensão de ditaduras civil-militares em muitos países latinos. Esses regimes, alicerçados fundamentalmente sobre as bases da norte-americana Doutrina de Segurança Nacional (DSN), lançaram mão de um brutal Terror de Estado para enfrentar seus opositores políticos. O combate ao “inimigo interno”, preconizado pela DSN, provocou a extinção das fronteiras políticas; em seu lugar; delimitar-se-iam apenas fronteiras ideológicas. Dentro dessa lógica, esteve a formação de uma teia de relações entre os aparatos repressivos dessas ditaduras, cujo ápice se daria com a formação da Operação Condor, em 1975. É nesse contexto que se situa o cerne desta dissertação: a colaboração repressiva existente entre Brasil e Uruguai durante o período compreendido entre 1964 e 1985. Embora o Uruguai se tornasse uma ditadura somente a partir de 1973, desde fins da década de 1960 já cooperava com o regime brasileiro, vigiando, prendendo e até torturando opositores políticos brasileiros exilados em seu território. O elevado número de casos de brasileiros presos no Uruguai, nesse ínterim, atesta essa relação e evidencia que a colaboração repressiva entre esses dois países não dependeu exclusivamente da Operação Condor, mesmo tendo sido por ela facilitada mais tarde. O presente estudo pretende demonstrar, a partir da análise de casos de brasileiros presos no Uruguai e de uruguaios presos no Brasil entre 1964 e 1985, como se deu a colaboração repressiva entre esses dois países, à luz da DSN e das práticas de Terror de Estado.

Palavras Chaves: Brasil; Uruguai; Ditadura Civil-Militar; Colaboração Repressiva.

ABSTRACT

Dissertation of Master's Degree
Program of Masters Degree in Latin-American Integration
Federal University of Santa Maria

ARREST AND TORTURE IN FOREIGN LAND: THE REPRESSIVE COLLABORATION AMONG BRAZIL AND URUGUAY (1964-1985)

Author: Gissele Cassol

Advisor: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Place and Date of Defense: Santa Maria, April 16th of 2008.

Latin America was made stage for the quarreling between the capitalist and socialist systems starting circa the middle of the century XX, during the Cold War. Such ideological struggle had as one of their main outcomes the ascension of civil-military dictatorships in many Latin countries. Those regimes, fundamentally based on the North American National Security Doctrine (NSD), they have accomplished a brutal Terror of State to face their political opponents. The combat to the "internal enemy" extolled by NSD provoked the extinction of the political borders; in its place, they would just be delimited ideological borders. Following that logic it was the formation of a web of relationships among the repressive apparatuses of those dictatorships, whose apex has been established with the creation of the Condor Operation, in 1975. It is in that context that locates the gist of this dissertation: the existent repressive collaboration between Brazil and Uruguay during the period understood between 1964 and 1985. Although Uruguay became a dictatorship only starting from 1973, since ends of the decade of 1960 it already cooperated with the Brazilian regime watching, arresting and even torturing Brazilian political opponents exiled in his/her territory. The high number of cases of arrested Brazilians in Uruguay in that period attests that relationship and evidences that the repressive collaboration among those two countries did not depend exclusively on the Condor Operation even though having been facilitated by it later. The present study intends to demonstrate, starting from the analysis of cases of arrested Brazilians in Uruguay and of arrested Uruguayans in Brazil between 1964 and 1985, how the repressive collaboration among those two countries was, under the scope of NSD and of the practices of Terror of State.

Keywords: Brazil; Uruguay; Civil-military Dictatorship; Repressive Collaboration.

RESUMEN

Disertación de Maestría
Programa de Postgrado en Integración Latino Americana
Universidad Federal de Santa Maria

CÁRCEL Y TORTURA EN TIERRA EXTRANJERA: LA COLABORACIÓN REPRESIVA ENTRE BRASIL Y URUGUAY (1964-1985)

Autora: Gissele Cassol

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Local y Fecha de la Defensa: 16 de abril de 2008

América Latina se hizo palco para las batallas trabadas entre los sistemas capitalista y socialista a partir de medios del siglo XX durante la Guerra Fría. Ese enfrentamiento ideológico tuvo como un de sus principales desdoblamientos la ascensión de Dictaduras Civiles Militares en muchos países latinos. Esos regimenes alicerzados fundamentalmente sobre las bases de la norte americana Doctrina de Seguridad Nacional (DSN), lanzaron mano de un brutal Terror de Estado para sus opositores políticos. El combate al "enemigo interno" preconizado por la DSN provocó la extinción de las fronteras políticas, en su lugar; se delimitarían solamente fronteras ideológicas. Además de esa lógica estuvo la formación de una tela de relaciones entre los aparatos represivos de esas dictaduras, cuyo ápice iba a ocurrir con la formación de la Operación Cóndor, en 1975. Es en ese contexto que esta situado el cerne de esa disertación: la colaboración represiva existente entre Brasil y Uruguay durante el periodo comprendido entre 1964 y 1985. Sin embargo el Uruguay se volviese una dictadura solamente a partir de 1973, desde finales de la década de 1960 ya cooperaba con el régimen brasileño, vigilando, encarcelando y hasta torturando opositores políticos brasileños aislados en su territorio. El elevado número de casos de brasileños encarcelados en Uruguay en ese ínterin atesta esa relación y evidencia que la colaboración represiva entre esos dos países no dependió exclusivamente de la Operación Cóndor, aunque haya sido por ella facilitada más tarde. El presente estudio pretende demostrar, a partir del análisis de casos de brasileños encarcelados en Uruguay y de uruguayos encarcelados en Brasil entre 1964 y 1985, como ocurrió la colaboración represiva entre esos dos países, a la luz da DSN y de las prácticas de Terror de Estado.

Palabras Llave: Brasil; Uruguay; Dictadura Civil-Militar; Colaboración represiva.

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional.

ALN – Ação Libertadora Nacional.

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha.

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna.

CONDI – Conselho de Defesa Interna.

COSENA - Consejo de Seguridad Nacional.

CSN – Conselho de Segurança Nacional.

DCI – Departamento Central de Investigações.

DINA – Dirección de Inteligencia Nacional.

DOI – Destacamento de Operações de Informações.

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.

DSN – Doutrina de Segurança Nacional.

ESG – Escola Superior de Guerra.

ERP - Exército Revolucionário do Povo.

ESEDENA - Escuela Superior de Seguridad y Defensa Nacional.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MLN-T – Movimiento de Libertación Nacional – Tupamaros.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

OBAN – Operação Bandeirantes.

OCOA – Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas.

PCB – Partido Comunista Brasileiro (pós-1962).

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PVP – Partido por la Vitoria del Pueblo.

SID – Servicio de Inteligencia y Defensa.

SNI – Serviço Nacional de Informações.

SISSEGIN – Sistema de Segurança Interna.

TDE – Terror de Estado.

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Carta enviada por Jânio Quadros a Luiz Barcellos. Página 1.	117
ANEXO B – Carta enviada por Jânio Quadros a Luiz Barcellos. Página 2.	118
ANEXO C – Cessão de Direitos sobre depoimento oral de Claudio Gutiérrez.....	119

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
RESUMEN	xi
LISTA DE SIGLAS	xii
LISTA DE ANEXOS	xiv
INTRODUÇÃO	16
1 DITADURAS CIVIL-MILITARES DE SEGURANÇA NACIONAL NA AMÉRICA LATINA	23
1.1 Doutrina de Segurança Nacional (DSN)	24
1.2 Terror de Estado (TDE) e Repressão	31
2 GOLPES DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA	41
2.1 Brasil	43
2.2 Uruguai	59
3 A COLABORAÇÃO REPRESSIVA ENTRE BRASIL E URUGUAI (1964-1985) ..	71
3.1 Brasileiros presos no Uruguai	79
3.2 Uruguaios presos no Brasil	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
FONTES PESQUISADAS	106
SÍTIOS PESQUISADOS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
ANEXOS	116

INTRODUÇÃO

Todo o auditório estava tenso e em silêncio absoluto. Ouvir o relato emocionado de uma esposa que teve seu marido desaparecido pela repressão mexia com o sentimento de todos que estavam ali. A lista que ela lia sobre os mais variados tipos de torturas a que eram submetidos os presos da Ditadura Civil-Militar brasileira e que, por extensão, foram aplicadas em seu marido, provocava um desconforto quase nauseante, ao menos em mim. Até então, embora fosse acadêmica do Curso de História da UFSM, eu nunca havia dado muita importância ao período ditatorial vivido pelo país e nem tinha muito conhecimento sobre o assunto.

Nessa gelada noite de inverno dos idos de 2004, no entanto, as palavras de Suzana Lisboa¹ despertaram em mim alguma coisa entre revolta e repulsa, e uma indignação muito grande por terem acontecido coisas tão brutais a cidadãos brasileiros, cidadãos como eu, devido essencialmente a divergências político-ideológicas.

Pouco tempo depois, veio a oportunidade de pensar esses fatos em sala de aula, na disciplina de História do Brasil IV, ministrada pelo Prof. Dr. Diorge Konrad e, orientada por ele, realizei um ensaio monográfico sobre a estrutura e atuação do Sistema de Segurança brasileiro pós-64. Foi a partir daí que a questão da repressão ditatorial tornou-se o foco de meus estudos. Em 2005, chegaria à reta final do Curso e, novamente sob orientação do professor Diorge, concomitantemente defenderia a monografia de conclusão, intitulada Tortura na Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), e seria aprovada no Mestrado em Integração Latino-Americana (MILA) com o projeto que originou esta dissertação que você está lendo agora.

A temática da colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai tornou-se o centro dessa pesquisa por três motivos principais: primeiro, porque é uma parte de

¹ Suzana Lisboa, membro da Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça na ocasião desse evento – X Jornada de Ensino de História e Educação -, era esposa de Luiz Eurico Tejera Lisboa, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), preso, torturado, morto e desaparecido pela repressão em 1972. Seu corpo seria encontrado somente em junho de 1979, devido aos esforços de Suzana e do Comitê Brasileiro pela Anistia. O corpo de Luís Eurico estava enterrado com o nome de Nelson Bueno no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo. Dentre os desaparecidos políticos do período da ditadura civil-militar, seu corpo foi o primeiro a ser encontrado.

nosso passado que precisa ser estudada, uma vez que a existência dessa cooperação é praticamente inegável, mas seus meandros ainda não foram totalmente esclarecidos; segundo, porque a sanha de caçar opositores políticos fez com que essa colaboração suprimisse fronteiras, colocando assim a repressão latino-americana num patamar mais elevado; e terceiro, porque o MILA, por ser um espaço acadêmico aberto fundamentalmente para o debate sobre a integração latino-americana na sua totalidade, sob todos os seus prismas, vem ao encontro desse tema, mostrando-se muito adequado à análise dessa “integração repressiva” na América Latina.

As idéias relativas ao macro-conceito de “integração latino-americana” acompanham a trajetória da América Latina desde seu processo independentista até a contemporaneidade, caminho ladrilhado pelas contribuições de importantes pensadores, como Simón Bolívar, Domingo Faustino Sarmiento, Victor Raul Haya de la Torre e Henrique Rodó, entre outros. Contudo, “as propostas de união latino-americana só tomam concretamente o caráter de movimento em prol de uma integração propriamente dita a partir do pós-guerra”,² especialmente após o evento da criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas, em 1948. A partir da influência das idéias cepalinas, surgiram muitas tentativas de integração no sentido de criar um mercado comum latino-americano, porém prevaleceu uma tendência sub-regionalista nos processos de integração, e as novas organizações não conseguiram congregar em torno de si a totalidade dos países latinos. Oriunda desse contexto foi a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991, com o intuito de acelerar, através da integração, os processos de desenvolvimento econômico entre as sociedades de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.³ Esse processo de integração, além de ser entendido como integração econômica (através de importações, exportações etc.), também abrangeria a integração social entre os povos, através do turismo, cultura, intercâmbio, informações e livre passagem para, então, efetivar-se uma integração comercial. Entretanto, passados mais de 15 anos, o Mercosul encontra-se em fase inicial no que tange aos aspectos de desenvolvimento integracionista e concretização dos

² SILVA, Celson J. da. Antecedentes históricos do processo de integração latino-americana: ALAC, MCCA, Pacto Andino. In: SEINTENFUS, Vera Maria; BONI, Luís de (Orgs.). **Temas de integração latino-americana**. Petrópolis, Rio de Janeiro; Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Vozes; Editora da UFRGS, 1990, p. 35.

³ Posteriormente, o Mercosul ganharia a adesão do Chile e da Bolívia e, mais recentemente, a Venezuela também demonstraria interesse em participar do bloco.

objetivos previstos no Tratado de Assunção, pois a fragilidade dos meios colocados à sua disposição pelos seus Estados Partes diverge de seu real propósito de constituição, qual seja, a formação de um mercado comum.

A relativa instabilidade apresentada pelo processo integracionista do Mercosul foi e é causada, em grande medida, pelo resguardo, quase sempre exagerado, de cada uma das Soberanias Nacionais, em detrimento do fortalecimento do processo de integração previsto no Tratado de Assunção. Entretanto, esse recente posicionamento dos Estados latino-americanos bate de frente com aquele adotado pelas ditaduras civil-militares nas décadas de 1960 a 1980. Quando se observam as práticas repressivas desse período, percebe-se que, embora houvesse veemência nos discursos acerca da Soberania Nacional, no momento exato em que operativos ilegais prendiam e torturavam exilados políticos em território alheio, ela nada mais era do que uma falácia envolta em retórica pseudonacionalista. Cada vez que as repressões eclipsavam fronteiras e nacionalidades na caça a opositores políticos, efetivava-se de maneira muito sólida, embora espúria, o que se convencionou chamar de “Mercosul do Terror”.

O contexto internacional dividiu o mundo a partir de uma perspectiva ideológica: de um lado, o mundo ocidental; de outro, o socialista. Os limites geopolíticos tiveram sua importância diminuída – exceto no discurso da Soberania Nacional –, e em seu lugar foram demarcadas fronteiras ideológicas, conforme os ditames da Guerra Fria.

A fim de garantir sua hegemonia no continente, os Estados Unidos promoveram uma verdadeira catequese anticomunista na América Latina através da disseminação da sua Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Ela constituiu-se no “corpo doutrinário que justificou e materializou a aplicação da política de contra-insurgência na região para enfrentar o ‘inimigo interno’ que impedia a unidade nacional e portador das ameaçadoras ‘ideologias estranhas’”.⁴ Este “inimigo” era identificado diretamente com o comunismo de Moscou, cujo conceito foi esgarçado ao máximo para conter dentro de seus limites qualquer tipo de oposição política.

A violência desencadeada pelas ditaduras civil-militares, justificada pela DSN, configurou-se em Terror de Estado (TDE), semeando medo no seio da sociedade

⁴ PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 57.

civil. A ferocidade com que agiram seus aparatos repressivos empilhou milhares de cadáveres, encarcerou inocentes, torturou brutalmente e desapareceu com presos políticos, atentando contra os direitos humanos e desrespeitando as regras do Direito Internacional.

Os crimes cometidos pelas ditaduras civil-militares de Segurança Nacional permaneceram, por muito tempo, ocultos sob o manto da impunidade. No entanto, ele tem-se encurtado com o passar dos anos e, mesmo que vagarosamente, vem chegando a hora do acerto de contas. Isto pode ser percebido, por exemplo, na Argentina: após a decretação de nulidade das leis de Obediência Devida e Ponto Final, em 2001, cerca de 200 militares estão cumprindo pena pelos delitos que cometeram durante a ditadura.⁵ No Uruguai, Tabaré Vázquez, atual Presidente da República, anulou em fins de fevereiro de 2008 um decreto que garantia aos militares que se amparassem no segredo de Estado para que pudessem se negar a fornecer informações sobre violações dos direitos humanos durante a ditadura, e investigou as “desaparições” de aproximadamente 200 uruguaios.⁶ Pretende-se ainda anular por lei o conceito de "obediência devida", subterfúgio utilizado pelos militares acusados para escapar da Justiça.⁷

No exterior também tramitam processos contra militares latino-americanos: Adolfo Scilingo, ex-integrante da Marinha argentina, foi condenado na Espanha a 640 anos de prisão; na Alemanha, o Tribunal de Nuremberg solicitou as extradições

⁵ NIELL, Paz Rodríguez. Hay casi 200 militares detenidos. **La Nación**, Buenos Aires, 24 mar. 2006. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/archivo/nota.asp?nota_id=791543>. Acesso em: 21 mar. 2007. Em 1985, Rafael Videla e Eduardo Massera foram condenados à prisão perpétua por crimes contra a humanidade. No entanto, em 1990, o então Presidente Carlos Menen os perdoou. Mas no dia 25 de abril de 2007, um tribunal federal argentino declarou inconstitucionais esses indultos, e as antigas condenações voltaram a vigorar. Videla já estava em prisão domiciliar sob a acusação de responsabilidade no seqüestro de bebês durante o regime militar, e Massera, que teve um derrame em 2002, foi declarado incapacitado para cumprir a pena. Ver: SEITZ, Max. Justiça cancela perdão a líderes militares argentinos. **BBC Brasil.com**, Buenos Aires, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070425_argentina_videlarg.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2008.

⁶ CARMO, Márcia. Presidente do Uruguai divulga detalhes inéditos da ditadura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jun. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u302510.shtml>>. Acesso em: 11 mar. 2008. Os cinco tomos resultantes da investigação estão publicados desde 05/06/07 no site da Presidência da República do Uruguai. Cf: PRESIDENCIA de la República Oriental del Uruguay. **Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos**. Disponível em: <http://www.presidencia.gub.uy/_web/noticias/2007/06/2007060509.htm>. Acesso em 11 mar. 2007.

⁷ GOVERNO anulará “Obediência Devida” nas Forças Armadas. **ANSA Latina**, Montevideú, 6 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ansa.it/ansalatinabr/notizie/notiziari/uruguai/20080306182834610015.html>>. Acesso em 11 mar. 2008.

de Jorge Videla e de Emilio Massera pelo assassinato de dois alemães; a justiça francesa condenou à prisão perpétua Alfredo Astiz pelas mortes das religiosas Leonie Duquet y Alice Domon. E mais recentemente, a Itália pediu a extradição de 140 militares latinos responsáveis e co-responsáveis pela morte de 25 cidadãos italianos. Acusados de participar da Operação Condor, esses militares foram indiciados por crimes diversos, inclusive assassinatos múltiplos e seqüestros. Na lista, figuram os nomes de 32 uruguaios e 13 brasileiros.⁸

Grande parte dessas mobilizações em busca de justiça se deve à descoberta dos “Arquivos do Terror”, em 1992, no Paraguai. Esta pode ser considerada um marco no sentido de apurar os crimes cometidos pelas ditaduras, pois os milhares de documentos repressivos encontrados nesse arquivo comprovaram a existência de operativos coordenados na América Latina. Igual peso teve também, ao longo de décadas, a permanente luta de ex-perseguidos políticos e de familiares de desaparecidos políticos. E o melhor exemplo disso é a perseverança das *Madres de Plaza de Mayo*, que há mais de 30 anos clamam por justiça, buscam por seus filhos e exigem a punição dos carrascos argentinos.⁹

Este trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa e análise de fontes variadas. A principal delas foi a pesquisa bibliográfica e, de modo muito especial, a

⁸ JUSTIÇA italiana expede mandato de prisão contra 13 brasileiros envolvidos na Condor. **Último Segundo**, [s. l.], 26 dez. 2007. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2007/12/26/justica_italiana_expede_mandato_de_prisao_contra_13_brasileiros_envolvidos_na_operacao_condor_1131966.html>. Acesso em: 12 mar. 2008. A lista original incluía 146 pessoas, das quais seis já morreram, entre elas o ex-Presidente chileno Augusto Pinochet. Na lista de brasileiros, estão os nomes de coronel Carlos Alberto Ponzi, ex-chefe da Segunda Seção do Estado-Maior, Agnello de Araújo Britto, ex-superintendente da PF no Rio de Janeiro, Edmundo Murgel, ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro, general Luiz Henrique, ex-chefe do Estado-Maior do 3º Exército, João Leivas Job, ex-secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, Átila Rohrsetzer, ex-diretor da Divisão Central de Informações, e Marco Aurélio de Silva Reis, ex-delegado gaúcho. Entre os indiciados mortos estão general João Figueiredo, ex-Presidente da República, seu irmão general Euclides Figueiredo, Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, ex-ministro do Exército de Figueiredo, general Otávio Aguiar Medeiros, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Antônio Bandeira, ex-comandante do 3º Exército, e coronel Luíz Macksen de Castro Rodrigues, ex-superintendente da PF no Rio Grande do Sul. Porém, enquanto os acusados permanecerem no Brasil, estão livres de qualquer desdobramento do pedido de prisão italiano, pois a lei brasileira impede a extradição de seus cidadãos para julgamento em outros países. A lista dos uruguaios inclui nomes como o do ex-Presidente Juan María Bordaberry e de seu sucessor, Gregorio Alvarez; o do ministro de Defesa Walter Ravenna e dos ministros do Exterior Juan Carlos Blanco e Alejandro Rovira; o do ex-comandante-em-chefe da Marinha Victor Ibargoyen, e também de membros dos serviços de inteligência dessa arma, como Tróccoli e Juan Carlos Larcebau. Sobre os uruguaios indiciados, ver: A JUICIO 140 implicados en “Operación Cóndor” con la que desaparecieron 25 italianos. **El Tiempo**, Colômbia, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/internacional/europa/noticias/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR-3876411.html>. Acesso em 12 mar. 2008.

⁹ Sobre o movimento das Madres de Mayo, ver: CASSOL, Gissele et al. Da aflição, fez-se a luta. In. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 2007. Revista Mix, p. 14-15.

tese de doutoramento de Enrique Serra Padrós pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): são quase 1000 páginas contendo, além de fotos, documentos e charges, uma análise histórica completa sobre a Ditadura no Uruguai e suas relações com o restante da América Latina, no contexto da Guerra Fria.

Complementando a pesquisa bibliográfica esteve o estudo detido de documentos relativos ao recorte temporal dessa dissertação. A natureza desses documentos, no entanto, foi variada: publicações feitas pelas próprias vítimas da colaboração repressiva; reportagens de jornais e revistas da época e arquivos repressivos, disponibilizados ao público pelo Acervo da Luta Contra a Ditadura; mensagens via correio eletrônico e entrevista oral. Flávia Schilling, brasileira presa no Uruguai em 1972, diante da impossibilidade de encontro pessoal, disponibilizou-se a conceder uma “entrevista” ao projeto através de meio eletrônico. Claudio Gutiérrez (também preso no Uruguai, em 1968), por residir em Porto Alegre, fez seu relato pessoalmente. No entanto, ambas as formas de depoimento, ao contrário do que muitos afirmam, são legítimas como fonte porque não induzem a mais erros do que outras fontes documentais e históricas.¹⁰ E se revelam como mais uma forma de captar as experiências de pessoas que estão dispostas a falar sobre aspectos de sua vida.¹¹

Assim, compete ao historiador tratar essas fontes corretamente, da mesma maneira que trataria fontes escritas tradicionais, isto é, posicionando-se de forma crítica e séria perante o documento, considerando sempre a não existência de uma verdade una e imutável sobre nada. Dessa forma, a produção da “verdade” é dada de acordo com os posicionamentos ideológicos e com a proibidade que alguém é capaz de ter consigo próprio e com a História.

Nas páginas a seguir, estão os resultados dessa pesquisa, organizados em três capítulos compostos por uma introdução e dois subitens. No primeiro capítulo, intitulado *Ditaduras Civil-Militares de Segurança Nacional na América Latina*, juntamente com a contextualização histórica, estão os dois principais elementos para se compreender como e porque ocorreram operativos repressivos coordenados na

¹⁰ ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil; Instituto de Documentação Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989, p. 9.

¹¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Loyola, 2000, p. 26.

América Latina, de modo geral, e no Uruguai e Brasil, de modo específico: o primeiro deles é a DSN; o segundo é o TDE e a repressão.

O segundo capítulo explicita como foram orquestrados os *Golpes de Estado na América Latina*, mas atém-se de modo central à análise da implantação, trajetória e crise das Ditaduras Civil-Militares no Brasil e no Uruguai. Neste capítulo consta, ainda, a estrutura organizacional e operativa dos órgãos de segurança de cada um desses países.

O terceiro e último capítulo apresenta os casos de brasileiros presos no Uruguai e de uruguaios presos no Brasil entre os anos 1964-1985, prisões que comprovam, de modo contundente, *A Colaboração Repressiva Entre Brasil e Uruguai*, calcada sobre os princípios da DSN e executada de acordo com os cânones do TDE.

1 DITADURAS CIVIL-MILITARES DE SEGURANÇA NACIONAL NA AMÉRICA LATINA

O fato de a Guerra Fria não ter resultado numa hecatombe nuclear mundial não quer dizer que ela tenha sido, por isso, insignificante. Sua importância não deve ser mensurada apenas com base no que potencialmente poderia ter acontecido, ou seja, a destruição total de EUA e URSS e de provavelmente todo o planeta Terra. Há que se considerar, isto sim, os desdobramentos dela resultantes, uma vez que o confronto bélico entre essas duas potências demonstrava-se virtualmente impraticável.

As guerras no Vietnã e na Coreia demonstraram ao mundo inteiro o risco que a humanidade corria em caso de deflagração total dessa guerra muito impropriamente batizada de “fria”. A disputa por espaços hegemônicos acirraria os ânimos e, diante da óbvia impossibilidade de enfrentamento em campos de batalha, os blocos capitalista e socialista partiriam também para o combate ideológico: menos sanguinário, mas igualmente perigoso e letal.

Nesse contexto, a América Latina serviria de trincheira para o desenrolar desse conflito. A introdução da norte-americana Doutrina de Segurança Nacional (DSN), feita habilidosa e gradativamente a partir de meados do século XX, garantiria a manutenção do capitalismo no sul do continente americano, colocando nada menos que as Forças Armadas dessa região à disposição dos EUA.

A partir do alicerce proporcionado pela ideologia de Segurança Nacional, implantar-se-iam ditaduras civil-militares em vários países latinos, invariavelmente via golpe de Estado, e seus regimes adotariam o Terrorismo de Estado como padrão de conduta com relação à oposição política. Conforme essa mesma ideologia, o “inimigo interno” era um “câncer” que precisava ser extirpado do seio da sociedade o mais rápido possível e de modo eficiente, para que jamais voltasse a “adoecê-la”. Esse “inimigo” era, ainda, o mesmo em qualquer que fosse o país. Assim, as fronteiras políticas desapareceram, e em seu lugar passaram a vigor apenas fronteiras ideológicas, delimitando o “nacional”, o “cidadão”, e o “subversivo”, o “comunista”.

O alargamento do conceito de “inimigo interno” e da não observância dos limites geográficos – e, por conseqüência, dos limites das próprias Soberanias Nacionais –, daria origem a uma caçada ilegal em todo o território da América Latina. A chamada Operação Condor seria responsável pela morte de centenas de cidadãos latinos – pessoas com famílias, filhos, pais, amigos, idéias, sonhos... A absoluta maioria desses “inimigos internos” jamais cometeu qualquer crime, não matou ninguém, não roubou nada... O “delito” condenatório foi somente a discordância e o questionamento político em relação a ditaduras arbitrárias e autoritárias, cujas ações criminosas e inconstitucionais só confirmariam a razão de tais questionamentos.

As batalhas político-ideológicas travadas em chão latino deixaram abertas feridas profundas na sociedade, e a principal delas foi o desaparecimento. Passados mais de trinta anos, milhares de famílias ainda não têm um corpo para chorar ou sequer para sepultar dignamente. As argentinas *Madres de la Plaza de Mayo* são o maior símbolo dessa cruzada interminável contra a impunidade dos reais criminosos da ditadura civil-militar.

Portanto, afirmar que a Guerra Fria foi uma espécie de “guerra sem guerra” e que não teve maiores conseqüências é, acima de tudo, ignorar a própria História; é não considerar os milhares de mortos no Vietnã e na Coréia; é desconhecer os desaparecidos da Argentina, do Chile, do Brasil... Não é possível compreender a trajetória histórica da América Latina sem percorrer os caminhos tomados por esse conflito mundial e seus respectivos desdobramentos ideológicos.

1.1 Doutrina de Segurança Nacional (DSN)

As origens mais remotas da DSN podem ser situadas, grosso modo, em determinadas teorias geopolíticas, no antimarxismo e no conservadorismo católico.¹ Na década de 1940, ela surgiu como estratégia para combater o Eixo na Segunda Guerra Mundial e, após o término do conflito, firmou-se, a fim de perpetuar a hegemonia econômico-militar obtida pelos Estados Unidos. No entanto, até tornar-se

¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 39.

a DSN dos militares latino-americanos, essa doutrina percorreu uma trajetória guiada fundamentalmente pela lógica bipolar da Guerra Fria, da guerra total entre dois mundos inimigos.

Com o advento da Revolução Cubana, em 1959, os Estados Unidos perceberam a real dimensão da força socialista na América Latina, cujo contexto estava marcado por uma grande efervescência sócio-política. O temor de uma “cubanização” em nível continental obrigou os EUA a tomarem atitudes drásticas e, dessa forma, a DSN despontou como suporte teórico-ideológico para conter o avanço soviético. Antes disso, para pensá-la, foi criado o National War College, em 1946. Logo, toda a segurança do território latino passaria a ser conduzida pelos preceitos norte-americanos, numa espécie de “releitura” da Doutrina Monroe. De fato, a América jamais fora tão americana quanto naquele momento. Segundo Enrique Padrós,

A defesa dos interesses estadunidenses na América Latina - sua zona de influência abalada desde 1959 - levou a superpotência capitalista a considerar a política interna de cada país da região como extensão da sua política externa, ou seja, os assuntos de segurança interna desses países passaram a ser entendidos como sendo da sua segurança.²

Imediatamente teve início, de acordo com os novos parâmetros, a doutrinação ideológica e prática das Forças Armadas latino-americanas, a partir de treinamentos desses militares em bases norte-americanas estruturadas essencialmente para este propósito.³ Até 1964, mais de 16 mil homens haviam sido treinados nessas escolas. As mais conhecidas e freqüentadas foram a U.S. Army School of the Américas (USARSA), conhecida como “Escola das Américas” (e posteriormente como “Escola de Assassinos” e “Escola dos Golpes”), e a U.S. Southern Command (SOUTHCOM),

² PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 55.

³ É importante destacar que, “no campo das idéias, a Doutrina de Segurança Nacional foi amplamente identificada como a matriz que deu possibilidades à visão de mundo e às justificativas ideológicas e políticas, (...) para permitir a intervenção militar e as políticas repressivas dessa fase. Menos conhecida é a profunda influência das doutrinas francesas da *guerre révolutionnaire* (...). Ao contrário da doutrina da contra-insurreição, exportada dos EUA após 1959, o ideário francês deu aos generais o *ethos* que justificou a tortura como instrumento moralmente válido em defesa da civilização ocidental contra o comunismo ateu”. In: MARTINS FILHO, João Roberto. O Estado e militarismo: revisitando as análises sobre a Ditadura Militar. In: COSTA, Silvio da (org.). **Concepções e formação do Estado Brasileiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999, p. 49.

ambas situadas no canal do Panamá. Estas e outras instituições ofereciam os mais variados cursos preparatórios para a guerra anti-subversiva, ensinando inclusive

[...] técnicas especializadas de “interrogación” con la ayuda de instructores muy calificados, que desempeñan alternativamente los papeles de interrogados e interrogadores. Se coloca especial énfasis en las técnicas de contraespionaje y en aquéllas para evitar la subversión o los actos de sabotaje por parte del personal. Estas enseñanzas se vinculan estrechamente con las impartidas a los cuadros de policía militar, los cuales son adiestrados, además, en técnica de organización y dirección de investigaciones criminales, de procedimientos conjuntos con los servicios de inteligencia militar, de control de disturbios callejeros, etcétera.⁴

O treinamento militar esteve inteiramente voltado à guerra anti-subversiva e ao combate ao comunismo. Contudo, o conceito “comunismo” sofreu deturpações graves, sendo generalizado a ponto de tornar-se sinônimo de qualquer movimento de esquerda ou protesto sócio-político. Ao mesmo tempo, a existência de movimentos contestatórios passou a ser identificada como uma ameaça direta às próprias Forças Armadas, ou seja, à “classe militar”, porque foi inculcada a crença de que esses movimentos visavam a extinção dessa instituição.

Os militares latino-americanos foram, assim, submetidos a uma real lavagem cerebral – *brain wash* –, meticulosamente calculada, e matizada por tons de menosprezo, por parte dos EUA, em relação à inteligência dessa oficialidade. Um capitão norte-americano, identificado como G. M. Cunha, explicou a uma comissão do Senado estadunidense que

[...] en la mayoría de los países latinoamericanos el soldado, marino o aviador es un hombre que generalmente carece de toda educación [...] de modo que cualquier mensaje que se le dirija debe ser hecho sea a través de películas, la radio o historias ilustradas al modo de los “comics” [...] algo que el promedio del militar latinoamericano puede entender.⁵

Ademais, é importante ressaltar que a doutrinação recebida pelos militares latinos teve caráter essencialmente antidemocrático. A democracia, como regime político ou modo de vida social, foi qualificada como desorganizada e passível de

⁴ VALDÉS, Jorge Tapia. **El terrorismo de Estado**. La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur. México: Nueva Imagen, 1980, p. 77- 83.

⁵ CUNHA *apud* Ibid., p. 92.

corrupção, favorecendo dessa maneira a infiltração comunista. Por conseguinte, a própria democracia tornava-se igualmente um inimigo a combater.⁶

De acordo com Tapia Valdés, a DSN, na realidade, constituiu-se em instrumento de militarização da política externa dos Estados Unidos, numa “mezcla de la teoría leninista del Estado, de la teoría fascista de la sociedad y del concepto liberal-socialista de movilización general para la guerra”.⁷ A DSN foi uma doutrina política norte-americana fabricada exclusivamente para incitar os militares latino-americanos a interferirem na política e na economia de seus países em nome dos EUA:

Los militares latinoamericanos han sido preparados para autoincluirse y comprometerse en la defensa de la política exterior norteamericana como si fuera su propia política, a través de una hábil manipulación conducente a que internalicen esa política y perciban como uno solo y armónico el campo naturalmente contrapuesto de los intereses norteamericanos y latinoamericanos. Al mismo tiempo, el entrenamiento norteamericano ha debilitado la fe de los militares latinoamericanos en los procedimientos democráticos de gobierno y los ha inducido a sustituir a los líderes civiles en las tareas del manejo social y económico.⁸

Pode-se ainda conceituar a DSN como sendo um

[...] abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos.⁹

Também é plausível compreender a DSN como uma teoria da guerra, haja vista o contexto histórico que a originou. No Brasil, essa doutrina foi assim estudada e propagada pela Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, e um de seus maiores pesadores foi o general Golbery do Couto e Silva. Para a ESG, há diversos tipos de guerra, quais sejam: a guerra total; a guerra limitada e localizada; a guerra subversiva ou revolucionária e a guerra indireta ou psicológica. É através da guerra limitada que as potências podem medir forças sem entrar num conflito nuclear

⁶ VALDÉS, op. cit., p. 96.

⁷ Ibid., p. 24.

⁸ Ibid., p. 98.

⁹ ALVES, op. cit., p. 42.

generalizado (característica da guerra total). Caso essa guerra não seja declarada, é classificada como de “subversão interna” que, por sua vez, subdivide-se em guerra insurrecional e guerra revolucionária. A primeira pressupõe um conflito interno, necessariamente armado, que objetive a derrubada de um governo. A segunda, por sua vez, engloba um conflito que, armado ou não, vincula-se ideologicamente e/ ou economicamente ao exterior, e que intenciona conquistar o poder e o controle de um país de modo progressivo. Logo, esta é automaticamente vinculada à penetração comunista e é travada no campo ideológico, tangenciando o conflito armado e pendendo para formas psicológicas de combate e, por não ser declarada, seus combatentes são recrutados discretamente no seio da população do próprio país, tornando-se assim “inimigos internos” perigosos, que devem ser monitorados e eliminados.¹⁰

Uma vez estando o inimigo em todos os lugares, era preciso preocupar-se com a segurança interna. Quaisquer antagonismos ou pressões internas poderiam colocar em xeque, também, em última instância, a Segurança Nacional. Por isso, aos olhos do Estado, era lícito, mesmo que fora da lei, controlar e reprimir toda a sociedade. Como os “inimigos” diluíam-se por todo o tecido social, todos os cidadãos eram suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência, invertendo a lógica do Direito em favor da DSN:

A identificação desse “inimigo interno” cumpriu relevantes funções políticas. A ameaça destrutiva ou contaminadora que projetava sobre os valores nacionais e a civilização ocidental tornam-no fator de aglutinação do tecido social interno, principalmente dos setores menos esclarecidos, alvos potenciais do trabalho de conscientização das forças de resistência em conjunturas de crise. Mais ainda, a existência ameaçadora do elemento “subversivo” exigia uma espécie de tregua no embate social decorrente das contradições da sociedade. Toda demanda social devia ser adiada em “benefício” da comunidade nacional. De certa forma, a percepção da existência desse protagonista, apresentado como terrível ameaça contra a sobrevivência da sociedade, diluía os conflitos de classe.¹¹

Esta “anulação provisória” da luta de classes vinha ao encontro de um dos maiores princípios da DSN, isto é, da negação da existência de divisões na sociedade. De acordo com o raciocínio de Padrós,

¹⁰ Ibid., p. 43-45.

¹¹ PADRÓS, op. cit., p. 197.

[...] as tensões entre elas [as classes sociais] entram em conflito com a noção de unidade política [apregoadas pela DSN] [...]. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa o que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que aponte à [sic] existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes é identificada como nociva aos interesses da “nação” e, portanto, deve ser combatida como tal. Mais do que isso, tal coesão política pressupõe o fim do pluralismo político, condição essencial para a resolução dos conflitos e de seus elementos centrífugos.¹²

Juntamente com os fatores Segurança Nacional, Segurança Interna e Inimigo Interno, estão outros dois elementos basilares da DSN brasileira: a geopolítica e o desenvolvimento econômico. No entanto, há que se ressaltar que esta concepção de geopolítica

[...] no la entiende como sirviendo al Estado-Nación en función de sus necesidades de espacio y seguridad geográficas, sino como una ciencia que salvaguarda preferentemente la permanencia del Estado-Nación dentro de un campo ideológico determinado. Ya no se trata de defender militarmente al Estado contra otros Estados-Naciones, sino de militarizar a la sociedad nacional a través de acciones que tienen como medios y metas no el territorio, sino un pueblo.¹³

O papel do Brasil no contexto da Guerra Fria foi pensado de modo complexo e extenso por Golbery do Couto e Silva, na sua obra *Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil*.¹⁴ Segundo sua análise, devido ao seu posicionamento geográfico, a América Latina estava sob influência e controle norte-americano. O Brasil, por sua vez, seria o país mais importante devido à sua localização litorânea, extensão, população e recursos naturais estratégicos e, justamente por somar todas essas qualidades, teria condições de tornar-se uma potência desde que se preocupasse com seu desenvolvimento econômico.

Na DSN, há mútua dependência entre a Segurança Interna e o desenvolvimento econômico, pois é imprescindível para a segurança de um país “sua capacidade de acumulação e absorção de capital, a qualidade de sua força de

¹² Ibid., p. 52-53.

¹³ VALDÉS, op. cit., p. 115-116.

¹⁴ SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

trabalho, o desenvolvimento científico e tecnológico e a eficácia de seus setores industriais”,¹⁵ da mesma maneira que o capital gerado por esse desenvolvimento econômico é vital para a manutenção da defesa militar.

Todo o esforço da DSN em eliminar o “inimigo interno”, manter a Segurança Nacional e estimular o desenvolvimento econômico culminariam, ao menos retoricamente, na consecução dos “Objetivos Nacionais”. Tão propalados quanto difusos, esses “objetivos” eram determinados não pela sociedade nacional, mas sim pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), podendo subdividir-se em Objetivos Nacionais Permanentes e Objetivos Nacionais Atuais.¹⁶ De modo genérico, eram metas definidas como sendo, de fato, do interesse de toda a Nação. Previam, na maioria das vezes, elementos como independência, democracia, paz social, preservação dos valores morais e espirituais e a defesa da propriedade privada, entre outros. Os Objetivos Nacionais do Brasil eram a integridade territorial, a integridade nacional, a democracia e o progresso.¹⁷ Para a consecução de tais objetivos, seriam necessários os meios materiais e humanos reais e potenciais (chamados “Poder Nacional”, conformado pelos poderes político, econômico, psicossocial e militar) colocados à disposição do Estado.¹⁸

A DSN inserida no Uruguai foi a mesma que se alastrou por toda América Latina, embora tenha adquirido, ao longo do tempo, características próprias. Uma delas foi a absorção do modelo brasileiro de DSN, ou seja, os militares uruguaios abriram-se para a reinterpretação produzida pelo pensamento da ESG brasileira sobre essa doutrina e, de modo especial, para as teses defendidas pelo general Golbery do Couto e Silva.

Essa inclinação teórica para com o Brasil pode ser compreendida à luz das relações estabelecidas entre os militares das Forças Armadas brasileira e uruguaia. Durante a década de 1960, fatores como a presença de exilados brasileiros em território uruguaio, incursões de agentes repressores brasileiros, a Operação Trinta Horas (eleição de 1971) e o auxílio militar e econômico contribuíram para aproximar ideologicamente os militares de ambos os países, mesmo que no Uruguai vigesse ainda a democracia. Tanto foi que os oficiais uruguaios vinculados ao setor mais

¹⁵ ALVES, op. cit., p. 56-59.

¹⁶ VALDÉS, op. cit., p. 118.

¹⁷ COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**. O poder militar na América Latina. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 51.

¹⁸ PADRÓS, op. cit., p. 198.

radical, defensores da DSN, passaram a ser designados como “brasileiros”, uma vez que tinham como referência a ditadura brasileira e nela balizavam suas ações.

Além do peso brasileiro, a DSN uruguaia contou com a força da própria DSN norte-americana, no sentido de que havia uma “guerra permanente” entre dois mundos opostos. Contou também com o aporte da repressão colonial francesa na Argélia e Indochina e de sua guerra contra-insurgente, de doutrinas militares da Espanha franquista, de valores do catolicismo tradicional-conservador e de algum grau de influência nazi-fascista.¹⁹

O permanente estado de guerra entre o “mundo livre” do capitalismo ocidental e o “mundo comunista” soviético preconizado pela DSN na América Latina dissipou as fronteiras políticas entre os países latinos e, em substituição, desenhou o que se convencionou chamar de “fronteiras ideológicas”. Assim, a partir desse novo marco, o “inimigo interno” tornava-se inimigo comum a todos os países, pois era o mesmo para todos. Tornava-se uma espécie de “inimigo interno e internacional”: seria um “subversivo” em qualquer lugar onde estivesse. Desse tipo de concepção decorreu a caçada de brasileiros no Uruguai e de uruguaios no Brasil, ignorando fronteiras e praticando o Terror de Estado sem limites, justificando tal prática ilegal e imoral nos pressupostos da DSN.

1.2 Terror de Estado (TDE) e Repressão

Como já foi explicitado anteriormente, a figura do “inimigo interno” serviu muito eficazmente como bode expiatório para dirimir tanto conflitos de classe como para isentar de culpa os regimes militares por qualquer falha na administração política, econômica ou social. Mas, acima de tudo, prestou-se para justificar a instauração do Terror de Estado (TDE) como sistema político na América Latina, especialmente no Brasil e no Uruguai, países centrais no recorte temático deste estudo. Por isso, não é demais reiterar que

[...] todo cuanto está dicho respecto de la táctica del “enemigo interno” cede en importancia frente a su último y más claro fin: justificar la

¹⁹ Ibid., p. 409-411.

instauración del “terrorismo de Estado” como sistema político. El Estado, que inicialmente ha justificado el régimen de excepción y el ejercicio drástico de la autoridad como necesidades de la guerra contra la subversión y el terrorismo – que sabemos son generalmente fraguados por el propio gobierno –, se convierte en el único y exclusivo terrorista. Usando la detención arbitraria, el desaparecimiento de personas, el asesinato, los campos de concentración, los juicios simulados, la creación de situaciones fácticas, etc., logra anular la disidencia y convencer por el terror. De ese modo consigue no sólo identificar y destruir al enemigo actual y disuadir a los enemigos potenciales, sino convencer al ciudadano común de que su seguridad personal es función inevitable y obligada de su incondicionalidad frente al régimen. El terrorismo de Estado es usado, así, tanto para destruir la sociedad presente cuanto para abrir camino al proyecto de sociedad futura que sustenta la DSN.²⁰

Ao abrir caminho, através do uso do TDE, para a implementação de uma sociedade que é fruto e, ao mesmo tempo, alicerce futuro da DSN, se está transformando o modelo de desenvolvimento do país em favor da hegemonia de mercado norte-americana. Assim, faz todo o sentido, em última análise, pensar o TDE aplicado nos países latinos como instrumento de expansão e manutenção do capitalismo norte-americano e do seu *american way of life*.

O Terror de Estado ou Terrorismo de Estado é uma modalidade do que amplamente denomina-se terrorismo. Este, por sua vez, tem como característica principal disseminar o medo no seio da sociedade, e pode ser definindo como

[...] emprego do terror, da violência e da intimidação para obter determinado fim. Pode ser avaliado também como mecanismo inibitório de formas de solidariedade e, nesse sentido, é uma forma de violência cuja realização se objetiva no âmbito psicológico do indivíduo ao gerar condicionamentos que variam entre o medo e o terror (pavor, pânico, horror). [...] o uso ilícito da violência contra as pessoas ou bens para intimidar ou coagir um governo, a população civil ou parte dela, para alcançar objetivos políticos ou sociais.²¹

Já o TDE, que mantém como atributo essencial a manipulação do medo na sociedade civil, é muito bem explicado na assertiva de Padrós:

[...] o Terror de Estado (TDE) se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação. Em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo.²²

²⁰ VALDÉS, op. cit., p. 229-230.

²¹ PADRÓS, op. cit., p. 59.

²² Ibid., p. 64.

Para a DSN, o terrorismo foi sempre sinônimo de comunismo. Logo, todo ativista político de esquerda viu-se categorizado como terrorista. O terror praticado pelo Estado militar, aos olhos de seus agentes, não era terrorismo (isso era coisa da esquerda) e sim uma cruzada contra um “câncer” que infestava a sociedade e que precisava, a todo custo, ser eliminado, fossem quais fossem os meios, pois o fim os justificariam.

Ao atingir seu propósito, ou seja, a destruição da oposição, o TDE conseguiu também obstaculizar o processo de politização das massas, pois, à medida que se isolavam de qualquer influência, tornavam-se passivas e facilmente manipuláveis. A violência que esmagou os movimentos sociais e políticos contestatórios conseguiu, simultaneamente, acabar como “inimigo interno” e servir de “exemplo” aos que assistiam ao desenrolar dos fatos.

A conseqüência mais imediata dessa generalização do medo foi a tendência à desmobilização política e social, abrindo espaço para o surgimento de uma “cultura do medo”, um “cenário do silêncio, da desconfiança, da alienação, da autocensura e de um terror permanente, onde nem o conformismo é garantia de segurança”. Esse quadro “é o resultado da aplicação das medidas que compõe o arsenal coercitivo e repressivo do Terror de Estado”.²³

O alvo primeiro do TDE deflagrado pelas ditaduras civil-militares de Brasil e Uruguai foi todo e qualquer movimento popular questionador da ordem vigente e reivindicador de profundas mudanças políticas e econômicas. A eliminação política, física e psicológica de opositores dos regimes de Segurança Nacional foi o objetivo perseguido de maneira mais atroz nos primeiros momentos das ditaduras desses dois países. A eliminação da “subversão” fazia-se urgente para o progresso da Nação, uma vez que o comunismo era encarado como incompatível com a democracia.

A aplicação do TDE envolveu-se num dilema interessante, pois

Levando em conta que um dos seus principais objetivos foi a geração de um medo global que deveria atingir todo o espectro social, foi de fundamental interesse que suas requintadas práticas repressivas fossem reconhecidas para generalizar o medo. Entretanto, ao mesmo tempo, o Estado precisou dissociar-se dos mesmos, negando sua autoria para não

²³ Ibid., p. 96.

se envolver em situações embaraçosas que transgrediam normas jurídicas, sobretudo internacionais, e que evitassem denúncias e acusações de desrespeito aos direitos humanos. Isso gerou uma dupla operacionalidade estatal: modalidades repressivas legais e ilegais coexistiam e se complementavam.²⁴

No que tange às referidas modalidades repressivas do TDE, cada país teve suas próprias especificidades, embora haja coincidência nos métodos. Podem-se enumerar como características, de modo geral, atuação de esquadrões da morte, desaparecimentos forçados (assassinatos), prisões arbitrárias e/ou clandestinas e a utilização da tortura.

A tortura política – provavelmente o traço mais marcante das ditaduras militares de Segurança Nacional na América Latina – se revela fundamental na manutenção de uma ordem quando é rompido o consenso social, que prevê a admissão de direitos e deveres básicos, tanto por parte do Estado quanto por parte dos cidadãos. No momento em que se quebra esse acordo, tem fim o Estado de Direito e nasce o estado ditatorial que, para manter-se no poder, evita qualquer participação social, valendo-se, para tanto, da violência que, conforme Leonardo Boff, é

verbal pelo mandonismo dos decretos-leis; ideológica pela versão oficial dos principais fatos nacionais e pela sistemática sonegação da informação; política pela utilização da repressão policial para impor uma ordem social autoritária e vinda das cúpulas militares com seus políticos faraônicos. Em vez de política há a polícia.²⁵

A origem etimológica da palavra “tortura” pode auxiliar na compreensão da dimensão de seu significado. Esse substantivo, homônimo do latim, vincula-se ao verbo *tortare*, “entortar, torcer, atormentar”. Assim, *tortura* é a “ação de torcer”. Implícita nessa ação está sempre alguma forma de violência.²⁶ Para Marilena Chauí, violência “é a destruição da essência de alguém”. No caso da violência contida na tortura, é a destruição da humanidade, definidora de um sujeito. A desumanização dos participantes desse processo se dá à medida que “o torturador se coloca *acima* da condição humana e força o torturado a se colocar na situação *abaixo* da condição

²⁴ Ibid., p. 108.

²⁵ BOFF, Leonardo. Prefácio. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 11.

²⁶ CHAUI, Marilena. Um regime que tortura. In: ELOYSA, idem, p. 33.

humana. O suplício não é apenas a dor [física], é a humilhação (...). Contudo, a violência intrínseca à tortura é paradoxal, “pois o torturador deseja da ‘coisa’ [do sujeito que ele próprio reduziu à condição de objeto ao desumanizá-lo] é que ela atue como ‘gente’: uma coisa é inerte, passiva e silenciosa, mas o que o torturador deseja da ‘coisa’ é que ela sofra, grite, confesse, fale”.²⁷ Desse modo, durante a tortura, há uma contradição, pois

deseja-se que, através da dor e da degradação, um ser humano vire “coisa” e ao mesmo tempo permaneça gente para que reconheça no torturador um outro ser humano, pois se tal reconhecimento não existir, não pode haver confissão, não pode haver capitulação e sobretudo não pode haver admissão do poder do torturador. Assim, o que a tortura cria é a situação-limite e impossível na qual se destrói a humanidade de alguém para que esse mesmo alguém atue como humano, isto é, estabeleça com o algoz uma relação intersubjetiva, sem a qual o torturador perde a função e perde o sentido.²⁸

Dentro do processo de desumanização, o torturador “é um reprimido e repressor contra o melhor de si mesmo”, porque precisa conter “todas as dimensões de ternura, de cuidado, de solidariedade que vigem dentro da interioridade humana”, e em seu lugar expor sua agressividade e seu poder de dominação, unidos à sua libido sádica.²⁹ Sob o ponto de vista da psicopatologia- psicanalítica, o torturador é

um psicopata sádico. Ele é, no fundo, um impotente, filosoficamente fátuo e vazio. O torturador, para afirmar sua própria força e potência precisa esmagar o seu próximo. Então ele é um desgraçado total. Dentro da dialética hegeliana do senhor e do escravo, o torturador, no fundo está nas mãos do torturado. Vejam: para ele se sentir potente, precisa torturar, precisa extrair do torturado a confissão de que necessita. O torturado não pode fazer essa confissão e, nessa medida, o torturador estará derrotado, liquidado. Ou o torturado pode morrer, e a morte do torturado é também a morte do torturador, porque o torturador não tem luz própria, o torturador não tem eixo próprio. Ele é uma sombra do torturado, é um infeliz numa escala inimaginável.³⁰

Contudo, ao classificar o torturador como psicopata, não considerando a dimensão política do fato, poder-se-ia incorrer no erro de considerar a tortura como coisa de doente mental. Por isso, ela tem de ser encarada como um fato político e

²⁷ Ibid., p. 33.

²⁸ Ibid., p. 34.

²⁹ BOFF, op. cit., p. 12.

³⁰ PELLEGRINO, Hélio. Um regime que destrói. In: ELOYSA, op. cit., p. 101.

não simplesmente como um fato psicopatológico. Não há como separar comportamento individual e político, pois “somos peixes dentro do aquário social, e o líquido no qual nos movemos é político”.³¹

Com relação ao torturado, a situação é dramática, pois “a solidão e o sentimento total de impotência e de passividade imposta podem destruir aquela autoconfiança mínima, necessária para afirmar a vontade da vida contra o instinto da morte”.³² Por isso a tortura

é a mais cruel, a mais nefanda, a mais bestial forma de subversão. A tortura racha o ser humano ao meio. Ela divide a unidade indissolúvel de corpo e mente. E joga o corpo do torturado contra a sua mente. Porque, na tortura, o corpo maltratado se insurge contra a decisão do torturado de calar, e se alia aos torturadores, para que o torturado fale. A tortura consegue essa coisa monstruosa que é a alienação total do próprio corpo.³³

Daí a luta incessante pela manutenção, por parte do torturado, de uma das últimas formas de resistência, ou seja, da lucidez, barreira que impede a penetração do torturador no interior de sua alma e de sua inteligência.³⁴ A lucidez é a resistência contra a cisão corpo/mente que o suplício provoca, e impede o que se chama psicanaliticamente de “identificação com o agressor”, uma das defesas mais primitivas contra a ansiedade e a perseguição imaginária. Conforme Hélio Pellegrino,

a pessoa, inconscientemente, prefere, numa parte cindida dela, identificar-se com o agressor. E isto pode ocorrer ao ponto de que alguém torturado “adira” ao torturador. Não porque seja definitivamente um canalha, mas porque sucumbiu a essa necessidade primitiva de defesa, que é a identificação com o agressor. E se isto não ocorre na realidade, por heroísmo e resistência do torturado, pode ocorrer no mundo inconsciente intrapsíquico, e a própria pessoa passa a se torturar.³⁵

A tortura política – esta praticada pelas ditaduras civil-militares de Segurança Nacional da América Latina – não deveria ser enquadrada como crime político, e sim

³¹ Ibid., p. 100.

³² BOFF, op. cit., p. 13.

³³ PELLEGRINO, op. cit., p. 98.

³⁴ CHAUÍ, op. cit., p. 34.

³⁵ PELLEGRINO, op. cit., p. 99. E no momento que o torturado passa a ser o seu próprio algoz, o suicídio, em muitos casos, não tarda a acontecer. Assim foi com o frade dominicano Tito de Alencar Lima, brutalmente torturado por Fleury e seus capangas, cuja voz ouvia em suas alucinações. Suicidou-se na França, em 7 de agosto de 1974.

como crime comum qualificado,³⁶ porque adquiriu, além de requintes de crueldade absurdos, *status* científico: foi pensada, estudada; enfim, tecnicamente analisada em seus efeitos físicos e psicológicos.

Conforme os ensinamentos do norte-americano Daniel Anthony Mitrione³⁷, “a dor exata, no lugar necessário, na proporção precisa para alcançar o efeito desejado [...]”³⁸ seriam premissas básicas para obter êxito contra o inimigo. Isto porque, caso a dor não seja utilizada na medida certa, terá sua lógica revertida contra o próprio sistema, isto é, se, durante o suplício, a dor não for infligida com maestria, pode deixar de ser instrumento de persuasão e se transformar em motivo de ódio por parte do torturado. Dessa forma, em vez de falar por medo de sofrer, física e psicologicamente, o supliciado, justamente por estar sofrendo muito, passa a odiar seu algoz. E então, como forma de castigar o carrasco e fazê-lo sofrer também, nega-se convictamente, e com todas as suas forças, a colaborar. O torturador, na medida em que aumenta sua frustração, age com mais violência, provocando cada vez mais a ira e o desprezo do torturado.

Nesse sentido, Firmiano José Pacheco, ex-delegado da Divisão de Ordem Social do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em São Paulo, notório torturador de presos políticos deste estado, afirma que o preso político é o mais difícil de ser interrogado, pois

o subversivo não aceita a autoridade do Estado, que você representa. Então, você tem de demonstrar para ele que o Estado tem meios de coagi-lo eficazmente: [o] interrogado arrisca-se a um acidente por excesso de pressão, por não saber realmente as informações de que você [o interrogador] necessita. Ele [o interrogador] arrisca-se a pressionar demais, deixando passar o momento de ruptura da resistência do delinqüente, que passa a reconhecer a autoridade do Estado, mas, como a odeia, não fala; finalmente [o interrogador] arrisca-se a se envolver emocionalmente –

³⁶ Este posicionamento jurídico é defendido pelo advogado Hermann Assis Baeta. Ver BAETA, Hermann Assis. Um regime que tortura. In: ELOYSA, op. cit., p. 25.

³⁷ Dan Mitrione, como ficou conhecido, trabalhava no escritório de Segurança Pública da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID). Em solo brasileiro, integrou a polícia entre os anos 1960 e 1967. Posteriormente, passou dois anos na escola da Academia Internacional de Polícia, em Washington. Em junho de 1969, foi enviado para Montevidéu, no Uruguai, como Chefe de Divisão de Segurança Pública, para “profissionalizar” a polícia, exatamente no momento em que o movimento tupamaro estava a todo o vapor. Em julho de 1970, foi seqüestrado pelos “tupas” e morto dez dias depois. A repercussão causada pelo justicamento de um pai de nove filhos teve impacto negativo na imagem dos Tupamaros, cuja popularidade começou a declinar a partir de então. Cf. WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo**. O acerto de contas com os torturadores. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 111-113; 122-123.

³⁸ MARIANO, Nilson. **As garras do Condor**. Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 108.

porque o interrogatório é a luta entre duas vontades, que se transforma quase um corpo-a-corpo e passa a pressionar por ódio e não para obter o fim predeterminado. (...) Não seria necessário recorrer à violência se você não corresse contra o relógio.³⁹

Para que não houvesse qualquer tipo de falha no seu principal instrumento repressivo, os militares passaram a contar com aulas de tortura, teóricas e práticas. Um dos primeiros professores dessa macabra disciplina, o já citado Dan Mitrione, demonstrava suas requintadas técnicas em mendigos recolhidos das ruas de Belo Horizonte. Posteriormente, tornaram-se cobaias os próprios prisioneiros feitos pela ditadura.⁴⁰ Vários estudantes detidos relataram, em seus processos, que serviram de cobaias em aulas ministradas a mais de cem oficiais na Polícia do Exército da Guanabara. Uma estudante de 24 anos conta que foi supliciada no Quartel da rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Nua, foi espancada, recebeu choques elétricos e também foi posta no pau-de-arara,⁴¹ entre outras humilhações e sevícias.⁴²

Nessas aulas, os militares aprendiam como infligir dor nos pontos mais vulneráveis do corpo e da alma. A cientificidade era constantemente reiterada pela presença de médicos e enfermeiros nas seções de tortura. Suas intervenções davam o aval ou não para o prosseguimento das demonstrações ou, durante toda a Ditadura Militar, dos próprios suplícios nos Centros de Operações de Defesa Interna - Destacamentos de Operações de Informações (CODI-DOI) e nos DOPS. Conforme o Dr. Pedro Henrique de Paiva,

os médicos colaboravam não só ativamente, do ponto de vista de criar formas negadoras do ser humano, destruidoras do seu moral, mas [chegaram] ao ponto máximo de cinismo que foi compactuar com a morte inventada pela repressão, fosse sob a forma de atestado falso, fosse sob a forma do ocultação de cadáver.⁴³

³⁹ PACHECO, Firmiano José *apud* FON, Antonio Carlos. **Tortura**. A história da repressão política no Brasil. 4 ed. São Paulo: Global, 1979, p. 71.

⁴⁰ ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: nunca mais**. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 32.

⁴¹ A tortura ganhou contornos nacionais de acordo com o lugar onde era praticada. No brasileiríssimo “pau-de-arara”, a vítima, de punhos amarrados, era imobilizada por meio de uma barra de ferro atravessada entre os joelhos e os braços. Tal suplício recebia o reforço da “maquininha de choque”, conhecida também como “Pimentinha” ou “Maricota”, invenção da Gestapo Nazista introduzida no país pela polícia de Getúlio Vargas na década de 1940. Cf. FON, op. cit., p. 78-79.

⁴² *Ibid.*, p. 31-33.

⁴³ PAIVA, Pedro Henrique. Um regime que destrói. In: ELOYSA, op. cit., p. 92-93.

No caso brasileiro, além das categorias violentas acima citadas, o TDE ganhou ainda o reforço da contrapropaganda massiva. Tal modalidade poderia tanto exaltar o regime quanto desmoralizar os opositores. Marchinhas com dizeres patrióticos eram postas na boca do povo, como “Eu te amo, meu Brasil, eu te amo...”. Mas esse mesmo prolapado amor adquiriu contornos radicais e intolerantes. Uma das frases mais representativas desse período e, talvez, a mais lembrada até hoje, é “Brasil: ame-o ou deixe-o”, que em seu conteúdo explicitava toda uma política repressiva, pois, ou você apoiava a ditadura, ou a abandonava.

A repressão no Uruguai também percorreu caminhos particulares. O encarceramento massivo colocou, no mínimo, a relação de 18 presos a cada 10.000 cidadãos uruguaios na cadeia, ficando o Uruguai em primeiro lugar na relação presos/habitantes nas ditaduras latino-americanas de Segurança Nacional. Esse fenômeno ficou conhecido como “*gran encierro*”, “uma estrutura portadora de uma lógica interna, que lembra uma espécie de campo de concentração”.⁴⁴ No entanto, a repressão uruguaia agia com uma precisão quase que “cirúrgica”, pois possuía dossiês completos sobre cada militante e, ao efetuar as prisões, sabia exatamente quem estava detendo.

Apesar da violência empregada nos interrogatórios e no interior das prisões, o regime uruguaio poupou a vida dos presos. Isso porque, entre outros motivos, se os militares adotassem o “desaparecimento” como estratégia de eliminação de oposição, o número de vítimas seria muito elevado num país de pequenas dimensões e com uma forte tradição democrática, podendo decorrer daí a emergência de uma oposição ameaçadora ao prosseguimento da ditadura.

Possivelmente o mais singular procedimento realizado pela ditadura uruguaia tenha sido a “política de reféns”, que tratou-se de um seqüestro de prisioneiros do próprio sistema prisional. Um grupo de forte influência política na esquerda foi vitimado nesse esquema, cujo objetivo, além da barganha, “era garantir a destruição física e mental” do detento. Formado por líderes do Movimento de Libertação Nacional – *Tupamaros*, o grupo foi utilizado como garantia de que os radicais integrantes do MLN-T não agissem mais. Caso o fizessem, o regime executaria um a um os seus reféns.⁴⁵ Uma brasileira foi refém em mãos uruguaias. Flávia Schilling⁴⁶

⁴⁴ PADRÓS, op. cit., p. 562.

⁴⁵ As condições carcerárias desses reféns eram de uma precariedade total. Suas detenções duraram aproximadamente dez anos, com o auxílio médico, quando existia, insuficiente; péssima

esteve presa por praticamente uma década, apesar das reivindicações internacionais pela sua libertação e daquelas feitas pelo governo brasileiro – embora tardias –, realizadas através do Ministério das Relações Exteriores.⁴⁷

É possível, portanto, ter-se uma idéia do que foi o TDE e como ele atuou dentro das fronteiras brasileira e uruguaia. Todavia, os limites geográficos não foram suficientes para conter a fúria da repressão. O TDE moveu-se sem passaporte entre os dois países, vitimando exilados em ambos os territórios, configurando uma categoria de integração regional um tanto sinistra, porém eficaz.

alimentação; torturas constantes; mínimo contato com familiares e rodízio pelos presídios do regime, o que os deixava numa perpétua condição de instabilidade e insegurança. Cf. PADRÓS, op. cit., p. 563-582.

⁴⁶ Sobre este caso, ver capítulo 3, item 3.1, “Brasileiros presos no Uruguai”.

⁴⁷ FIALHO, A. Veiga. **Uruguai: um campo de concentração?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 228-231.

2 GOLPES DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA

Os países da América Latina acumularam, ao longo de suas trajetórias, mais de uma centena de golpes de Estado,¹ fato que demonstra o quão frágeis são as estruturas políticas e democráticas desta região. O acirramento das relações entre os sistemas capitalista e socialista, ocorrido em nível mundial a partir de 1945, posteriormente denominado como Guerra Fria, teve como um de seus desdobramentos a implantação de ditaduras civil-militares em vários países da América Latina, via golpe de Estado.

Alfredo Stroessner, então Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, foi quem deu o primeiro passo da marcha ditatorial, em 1954, no Paraguai. Algumas medidas tomadas pelo presidente Federico Chaves, bem como a assinatura de um acordo econômico com a Argentina de Juan Domingo Perón, desagradaram as Forças Armadas e, em especial, Stroessner (que fora ignorado durante as negociações); o Brasil, que desejava aproximar-se economicamente do Paraguai, e; os Estados Unidos, incomodados com a “Terceira Posição” adotada pela Argentina.

Alegando a intromissão indevida do Presidente em assuntos militares, Stroessner arquitetou o golpe, depôs Chaves em maio e, em seu lugar, colocou uma Junta de Governo do Partido Colorado, que convocaria para julho uma eleição que o levaria ao poder como presidente eleito, e não como golpista. Seu governo, maquiado precariamente como “democracia”, perduraria até 1989, e seria marcado pela extrema corrupção e tráfico de drogas, pelos inúmeros campos de concentração e pela tortura e desaparecimentos forçados.²

Uma década depois do Paraguai, era chegada a vez do Brasil tornar-se uma ditadura civil-militar. O verde-amarelo brasileiro deu lugar ao esmaecido verde-oliva e, em substituição ao governo democrático e legalmente constituído de João Goulart, veio um regime autoritário disposto a torturar e a matar em nome de uma democracia que nunca praticou – muito pelo contrário, que ajudou a destruir, com cassações arbitrárias, perseguições políticas, censura e muita repressão.

¹ MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961: que as armas não falem**. São Paulo: Senac, 2001, p. 20.

² MORAES, Ceres. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 44-49.

Como se não bastasse, os militares brasileiros se esmeraram em apoiar e contribuir para o fim da democracia e do Estado de Direito também nos países vizinhos. Assim foi com a Bolívia, em 1971. O general João Batista Figueiredo, na condição de chefe da Casa Militar do presidente Garrastazu Médici, proporcionou dinheiro, armas, aviões e até mercenários aos adversários do general Juan José Torres, cujo governo, marcadamente nacionalista, tornou-o conhecido como o “general proletário”.³ O golpe de Estado, deflagrado pelo general Hugo Banzer, contou com aberto apoio logístico da ditadura brasileira, cujos aviões militares, exibindo as insígnias nacionais, descarregaram fuzis, metralhadoras e munições em Santa Cruz de la Sierra, enquanto tropas do II Exército posicionavam-se em Mato Grosso, prontas para intervir caso fosse necessário.⁴

Em 1973, o Uruguai também prestaria continência aos generais. Neste país, a crise política vinha num crescendo autoritário desde o governo de Pacheco Areco, passando pelo governo constitucional de Bordaberry. O desfecho seria o auto-golpe perpetrado por Bordaberry com o apoio das Forças Armadas. Durante doze anos, os uruguaios viveriam o pesadelo de uma ditadura civil-militar que destruiria o que um dia foi o país modelo da América Latina.

Nesse mesmo ano, um pesado bombardeio ao La Moneda poria um trágico fim à administração de Salvador Allende, no Chile. O regime de esquerda de Allende vinha sofrendo, desde seu início, boicotes e sabotagens de toda natureza, orquestrados por grandes empresários nacionais e estrangeiros, desgostosos com as reformas socialistas executadas. Uma tentativa de golpe ocorreu em junho; porém, multidões de trabalhadores e generais constitucionalistas reagiram e venceram. No entanto, em 11 de setembro, a investida das Forças Armadas, representadas pela figura de Augusto Pinochet, foi decisiva. O ataque ao palácio do governo não foi páreo à resistência de Allende e seus companheiros. Diante de sua morte, os militares “adonaram-se” do poder, dando início a uma era de crimes e de Terror de Estado, com fuzilamentos em massa, campos de concentração, e desaparecimentos de cadáveres.⁵

³ Expressão cunhada pelo jornalista argentino Rodolfo Walsh (que também foi assassinado pela repressão, em 1977), em referência à política nacionalista de seu governo. Cf. MARIANO, op. cit., p. 84.

⁴ Ibid., p. 83-85.

⁵ A conhecida falta de escrúpulos do general Augusto Pinochet, que se manteve no poder durante 15 anos, é confirmada e destacada pelos seus dizeres diante do descobrimento de uma fossa comum

Para coroar a consolidação das ditaduras civil-militares na América Latina, efetivou-se o Golpe de Estado na Argentina, em 1976. Quando ele acontece, a repressão empreendida pelo governo de María Estela Martínez de Perón, a Isabelita, já havia desbaratado os grupos de oposição (*montoneros*, peronistas e guerrilheiros do Exército Revolucionário do Povo - ERP); mas os militares, ainda sob o mesmo pretexto, qual seja, do perigo representado pelos grupos guerrilheiros, invadiram ruas e instituições, e mergulharam o país num mar de repressão e violência.

A ditadura argentina lançou mão de um brutal terror de Estado, caracterizado pelo silêncio e pela impunidade. Para a maioria dos que não concordavam com a ditadura e contestavam-na, restou a vala comum – ou o exílio. Dezenas de campos de concentração disseminaram-se pelo país para receber prisioneiros. Estes, após serem torturados até o limite de suas forças, tinham seus corpos queimados, enterrados ou arremessados em alto mar, nos chamados “Vôos da Morte”.⁶

Todos esses regimes latino-americanos contaram com o apoio logístico e financeiro dos Estados Unidos e, balizados pelo *corpus* ideológico proporcionado pela DSN, valeram-se do terrorismo de Estado para eliminar opositores políticos.

Uma vez que o recorte temático do presente estudo se detém apenas ao Brasil e Uruguai, as próximas páginas contêm uma análise detalhada sobre a gestação e execução do golpe de estado, o desenrolar do regime e o emprego da repressão em cada um desses países.

2.1 Brasil

Uma forte “intempérie” acometeu a política brasileira no início da década de 1960. A renúncia do Presidente da República surpreendeu a todos.⁷ Eleito por quase

com dezenas de cadáveres mutilados: “Es un ejemplo de economía”. BLIXEN, Samuel. **El vientre del Cóndor**: del archivo del terror al caso Berríos. 3 ed. Uruguay: Ediciones de Brecha, 2000, p. 6.

⁶ Adolfo Francisco Scilingo, ex-capitão-de-corveta, admitiu em entrevista ao jornal *Página 12*, de Buenos Aires, que “fizemos coisas piores do que os nazistas”. Em 1995, Scilingo disse ter-se arrependido, e denunciou os crimes que se cometiam contra presos políticos durante a ditadura militar. MARIANO, op. cit., p. 48-54.

⁷ Quando da renúncia de Jânio, Moscou declarou que esta teria sido resultado da intervenção dos Estados Unidos nos assuntos do Brasil: “mais de cem golpes de estado na América Latina encontram explicação nos arquivos do Departamento de Estado e do serviço secreto norte-americano, onde se refletem as maquinações dos trustes e monopólios internacionais”. No mesmo sentido manifestaram-se China e Cuba. Os EUA classificaram a acusação como “absurda”, pois

seis milhões de votos, Jânio Quadros subitamente abandonou o cargo após sete meses de governo. Em carta enviada a Luiz Barcellos (Anexos 1 e 2), amigo pessoal e um de seus cabos eleitorais no Rio Grande do Sul, em 1968, quando exilado em Corumbá, Jânio afirmou:

Se há instante da minha vida do qual me envaideço, e o repetiria tantas vezes quantas a coragem me assistisse, é o da renúncia à Presidência. Não nasci para as glórias do Poder Formal, sem a possibilidade de exercê-lo em sua plenitude, a favor do povo. O Poder, pelas suas honras, vantagens e facilidades, não me interessa. Ele é, e só, o meio de cumprir o dever, e quando não permite esse cumprimento passa a ser um logro, uma vergonhosa mentira, um ludíbrio coletivo, e outros o exerçam, com suas vaidades e suas ambições pessoais. Eu, nunca! Nasci assim, e assim espero morrer.⁸

Na análise de René Dreifuss, por detrás dessa aparentemente inexplicável abdicação, acima fragilmente justificada pela impossibilidade de governar para o povo devido à volubilidade do poder, havia uma esperança de Jânio Quadros: a de que seria inexoravelmente recolocado na Presidência, via golpe de Estado, por uma coalizão formada por militares, empresários e classe média.⁹ Sua estratégia era deter em suas mãos todo o poder do Estado, uma vez que o parlamento seria fechado, cabendo-lhe exclusivamente tomar todas as decisões relativas aos impasses políticos e econômicos do país. Qual foi a frustração de Jânio ao perceber a falta de repercussão de sua renúncia: ninguém pareceu se importar, e restou-lhe tão-somente o fechar das cortinas políticas.

Em contraposição, o cenário se abria inesperadamente a João Goulart, Vice-Presidente, considerado herdeiro político de Getúlio Vargas. Segundo a Constituição, ele deveria ser empossado no lugar de Jânio Quadros. Todavia, suas tendências políticas baseadas no apoio de setores majoritários da esquerda

suas relações com este governo sempre foram cordiais. Allen Dulles, diretor da CIA, atribuiu a renúncia, isto sim, a uma tentativa golpista de Jânio, tal como fizeram Fidel Castro e Juan Domingo Perón. Ver MARKUN; HAMILTON, op. cit., p. 20-21.

⁸ QUADROS, Jânio. **Carta Luiz Barcellos**. Agradece a solidariedade e lealdade da família Barcellos. Corumbá, 7 nov. 1968. 2 p. Arquivo Pessoal Tomaz Barcellos. Entre agosto e novembro de 1968, Jânio Quadros foi detido em Corumbá, e confinado no Santa Mônica Hotel. Luiz Barcellos foi visitá-lo e, ao chegar no hotel, foi impedido de conversar com o ex-presidente. Foi-lhes permitida apenas a troca de cartas, e a carta acima citada é a resposta de Jânio Quadros à de seu amigo e companheiro político.

⁹ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 129.

alarmavam, além de seus opositores direitistas, a classe média, militares conservadores e grandes empresários e agropecuaristas.

No momento da declaração de vacância da Presidência da República, em agosto de 1961, Goulart estava em visita à China. Conforme rezava a Constituição, Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, assumiria o cargo interinamente. Entretanto, a intenção dos Ministros Militares, liderados pelo Ministro da Guerra, Mal. Odílio Denys, era impedir a posse de João Goulart.¹⁰

Não tardaram manifestações em defesa da lei. Tanto no Senado como na Câmara dos Deputados, muitos se colocaram contra a tentativa golpista que se desenhava escancaradamente no Planalto. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, que além de companheiro político de Jango, era também seu cunhado, conduziu um forte movimento de resistência em favor da legalidade, anunciando que recorreria às armas, caso fosse necessário. Para tanto, ganhou a adesão do Comandante do III Exército, General Machado Lopes, que afirmava obedecer somente às ordens do Chefe das Forças Armadas, ou seja, do Presidente da República por direito, João Goulart.¹¹

O desfecho deste impasse político viria somente com uma proposta de Emenda Constitucional, onde estaria prevista a adoção do regime parlamentarista no Brasil. De acordo com Hélio Silva, essa emenda foi

a fórmula salvadora encontrada às pressas para evitar a guerra civil, cuja possibilidade assustava a tantos, na medida em que um setor do Exército e amplos setores populares e civis se dispunham a defender a posse do Presidente e a legalidade ameaçada.¹²

De fato, a emenda evitou uma provável guerra civil porque deu posse a um presidente sem poderes. A implementação do parlamentarismo transferiu ao Legislativo o poder do Executivo, cujas decisões passariam a depender da aprovação parlamentar. Logo, não haveria grandes sobressaltos na administração

¹⁰ SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou ContraGolpe?** 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 1978, p. 39-40.

¹¹ O Gen. Machado Lopes recebeu ordens do Ministro da Guerra, Mal. Denys, no sentido de persuadir o Governador gaúcho a desistir da resistência, mesmo que para isso fosse necessário bombardear Porto Alegre. O Comandante negou-se a cumprir tal ordem, pois a considerava, além de absurda, inconstitucional, e acabou por integrar-se publicamente à Campanha da Legalidade empreendida por Brizola. Isso demonstra que muitos oficiais das Forças Armadas estiveram, nesse momento, ao lado da Constituição. Cf. *ibid.*, p. 65-66.

¹² *Ibid.*, p. 156.

Goulart, nem quaisquer surpresas com relação às medidas econômicas de seu governo.

João Goulart assumiu a Presidência da República em 7 de setembro e, em menos de um ano e meio, restaurou o presidencialismo através de um plebiscito, recuperando seus poderes. Contudo, sofria forte pressão no sentido de executar as reformas de base, carro-chefe da plataforma política de sua campanha.

Devido ao seu conteúdo, as reformas de base assombravam uma minoria privilegiada (como os grandes capitalistas, que temiam as leis de remessa de lucros, ou os fazendeiros, que abominavam a reforma agrária). Os militares, por sua vez, preocupavam-se com uma suposta corrupção e com o destino da nação, ameaçada pelo “perigo comunista”. Nisto, contavam com a solidariedade da classe média, também temerosa perante uma “eminente” revolução vermelha.

A crise, nesse contexto, era uma realidade inevitável. E o estardalhaço promovido pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ligados diretamente ao capital internacional e a alguns militares do alto escalão, colaboravam na desestabilização civil do Governo Goulart. No dizer de René Armand Dreifuss,

[...] a elite orgânica lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas. Mas antes de se iniciarem hostilidades a [sic] nível político-militar, desenvolveu uma campanha ideológica multifacetada contra o bloco histórico-populista. Tal ação compreendia a desagregação dos quadros populistas, assim como aqueles de imaturos grupos reformistas, adiando as ações do Executivo e tentando conter o desenvolvimento da organização nacional de classes trabalhadoras.¹³

O objetivo do Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) era incutir o medo ao comunismo em empregados e patrões. Assim, procurar-se-ia evitar qualquer manifestação de massa ou comício, criando dessa forma um clima político instável, um caos político e econômico,¹⁴ que favorecesse o Golpe de Estado.

¹³ DREIFUSS, op. cit., p. 229.

¹⁴ Ibid., p. 230.

O acirramento da crise se deu em março de 1964, sobretudo com o comício do dia 13. Sob o mote das Reformas de Base, aproximadamente duzentas mil pessoas foram à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde Jango assegurou a nacionalização de refinarias de petróleo particulares, a desapropriação de terras para a reforma agrária, a realização de reforma eleitoral, universitária e constitucional, e a contenção da inflação. Esta deveria ser a primeira de uma série de manifestações, que se encerrariam no dia 1º de maio, com um grande comício popular. Todavia, o episódio da Central do Brasil

[...] acabou significando bem mais do que planejava o presidente João Goulart. Os setores dominantes conservadores, que viram no comício a possibilidade de radicalização de esquerda, não suportavam a irrupção das lideranças populares que se faziam cada vez mais atuantes. Mas, esses mesmos grupos dominantes já não consideravam o nacional-estatismo de Jango um meio eficaz de manter o *status quo*, os privilégios e o enriquecimento obtido até então.¹⁵

O desgaste sofrido pelo Governo de Goulart era tamanho que, no dia 19, em São Paulo, a anticomunista Marcha da Família com Deus pela Liberdade colocou quase meio milhão de pessoas nas ruas. Muito embora não se deva considerar a realização desta manifestação em resposta àquela, ambas foram

[...] indício da polarização da sociedade brasileira em torno de dois projetos de desenvolvimento: aquele defendido por Goulart, parcialmente apoiado pelas forças de esquerda, e que previa um capitalismo nacional-popular e progressista, e outro, defendido pelos empresários e monopólios estrangeiros e secundado pelos militares, que previa a expansão capitalista, dentro da ótica de um processo de internacionalização.¹⁶

Juntamente com essas manifestações, aconteceu a greve dos marinheiros e dos fuzileiros navais, e também o discurso proferido por Jango aos militares, no dia 30 de março, no Automóvel Club do Rio de Janeiro, que seria o estopim da crise. A alegação dos militares com relação a uma suposta quebra de hierarquia e disciplina, fomentada pelo Presidente da República, e o anticomunismo disseminado, aliados ao contexto político-econômico instável, resultou na deflagração de um golpe de

¹⁵ WASSERMAN, Claudia. O Império da Segurança Nacional: o Golpe Militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (orgs.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 37.

¹⁶ *Ibid.*, p. 38.

Estado. Um golpe civil-militar que contou com o apoio da sociedade, “não porque o Presidente da República quisesse realizar reformas, mas porque [as pessoas, o povo] acreditaram que essas reformas eram identificadas com o socialismo”.¹⁷ Assim, pode-se afirmar que “o Governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o espectro do Golpe de Estado”.¹⁸

De fato, em 1º de abril de 1964, consumou-se um Golpe de Estado, derrocando um governo democrático e constitucional. O discurso dos militares, no entanto, o adornaram como “Revolução”, a “Revolução de 31 de Março”. Dentro das próprias Forças Armadas, houve quem classificasse o episódio de maneira mais comedida, como é o caso do próprio general Ernesto Geisel, quando afirmou que “o que houve em 1964 não foi uma revolução”,¹⁹ e também do general Octávio Costa, que o considera como sendo um “movimento”.²⁰ Existem ainda os que acreditam que o Brasil estava à beira de um golpe de esquerda, portanto, fizeram-no antes, para “salvar” o povo brasileiro, como defende o general Carlos Alberto da Fontoura. Sua justificativa é a de que “nós [os militares] não fizemos o golpe. Fomos obrigados a dar o **contragolpe** pelo povo brasileiro [grifo nosso]. [...] neste país, tudo presta, mas o povo ainda não está à altura do país que Deus lhe deu”.²¹

A discussão em torno do protagonismo do Golpe efetivado em 1º de abril é muito polêmica; as explicações, via de regra, ou dão os louros da vitória aos militares, que teriam contado com apoio dos grupos econômicos brasileiros, ou aos grupos econômicos brasileiros, que teriam sido apoiados pelos militares. Portanto, é relevante o debate, do ponto de vista historiográfico, sobre os eventos de abril de 1964, especialmente em torno do que foi exatamente o 1º de abril de 1964 e quem o fez, como fez e por quê.

Embora denomine 1964 como “revolução”, o brasilianista Alfred Stepan avalia os fatos sob uma ótica interessante: a de que os militares, uma vez sendo parte integrante do conjunto do sistema político, reagiram conforme as suas mudanças,

¹⁷ Ibid., p. 38.

¹⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004, p. 68.

¹⁹ GEISEL, Ernesto *apud* GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 138.

²⁰ COSTA, Octávio. Depoimento. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 278.

²¹ FONTOURA, Carlos Alberto da. Depoimento. In: Ibid., p. 101.

provocando a alteração do padrão de conduta das próprias Forças Armadas que, até então, faziam pequenas intervenções na política, sem jamais se apropriarem do poder definitivamente. Assim, afirma que as motivações da “revolução” originaram-se da

inabilidade de Goulart em “reequilibrar” o sistema político. Até 1964, teria havido no Brasil um padrão de relacionamento entre os militares e os civis caracterizável como “moderador”, isto é, os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder, até porque não estariam convencidos da sua capacidade e legitimidade para governar. A singularidade da crise de 1964 estaria precisamente na capacidade que teve de transformar tal “padrão”, pois, além da percepção de que as instituições civis estavam falhando, os militares também se sentiram diretamente ameaçados em função da propalada quebra da disciplina e da hierarquia, suposto passo inicial para a dissolução das próprias Forças Armadas, já que Goulart poderia dar um golpe com o apoio dos comunistas e, depois, não controlá-lo mais.²²

De modo geral, as análises marxistas concebem a atuação dos militares como instrumentos da burguesia, enfatizando as determinações econômico-estruturais e os condicionamentos de classe. Nesse sentido, defendem o caráter preventivo do golpe. Dentro dessa linha interpretativa está, por exemplo, Jacob Gorender, para quem o Golpe se fez em razão dos rumos que estava tomando o governo de João Goulart e a esquerda num todo, ou seja, da eminência de uma revolução socialista no país. Para ele,

Os três fatores principais determinantes do comportamento das Forças Armadas [antipopulismo, anticomunismo, indisciplina nos meios militares] impeliram no sentido da mesma reação conservadora, antidemocrática e autopreservadora. Que se consumou não só no golpe, mas também na ocupação da chefia do Estado e deu origem, pela primeira vez na história do Brasil, a uma ditadura militar.²³

Comungam, em traços gerais, dessa mesma lógica, os posicionamentos de João Quartim de Moraes, Caio de Navarro Toledo e Daniel Aarão Reis Filho. Para o primeiro, “o que ocorreu em março-abril [de] 1964 foi um golpe reacionário da direita

²² STEPAN, Alfred *apud* FICO, Carlos. **Além do Golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 31.

²³ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 58-59.

do qual os militares constituíram o instrumento decisivo”.²⁴ Para o segundo, o golpe foi contra a democracia e as reformas que se encaminhavam no governo de Jango.²⁵ Ainda, para Reis Filho, o golpe teve o papel de “reforçar a hegemonia do capital internacional no bloco de poder”, e tornou-se vitorioso porque

fora produto de uma ampla e heterogênea frente – social e política. Uniram-se o grande, o médio e o pequeno capital [...]. A amplitude dessa frente, aliás, condicionaria, no interior das Forças Armadas, uma unidade que seria dificilmente concebida em condições “normais”: marchariam juntos os legalista-burocráticos, a “Sorbonne”, os duros da Escola de Comando e o Estado-Maior do Exército, os comandos locais do Exército, comandos importantes da Marinha e Aeronáutica e até mesmo os amigos de Jango.²⁶

René Armand Dreifuss também vê os militares como ferramenta das pretensões burguesas. No entanto, foca sua análise no papel do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Segundo ele, estas instituições erigiram-se como um “Estado-Maior da burguesia multinacional-associada”,²⁷ e engendraram o que chamou não de golpe das Forças Armadas, mas sim de “movimento civil-militar”.²⁸

Outras interpretações, como a de Gilvan Veiga Dockhorn, apontam no sentido de que em 1964 houve uma intervenção, e não um golpe ou uma revolução:

A intervenção de 1964, sob determinados aspectos, inscreve-se como resposta à emergência da crise política da sociedade e do próprio funcionamento do Estado [...]. Mais do que a saída de uma crise conjuntural, a coalizão intervencionista afirmava-se portadora de um projeto histórico que, embora não sendo única expressão do bloco dominante, foi endossado pelo conjunto das frações deste.²⁹

Há ainda a discussão, nos meios acadêmicos, a respeito do caráter do golpe. Gláucio Ary Dillon Soares defende que o golpe foi essencialmente militar, uma

²⁴ MORAES, João Quartim de. O colapso da resistência militar ao golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. São Paulo: Unicamp, 1997, p. 131.

²⁵ TOLEDO, op. cit., p. 67-77.

²⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 57.

²⁷ DREIFUSS, op. cit., p. 145.

²⁸ Ibid., p. 361.

²⁹ DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga. **A Redefinição do Estado Autoritário Brasileiro: A Perspectiva do Parlamento Sul-Rio-Grandense (1974-1984)**. Porto Alegre: PUCRS, 2004, p. 16.

“conspiração dos militares com apoio dos grupos econômicos brasileiros”,³⁰ e não o contrário, como afirmaria, por exemplo, René Dreifuss. Outros posicionamentos, como o de Carlos Fico, resultam em análises mais ponderadas e, conseqüentemente, mais completas, porque consideram tanto aspectos macroestruturais como conjunturais em reciprocidade e concomitância, uma vez que sozinhos, os grupos econômicos não teriam a força para deflagrar o golpe, isto é, a força bélica militar. E os militares, por sua vez, como não conformavam uma conspiração muito articulada, sem a desestabilização civil promovida pelos empresários nacionais e internacionais em torno do IPES/IBAD, tampouco seriam capazes de tomar o poder. Portanto,

é incontestável a atuação dos empresários para a desestabilização do governo Goulart, tanto quanto foi fundamental a atuação propriamente militar que surgiu das conspirações dispersas na caserna. Não são fatores contrapostos. Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. Portanto, é preciso bem distinguir a atuação desestabilizadora (a propaganda do IPES e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas do 31 de março.³¹

A esse respeito, Carlos Fico ainda assegura com propriedade que:

Não há nenhuma fragilidade lógica ou teórica em considerarmos como dados causais necessários à explicação do golpe aspectos macroestruturais (as demandas do capital internacional), decorrências sociopolíticas de tais demandas (luta política organizada dos empresários), padrões de funcionamento das instituições (impasses do sistema políticos) ou os comportamentos e as leituras de agentes históricos singulares (percepção de “caos” e quebra da disciplina/hierarquia pelos militares). [...] importa dizer que *todos* esses aspectos devem ser considerados – e não, exclusivamente, um ou outro – quando da análise de fenômenos complexos, como visivelmente foi o golpe de 64. Descartar a importância das imposições decorrentes dos rearranjos do capital internacional seria um erro tão flagrante quanto não considerar o papel específico dos militares.³²

Cabe mencionar a importância, nesse contexto, da DSN para os golpistas de 1964 e seus aliados. Concebida como “um conjunto de princípios e normas que

³⁰ SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **21 anos de regime militar**. Balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 34-35.

³¹ FICO, 2004, op. cit., p. 42.

³² Ibid., p. 42-43.

serviram de base ao sistema capitalista ocidental e, segundo o qual o mundo estava dividido entre o bem e o mal, sendo esse último representado pelo comunismo internacional”,³³ aquela se constituiu num conjunto de fundamentos ideológicos norteadores da prática política. Por conseguinte, aparatava a prática repressiva implantada pela ditadura civil-militar, cujo foco central era o combate às idéias marxistas, conforme as orientações dos cursos realizados pelos oficiais brasileiros nos Estados Unidos.³⁴

Por conseguinte, a chegada dos militares ao poder esteve acompanhada por uma repressão feroz desde seus primeiros instantes. Os casos de torturas denunciados em todo o país, considerados pelo governo como “excessos isolados”, evidenciaram, em pouco tempo, uma prática generalizada, de modo especial em procedimentos envolvendo presos políticos.

As centenas de denúncias sobre maus tratos nas prisões que pipocavam em todo o país eram veementemente negadas pelos militares, e continuariam sendo para sempre, por parte de alguns, como se pode notar no depoimento do general José Luiz Coelho Netto, datado de janeiro de 1993: “não era hábito da 2ª Seção de São Paulo matar ninguém, nem fazer tortura. Não era hábito. Bom, dar uns encontrões ou uns cascudos... Mas isso não é tortura. Tortura é outra coisa. Nunca houve tortura. Nunca houve”.³⁵ Já o general Gustavo Moraes Rego Reis deixa implícito que a tortura era prática comum. Para ele,

por mais reprovável que fosse a conduta dos subversivos – no meu fraco entender –, nada justificaria os agentes da lei utilizarem-se de tais métodos. E o mais grave, protegidos e acobertados pela irresponsabilidade e pela impunidade. [...] Durante anos e anos, os nossos regulamentos disciplinares prescreviam como transgressão grave “maltratar preso sob sua guarda” [...].³⁶

O argumento de que os comandantes nada sabiam sobre a tortura mostrou-se, pela lógica, falho desde o início de sua utilização. No interior das Forças Armadas, a hierarquia é um pressuposto fundamental; sua quebra é algo inadmissível. Isto é, tudo que se passa no interior de uma unidade militar está sob os auspícios do comandante; assim,

³³ WASSERMAN, op. cit., p. 30.

³⁴ BURNIER, João Paulo Moreira. Depoimento. In: D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, op. cit., p. 186.

³⁵ COELHO NETTO, José Luiz. Depoimento. In: Ibid., p. 238.

³⁶ REIS, Gustavo Moraes Rego. Depoimento. In: Ibid., p. 156.

“o comandante só não sabe [de algo] quando não faz questão. [...] O comandante é o responsável por tudo que faz ou deixa de ser feito em sua organização. [...] O comandante será sempre o responsável, sabendo ou não sabendo. Caso não saiba, é pior, pois foi, sem dúvida, traído por seus subordinados”.³⁷

Ou seja, “o princípio de liderança militar diz que o comandante é o responsável por tudo o que sua tropa faz ou deixa de fazer”.³⁸ Destarte, os comandantes das unidades de repressão foram responsáveis pelas torturas que aconteceram nas dependências desses órgãos, quer soubessem ou não. Da mesma forma que, em última instância, também foram responsáveis por esses crimes todos os generais que ocuparam a cadeira presidencial, pois cada um deles foi, em dado momento, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas.

Entretanto, o princípio da hierarquia não exime de culpa os oficiais de menor escalão. Estes foram tão culpados por crimes de lesa humanidade quanto seus superiores, na medida em que estavam dentro das salas de tortura, praticando-a indiscriminadamente. A justificativa da obediência devida se esvazia perante a gravidade dos fatos.

Entretanto, a violência no combate à esquerda jamais teria atingido patamares tão altos se não fosse a sofisticação do próprio aparelho repressivo. Poucos meses após o golpe civil-militar, em meio ao clima de radicalização da “Revolução”, sairia do papel o projeto de criação do Serviço Nacional de Informações (SNI).³⁹ O idealizador desse órgão foi o coronel Golbery do Couto e Silva,⁴⁰ analista de geopolítica famoso por teorizar sobre o posicionamento do Brasil

³⁷ Ibid., p. 156.

³⁸ MENDES, Ivan de Souza. Depoimento. In: Ibid., p. 174.

³⁹ O governo de Juscelino Kubitschek criara um Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), considerado no pós-64 como ineficiente para atender as demandas, fosse por não oferecer informações seguras, fosse por destoar da DSN. Daí a proposta de criação de uma nova instituição, afinada com a ideologia de Segurança Nacional. Para tanto, os militares brasileiros contaram com a orientação norte-americana e, posteriormente, esses órgãos obteriam também o auxílio econômico de grandes multinacionais, como a Ford, General Motors e o Grupo Ultra. Cf. FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 40; e ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: nunca mais**. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 73.

⁴⁰ O General Golbery, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República no governo de Castelo Branco, planejava a estruturação de um órgão dessa natureza desde os anos 1950. Apesar de seu esmero na elaboração intelectual da Doutrina de Segurança Nacional e do SNI, dentro do jogo político dos militares, Golbery situava-se ao lado dos “moderados”.

no contexto da Guerra Fria⁴¹ e sobre a DSN, figura importante para a elaboração das teorias propaladas na Escola Superior de Guerra.

Projetado para ser, como o nome explicita, um órgão de informações, destinado a munir o Presidente da República com dados importantes para assessorá-lo na tomada de decisões, o SNI gradualmente desviou-se de sua função, à medida que foi sendo ocupado pela linha dura,⁴² mais exatamente a partir do governo de Costa e Silva. A partir de 1968, este órgão, até então voltado exclusivamente ao processamento de informações, transformou-se também em instância consultiva, com poder decisório no âmbito do poder executivo. Dessa forma, tornou-se centro do complexo Sistema Nacional de Informações (SISNI), composto, por sua vez, por uma série de órgãos burocraticamente organizados,⁴³ que deveriam interagir com a polícia política.

Conforme Carlos Fico, os principais motivos da formação desse sistema de segurança foram

em primeiro lugar, a existência de um “projeto de maior alcance que se impunha atemporalmente e que acreditava que, via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada”. Em segundo lugar, a generalizada insatisfação da linha dura com o aparelho repressor existente, com a lentidão e limitações da Justiça e, em decorrência, com a impressão de “fragilidade” que o regime militar pudesse estar transmitindo.⁴⁴

Por conseguinte, a estruturação de uma polícia política fortemente repressiva também estaria vinculada às frustrações dos oficiais mais exaltados, decepcionados pelas punições moderadas nos primeiros momentos do regime, e ansiosos por uma atuação mais enérgica, que combatesse de fato as “ameaças” que rondavam o regime. Era preciso “agir”. Por isso, nesse contexto, a montagem de uma estrutura

⁴¹ SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

⁴² Ficou conhecida como “linha dura” uma ala mais exaltada dos militares, que exigia medidas radicais contra quaisquer “ameaças”, especialmente a comunista. Em contraposição, integravam a linha moderada militares que acreditavam ser possível governar dentro dos limites da lei, e se opunham tanto à direita reacionária quanto à extrema esquerda. O critério para tal classificação situava-se no grau de violência dispensado aos “inimigos” do regime. Contudo, essa divisão generalista escondeu uma variada gama de cores políticas existentes dentro de cada um desses grupos.

⁴³ O SISNI era composto pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pelos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, pelos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares, pelo Subsistema de Informações Estratégicas Militares e por outros órgãos setoriais. Ver FICO, op. cit., 2001, p. 71-110.

⁴⁴ Ibid., p. 113-114.

nacional de repressão, sob o comando das Forças Armadas, emergia como fundamental no combate ao “perigo comunista”, pois

os chefes militares tinham absoluta certeza da incapacidade das Polícias Militar, Civil e Federal em controlar a penetração marxista dentro dos órgãos de comunicação e de administração pública e, em especial, dentro das próprias Forças Armadas.⁴⁵

A deturpação de leis e direitos prefaciou a organização do aparelho repressivo. O Ato Institucional Nº 2 (AI-2) determinou a adoção de jurisdição militar no tocante a crimes políticos e suspendeu temporariamente o *habeas corpus*. Mas “foi o AI-5 [13 de dezembro de 1968] que abriu as portas para a efetivação do sistema de segurança”,⁴⁶ pois além de restabelecer cassações e suspensões de direitos políticos, suspendeu a garantia do *habeas corpus* por tempo indeterminado.⁴⁷ Com estas alterações jurídicas, os militares ganharam espaço para concretizar os objetivos da “Revolução”. Teriam, assim, liberdade de ação nos casos de crimes políticos e crimes contra a segurança nacional.

Uma espécie de “projeto piloto” da repressão foi implantado em São Paulo, cidade considerada “centro irradiador dos movimentos de esquerda”.⁴⁸ Lançada em meados de 1969, a Operação Bandeirantes (OBAN) reuniu as Forças Armadas, a Polícia Federal e a Polícia Estadual – Civil e Militar – com o intuito de travar uma luta anti-subversiva e anti-terrorista.

A OBAN, sob a ótica de Carlos Fico, “era uma organização que contava com o apoio oficial, mas não estava prevista nem normatizada por nenhum diploma legal da época”. Mesmo assim, configurou-se como imprescindível para a “consolidação do projeto de estruturação do sistema de segurança”.⁴⁹ De fato,

o SISSEGIN não foi instituído por diplomas regulares (leis, decretos) ou excepcionais (atos institucionais, atos complementares, decretos-leis), mas por diretrizes sigilosas preparadas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo presidente da República.⁵⁰

⁴⁵ BURNIER, op. cit., p. 190.

⁴⁶ FICO, op. cit., p. 144.

⁴⁷ Ibid., p. 66.

⁴⁸ FON, Antonio Carlos. **Tortura**. A história da repressão política no Brasil. 4 ed. São Paulo: Global, 1979, p. 19.

⁴⁹ FICO, op. cit., 2001, p., 116.

⁵⁰ Ibid., p. 119-120.

Devido justamente à ausência de estrutura legal, a OBAN adquiriu ampla margem de liberdade em suas ações. Ainda que o general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército (São Paulo), freqüentasse assiduamente a Delegacia de Polícia, à rua Tutóia, sede da Operação, não havia vinculação formal e legal entre esta e o Exército,⁵¹ apesar de sua subordinação àquele comando.

Os êxitos obtidos pela OBAN na repressão à esquerda – alicerçada fundamentalmente na violência – fizeram com que tal modelo fosse adotado em nível nacional. Então, o sistema CODI-DOI suplantou a OBAN e se estabeleceu em todo o país.⁵²

A organização do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), da polícia política propriamente dita, envolveu todos os governadores de estados e os secretários de segurança pública. De acordo com as normas contidas nas diretrizes de segurança interna, em cada área militar deveriam ser criados órgãos cuja responsabilidade estaria a cargo do comandante do Exército respectivo, que seria denominado comandante de Zona de Defesa Interna (ZDI). Como o Brasil ficou dividido em seis grandes zonas, poderiam ser criadas Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Sub-Áreas de Defesa Interna (SADI) dentro de cada grande zona, segundo as necessidades repressivas.⁵³ Em cada ZDI seriam criados um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um CODI e um DOI. Constituídos basicamente por militares e políticos do alto escalão, aos Conselhos de Defesa Interna cabia auxiliar os comandantes das Zonas de Defesa Interna, bem como promover a organização e colaboração entre as esferas civis e militares das referidas zonas.

Sob comando do chefe do Estado-Maior do Exército de cada ZDI, estavam os Centros de Operações de Defesa Interna, que contavam também com representantes das três armas, das polícias estaduais e federais e de membros da agência local do SNI. Tinham por objetivo elaborar, controlar e executar medidas de defesa interna, e garantir a sincronia e a articulação de todas as esferas envolvidas.

⁵¹ ARQUIDIOCESE, op. cit., p. 73.

⁵² Em Porto Alegre, na mesma época da criação da OBAN, foi instalada a Divisão Central de Informações (DCI), com vinculação legal à Secretaria de Segurança Pública. No entanto, o controle desse órgão estava sob os auspícios do comando militar. A DCI tinha por função apenas a análise e produção de informações. Encarregado dos interrogatórios e ações de combate estava o Departamento de Ordem Política e Social. Essa estrutura manteve-se por algum tempo, mesmo já instalados os CODI-DOI, em substituição à OBAN na grande São Paulo. Cf. FICO, op. cit., p. 117-118.

⁵³ Ver FICO, op. cit., 2001, p. 120-123.

Quem efetivamente atuava na repressão e levava a cabo a “guerra suja” eram os DOIs, comandados por um tenente-coronel. É interessante notar a volatilidade desse órgão, pois, uma vez desprovido de composição fixa,⁵⁴ permitia a circulação incessante de pessoal e adaptação rápida às situações de combate à “subversão”. O envolvimento entre militares e policiais, contido na noção de “guerra interna”, associado à mobilidade interna dos DOIs, fizeram com que em inúmeras mãos respingassem o sangue dos militantes de esquerda, o que, de certo modo, contribuiu para a perpetuação de um pesado silêncio quanto às atrocidades praticadas pelos DOIs.

Os DOIs possuíam uma estruturação interna “composta por setores especializados em operações externas, informações, contra-informações, interrogatórios e análises, além de assessoria jurídica e policial e setores administrativos”.⁵⁵ Dentro dessa estrutura, às Turmas de Investigação e às de Interrogatório competia manter arquivos atualizados e analisar depoimentos e materiais apreendidos. Já às Turmas de Busca e Apreensão, subordinadas à Seção de mesmo nome, tocava o trabalho “extra-muros”, ou seja, agir de fato na caçada à “subversão”, cobrindo “pontos”, “estourando aparelhos”, apreendendo material “subversivo”, prendendo opositores.

Foi dentro dos DOIs que a tortura tornou-se prática comum no tratamento dispensado aos prisioneiros. Visando extorquir informações – delações –, tais como revelações de “pontos” (encontros estratégicos entre militantes), de “aparelhos” (locais que abrigavam opositores) e de nomes de companheiros das organizações, policiais e militares lançavam mão de uma série de violências físicas e psicológicas contra os detidos. O combate à oposição era encarado realmente como uma guerra. Isto fica muito claro na fala do general Leônidas Pires Gonçalves, chefe do Estado-Maior do I Exército entre 1974 e 1977, responsável direto pelas atividades do CODI-DOI do Rio de Janeiro nesse período:

Eu sempre dizia para os meus homens: “ao entrar num ‘aparelho’, [...] guerra é guerra. Entrem para cumprir a missão.” E outra coisa que eu

⁵⁴ Dentro do funcionamento das estruturas militares, os “destacamentos” são composições flexíveis, ao contrário de outras instâncias como batalhões ou companhias, e são formados para atender a necessidades específicas; daí sua instabilidade quanto ao pessoal e à função.

⁵⁵ FICO, op. cit., 2001, p. 124.

costumava dizer: “Na hora de tomar chocolate, não se dá tiro; na hora de se dar tiro, não se dá chocolate” [...].⁵⁶

A montagem burocrática da estrutura repressiva, seus órgãos comandantes e comandados, suas subordinações, enfim, todas as suas engrenagens de funcionamento, compostas por peças com funções específicas, levaram ao reconhecimento internacional do sistema de segurança brasileiro. A eficiência demonstrada nos resultados da contra-“subversão” e do contra-“terrorismo” fez com que fosse exportado *know-how* brasileiro a outros países da América Latina.

Em pouco tempo, a eficiência do sistema repressivo brasileiro ganhou tal envergadura a ponto de extrapolar as fronteiras nacionais e agir em território estrangeiro. Perseguições a opositores políticos nos países vizinhos tornaram-se rotineiras e contaram, na maioria das vezes, com a ajuda das inteligências locais, numa espécie de “integração” imoral que desprezou soberanias nacionais e atentou contra os direitos humanos.

O início da distensão do regime militar brasileiro representaria um sério problema à comunidade de segurança. A “abertura” promovida pelo governo de Ernesto Geisel e, depois, por João Figueiredo, alterava significativamente o contexto repressivo; a linha dura, não tendo mais contra quem lutar, vislumbrava ao mesmo tempo o seu fim e as possíveis punições que sofreria caso houvesse o retorno da democracia, além de suportar o peso de ser encarada como grupo não democrático. Diante disso, o SISSEGIN procurou meios para comprovar a sua importância e a necessidade de sua permanência. Para tanto, alardeou que os “comunistas” teriam um plano mirabolante para tomar o poder através de atentados terroristas. E para comprovar a veracidade dessa história, os próprios militares plantariam bombas em diversos locais, como na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Contudo, o marco foi o atentado do Riocentro, em 1981, quando a bomba que os agentes do DOI do I Exército levavam para um show explodiu no carro onde estavam, matando um deles e ferindo gravemente o outro.⁵⁷

A decadência dos órgãos de segurança, em grande medida propiciada por eles próprios, seria confirmada com a sua extinção no final do governo de Figueiredo. O SNI, por ser um órgão de informações, logo, mais facilmente

⁵⁶ GONÇALVES, Leônidas Pires. Depoimento. In: D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, op. cit., p. 250.

⁵⁷ FICO, op. cit., p. 213-216.

justificável, manteve-se durante todo o governo de José Sarney (1985-1990), sendo extinto pelo governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e substituído totalmente em 1999, com a criação da Agência Brasileira de Inteligência (ABI).

2.2 Uruguai

Em meados do século XX, o Estado de “bem-estar” social, herança battlista,⁵⁸ permitia uma boa condução das relações sociais, através da ação estatal, na República Oriental do Uruguai. A máxima “*Suíza de America*”, adjetivo de largo uso na época, indicava o alto grau de comprometimento do Estado na sociedade, bem como a elevada qualidade de vida do povo uruguaio, realidade destoante daquela apresentada no restante da América Latina. A laicidade do Estado uruguaio lhe conferiu, ainda, independência relativa a instituições como a Igreja Católica e as Forças Armadas, historicamente influentes em países vizinhos.

Contudo, a vertiginosa queda dos níveis de vida, provocada pela crise econômica dos anos 1960, expôs feridas sociais até então cobertas cuidadosamente por um estado de “bem-estar” conciliatório. Inevitável seria a tormenta daí decorrente; tensões sociais desaguariam sobre uma não muito longínqua – no tempo e no espaço – Suíça da América Latina.

Em fins da década de 1950, o centro gravitacional da economia uruguaia voltava-se basicamente à exportação, alicerçada na produção pecuária, somada a uma industrialização substitutiva de importações. O contexto internacional, até então muito favorável às exportações, adentrou num período de relativa calma a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, atingindo em cheio o sistema econômico uruguaio, que teve seu fluxo exportador sensivelmente diminuído. A crise recessiva daí resultante revelaria que “el sistema económico sólo había usufructuado las

⁵⁸ O colorado José Battle y Ordonéz esteve à frente da Presidência da República do Uruguai entre 1903-1907 e 1911-1915. Nesse período, foi estabelecido o primeiro sistema de previdência da América Latina, bem como a nacionalização dos serviços públicos, regulamentação de aposentadorias e laicização do Estado, entre outras medidas. A administração de Battle y Ordonez fez do Uruguai uma nação avançada, muito semelhante aos países europeus em nível de qualidade de vida.

ventajas comparativas de coyunturas internacionales favorables”,⁵⁹ logo, a economia uruguaia nada tinha de espetacular se comparada às dos países vizinhos.

O impacto da crise atingiu tanto a sociedade quanto a política, a ponto de, em 1958, desbancar do poder o Partido Colorado, que durante quase um século governou ininterruptamente o país, e pôr em seu lugar o Partido Nacional (*Blanco*):

La derrota electoral del Partido Colorado y el ascenso al gobierno del Partido Nacional produjo un cambio en la orientación económica, correspondiente a los grupos capitalistas rurales, “antiindustrial y antiproteccionista”, restableciendo mejores condiciones para la exportación y redistribución del ingreso a favor de la producción pecuaria. Sus programas generaron una serie de enfrentamientos, donde las principales resistencias provinieron de los grupos industriales y los sectores trabajadores urbanos, que vieron amenazados sus salarios y fuentes de trabajo. La inflación, además, dominó todo este periodo hasta 1968, y el alza de precios y la pérdida del valor adquisitivo de los ingresos alcanzó magnitudes excepcionales.⁶⁰

Nas eleições de 1962, o Partido Nacional foi reeleito, mas a forma de organização do Poder Executivo em colegiado permitiu um jogo político entre os partidos tradicionais e suas correntes internas.

Frente à crescente agitação popular, restou aos partidos tradicionais pensar numa forma de controlá-la, uma vez que o sistema político já não atendia às demandas sociais. O movimento dos *cañeros* revelou ao país as condições de extrema penúria a que eram submetidos os plantadores de cana-de-açúcar de Bella Unión, e impressionou a todos por constituir-se em contundente expressão das mazelas dos trabalhadores rurais, cuja reivindicação maior era a reforma agrária. Seu líder, Raúl Sendic, descrente da eficácia das ações de protesto, abraçou a guerrilha urbana como forma de luta, e deu origem ao que seria um dos maiores grupos de luta armada da América Latina: o *Movimiento de Libertación Nacional – Tupamaros (MLN-T)*.

Gradativamente, os *Tupas*, como ficaram conhecidos, cresceram como movimento contestatário e arrastaram consigo muitos jovens, simpáticos às ações do grupo, geralmente inteligentes e desdenhosas com relação aos repressores e no estilo “Robin Hood”, tirando dos ricos para dar aos pobres.

⁵⁹ SERVICIO PAZ Y JUSTICIA. **Uruguay nunca más.** Informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985). 3 ed. Montevideo: SERPAJ, 1989, p. 36.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 37.

De acordo com esse clima, os trabalhadores urbanos promoveram greves e ocupações fabris e, sob seus respectivos sindicatos, fundaram a *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT), unificando o movimento operário.

Em 1966, durante o pleito eleitoral que recolocaria o Partido Colorado no poder, foi feito um plebiscito que propunha uma reforma constitucional. Uma vez aprovada, a reforma *naranja* – em alusão à cor que a representava – deu plenos poderes ao Executivo, constituindo-se, dessa forma, na ante-sala do autoritarismo estatal vindouro. Conforme Enrique Padrós,

o objetivo da nova Constituição foi o de fortalecer o Poder Executivo diante da crescente mobilização da sociedade civil num quadro de agravamento da crise, munindo-o de mecanismos de contenção e de freio do protesto social.⁶¹

Oscar Gestido, o Presidente eleito, não teve muito tempo para governar, pois um infarto abreviaria sua administração a meros nove meses de mandato. Contudo, nesse curto espaço de tempo seriam decretadas as *Medidas de Pronta Seguridad* (MPS), “medidas de exceção e de aplicação transitória previstas constitucionalmente, as quais restringiam os direitos individuais”. De fato, as MPS foram decretadas

preventivamente para desarticular uma aguardada mobilização popular diante de medidas de arrocho que seriam decretadas logo a seguir. Efetivamente, em junho de 1968, decretou-se o congelamento de preços e salários e a anulação do reajuste salarial de 1º de julho, esperado com expectativa por milhares de trabalhadores, cujos salários tinham sido duramente atingidos pela inflação. As MPS se tornaram condição imprescindível para impor uma política econômica onde o congelamento salarial foi peça chave e para impedir a reação do movimento operário.⁶²

Assim que assumiu o poder, em dezembro de 1967, Jorge Pacheco Areco deu mostras de suas reais intenções; a escalada autoritária inaugurou-se com a dissolução de partidos políticos, fechamento de jornais vinculados à oposição e

⁶¹ PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 270.

⁶² *Ibid.*, p. 273.

proscrição de movimentos sociais de esquerda.⁶³ A reorganização da administração contou com um novo grupo no comando político da nação, formado, em sua maioria, por

[...] banqueros, grandes propietarios, hombres de negocios que van sustituyendo a la "clase política" proveniente de los grandes partidos. Son estos nuevos funcionarios los que tratarán de imponerle al país planes de estabilización y saneamiento económico, cuyo elemento principal es el freno autoritario al aumento de salarios. Se logra controlar la inflación pero el balance comercial y financiero es claramente negativo[...].⁶⁴

Se no Governo de Gestido o uso das *Medidas de Pronta Seguridad* foi esporádico, o mesmo não aconteceu no de seu sucessor. Pacheco Areco valeu-se das MPS de forma autoritária, colocando o Executivo no centro das decisões, provocando dessa maneira uma série de atritos com o Poder Legislativo, que passou a ser praticamente ignorado pelo Presidente. As MPS foram

el instrumento constitucional utilizado por el gobierno de Pacheco Areco para imponer su política económica y reprimir y prevenir los conflictos internos subsecuentes. A partir de 1968 las MPS constituyem el marco legal de un estado "permanente" de excepción que se continúa durante la presidencia de Bordaberry con el "estado de guerra interno" y la suspensión de garantías individuales.⁶⁵

A alegação de que tais medidas eram imprescindíveis para combater a ameaça tupamara mostrou-se inverídica, pois, naquele momento, o grupo guerrilheiro ainda não tinha força significativa para atentar de fato contra o regime. Na verdade, as MPS abriram caminho para uma série de desmandos, como a suspensão do *habeas corpus*, invasão de domicílio, não-observância do processo legal, violação de correspondências, prisões arbitrárias, militarização de funcionários públicos e privados e censura nos meios de comunicação. Isto sem mencionar a intensificação da repressão policial e o uso da tortura como método de obtenção de informações, num total desrespeito aos Direitos Humanos. A tão decantada

⁶³ Dentre os movimentos sociais proibidos, figuravam a *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU), o *Movimiento de Acción Popular Uruguaya*, o *Movimiento Revolucionario Oriental*, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*. O Partido Socialista, com vínculos com o MLN-T, foi dissolvido; os jornais de esquerda *Época* e *El Sol*. Ver *ibid.*, p. 272.

⁶⁴ PIGNA, Felipe. Uruguay. Disponível em: <<http://www.elhistoriador.com.ar>>. Acesso em 21 nov. 2006.

⁶⁵ SERVICIO PAZ Y JUSTICIA, *op. cit.*, p. 39.

democracia uruguaia, atropelada por um permanente Estado de Exceção, arrastava-se rumo a um triste desfecho. No entender de Padrós,

O recurso sistemático às MPS foi a maior demonstração da opção autoritária de um Estado que optou por governar através de decretos, deixando de lado o Poder Judicial, os partidos políticos e o Parlamento. Enquanto isso, o Poder Legislativo era expressão de fragilidade, de impotência e de dificuldades, até para a obtenção de quorum (em função das manobras do bloco oficialista). Aliás, o governo, na prática, fez do Parlamento (elemento fundamental da democracia uruguaia) seu inimigo. Primeiro o considerou um entrave; depois, um cúmplice da subversão. É o mesmo Parlamento que, após ter sua nominata de legisladores renovada nas eleições de 1971, foi dissolvido, fechado e teve vários dos seus integrantes presos, exilados e assassinados.⁶⁶

Ao estender aos civis a jurisdição militar, Pacheco Areco introduzia efetivamente as Forças Armadas, especialmente o Exército, na vida política do Uruguai. Mais de trinta mil funcionários públicos viram-se sob o controle, disciplina e penas das leis militares. Logo estariam na mesma condição os funcionários privados.

Merece destaque a participação das Forças Armadas na repressão aos movimentos contestatórios. Auxiliando a polícia, os militares ganham relevância no combate às greves e no encarceramento de detidos sob o regime de exceção, separando-os dos presos comuns.⁶⁷ Essa era uma pequena amostra da postura que assumiriam em pouco tempo.

O pleito eleitoral de 1971, não obstante os esforços de Pacheco Areco para reeleger-se,⁶⁸ favoreceu o colorado Juan María Bordaberry, em que pese a *Ley de Lemas*, que lhe deu a vitória, apesar de ter recebido apenas 22% dos votos. O descontentamento do Partido Blanco e a significativa votação da Frente Ampla, composição de esquerda, não alteraram em nada o resultado da eleição.⁶⁹ Entretanto, esse resultado mudaria profundamente a história do Uruguai.

Dentro de pouco mais de um ano, a democracia seria fatalmente substituída por um regime militar. Esse demorado processo foi, inclusive, denominado de “golpe

⁶⁶ PADRÓS, op. cit., p. 282.

⁶⁷ Cf. SERVICIO PAZ Y JUSTICIA, op. cit., p. 42.

⁶⁸ O plebiscito proposto por Areco sobre a validação da reeleição não foi aprovado pelos uruguaiois.

⁶⁹ A real possibilidade de vitória da Frente Ampla nas eleições uruguaiois de 1971 fez com que o Brasil organizasse a “Operação Trinta Horas”, segundo a qual, em caso de vitória da Frente, os militares brasileiros invadiriam o país em menos de trinta horas, na mesma lógica do apoio logístico dado a Hugo Bánzer no seu golpe de Estado na Bolívia.

de Estado em câmera lenta”. Lerdo, mas não calmo ou sorrateiro. O enfrentamento entre as forças repressivas do governo, de um lado, e a guerrilha urbana e o movimento social, de outro, teve tamanha proporção que seria impossível não percebê-lo.

O combate ao “inimigo interno” tornou-se prioridade na administração de Bordaberry, uma vez que o MLN-T crescia em tamanho, em audácia, e em base política, amedrontando o governo e os partidos políticos tradicionais. As Forças Armadas e grupos paramilitares passaram a agir contra qualquer possível “inimigo interno”, definição tão ampla a ponto de abranger desde os *tupamaros*, passando por militantes da esquerda e chegando a simples civis descontentes com os acontecimentos que os rodeavam. Montevideu mergulhou num mar de violência. A decretação do *Estado de Guerra Interno*, aprovado pela Assembléia Geral, institucionalizou essa situação e legitimou a repressão contra opositores políticos. Em outras palavras,

com a aprovação do Estado de Guerra Interno, o Parlamento legalizou o que já acontecia de fato, ou seja, ações policiais sem necessidade de ordem judicial, interrogatórios sem prazo, suspensão de *habeas corpus*, a intervenção da Justiça Militar nos delitos políticos, a criação de novos delitos, o aumento das penas e a reclusão dos detidos em qualquer parte do país.⁷⁰

O resultado de apenas dois dias de enfrentamentos foi de quatorze mortos: oito trabalhadores, militantes do *Partido Comunista del Uruguay* (PCU), e seis oficiais. A escalada vertiginosa da violência repressiva teria seu auge nos meses seguintes, a ponto de ser proclamado pelas Forças Conjuntas o fim dos *Tupamaros*. Entre março e setembro de 1972, a repressão colocou aproximadamente mil e quinhentos militantes atrás das grades, avalizada pela *Ley de Seguridad del Estado*, cuja aprovação

permitiu que tudo aquilo que podia ser identificado como delito contra o Estado, passava para a jurisdição do Código Penal Militar como, por exemplo, atentados, serviços políticos ou militares, revelações de segredos, serviço de inteligência, sabotagens [...]. Da mesma forma, eram encarados os delitos políticos considerados terroristas: subversão, associação para delinquir, manutenção de impunidade, encobrimento, conspiração [...] uso de documentação falsa [...] seqüestro de pessoas [...].

⁷⁰ PADRÓS, op. cit., p. 340.

O poder Executivo recebeu a prerrogativa de suspender reuniões que considerasse que podiam alterar a ordem pública (Art. 5º) e exigir de instituições públicas e privadas a implantação de medidas de segurança (Art. 3º). Por outro lado, o Artigo 59º estabelecia que eram responsáveis do delito, além do autor, todos os que concorriam como provocadores, co-autores e cúmplices, ampliando o alcance e os efeitos que podia ter uma medida como essa.⁷¹

Por outro lado, a vitória conseguida pelas Forças Armadas

puso la institución [...] de cara a los desafíos políticos que su gestión le había creado. Las FFAA, fortalecidas por su gestión [...] comenzaron a actuar con creciente autonomía de los poderes del Estado y hacer conocer sus planteamientos. Los partidos contemplaron con estupor el arrollador avance de las pretensiones militares hacia fines de 1972 y fueron impotentes en detenerlas.⁷²

Mostras da expressão desse poder se deram de forma explícita em duas ocasiões. Primeiramente, “en la negativa militar a obedecer la orden del juez militar de liberar a cuatro medicos [...]”.⁷³ Em segundo lugar, diante da nomeação do General Francese para o Ministério da Defesa, o Exército e a Aeronáutica exigiram a sua renúncia e negaram-se obedecer às suas ordens. Francese tinha recebido de Bordaberry a missão de “frenar a los militares”.⁷⁴ Estes alegaram imediatamente que o Ministro indicado era

desinformado de la situación de las FFAA, pese a lo cual “manifestó estar dispuesto a cambiar los lineamientos de actuación, objetivos y conductas que rigen actualmente a éstas y que fueran expresadas públicamente [...] lo que en consecuencia las retrotraería a la superada época de ser el brazo armado de intereses económicos y políticos [...]”.⁷⁵

Sem apoio político, pois no Parlamento cogitava-se substituir o Presidente, e sem apoio militar – com a exceção da Marinha –, restavam a Bordaberry a solidão e o ilhamento político. Conclamou até mesmo a população para defender as instituições: menos de cem pessoas ouviram seu chamado e apresentaram-se

⁷¹ Ibid., p. 342.

⁷² SERVICIO PAZ Y JUSTICIA, op. cit., p. 78.

⁷³ Ibid., p. 79.

⁷⁴ CHIRICO, Selva Lopez. **El Estado y las Fuerzas Armadas em el Uruguay del siglo XX**. Montevideo: Banda Oriental, 1985, p. 190.

⁷⁵ Ibid., p. 190.

solidárias na *Plaza Independencia*, o que evidenciou o relativo afastamento do povo nesse contexto.

Segundo Selva López Chirico:

El silencio expectante que siguió a las primeras acciones de los insurrectos, fue roto por la aparición del Comunicado N° 4 de los mandos conjuntos del Ejército y la Fuerza Aérea; dicho documento plantea objetivos tan disímiles como la reorganización del servicio exterior, la prosecución de la lucha contra los ilícitos económicos y una serie de medidas económicas que, aunque vagas e interconectas entre sí, sorprendieron por venir desde las esferas del poder y contener expresiones nada reñidas con el programa enarbolado por el movimiento popular [...]. Al día siguiente se completó el programa a través del Comunicado N° 7, que puntualiza acerca del desarrollo energético del país, infraestructura vial, asistencia médica, modernización de la enseñanza, etc...⁷⁶

A única saída que garantia ao Presidente, ao mesmo tempo, a permanência no cargo e alguma forma de respaldo seria um acordo entre ele e as Forças Armadas. Em 13 de fevereiro, concretizava-se a co-participação dos militares na condução da vida política do país. O Pacto de Boiso Lanza

sancionó definitivamente la hegemonía cartense en el poder político. Además de acordarse una serie de medidas en el plano económico y social, se estipulan los mecanismos por los que los militares penetrarían y controlarían las diversas reparticiones de la administración pública. Para implementar ese objetivo, se resolvió crear por decreto el Consejo de Seguridad Nacional (COSENA), integrado por el Presidente de la República, el Ministro de Defensa Nacional, el Ministro del Interior, el Ministro de Relaciones Exteriores, el Ministro de Economía y Finanzas, la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, el Comandante en Jefe del Ejército, el Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea y el Comandante en Jefe de la Armada; la secretaría permanente quedaba a cargo del Estado Mayor Conjunto (ESMACO). La creación de este nuevo organismo fue una clara manifestación de que el centro de gravedad política en el Uruguay se había desplazado definitivamente.⁷⁷

A criação do COSENA teria como objetivo assessorar o Presidente na criação de mecanismos de manutenção da segurança, de modo a permitir a realização dos “objetivos nacionais”, certamente focalizados na luta contra a subversão ou qualquer movimento popular. Nesse sentido, a *Ley de Seguridad Nacional* e a de regulamentação sindical foram muito úteis.

⁷⁶ Ibid., p. 190-191.

⁷⁷ SERVICIO PAZ Y JUSTICIA, op. cit., p. 79.

Apesar de controlada a guerrilha, o pretexto do “inimigo interno” ainda era válido para justificar propostas como a da lei do *Estado peligroso*, um projeto de consolidação de paz que, no entanto, era marcada por profundos traços repressivos. Sua aprovação previa a tomada de “ações preventivas” contra sublevações sociais, o monitoramento de partidos políticos e da esquerda em geral, bem como a vigilância do movimento estudantil e dos operários, não esquecendo a intenção de eliminar os últimos remanescentes dos *Tupamaros*.⁷⁸

O fim “formal” do Estado de Direito uruguaio postergou-se durante vários meses devido à reação do povo uruguaio, que foi para as ruas protestar e resistir, especialmente o movimento sindical. A cena final do “golpe em câmera lenta” seria o pedido de cassação do senador Enrique Erro, da Frente Ampla, supostamente envolvido com o MLN.⁷⁹ A rejeição ao pedido do governo provocou reação imediata: considerando-a como “provocação subversiva”, o Poder Executivo decretou a dissolução das Câmaras no dia 27 de junho de 1973, e as substituiu por um Conselho de Estado. As ruas de Montevideú foram tomadas pelos militares. Enfim, o Golpe de Estado. No entanto, diametralmente diferente de seus pares, pois foi um autogolpe civil-militar.

A resistência veio da CNT, que promoveu uma grande greve geral. Porém, a força golpista logo decretou a dissolução da *Convención* e prendeu seus dirigentes. O mesmo aconteceu com a resistência da Frente Ampla. Organizações de esquerda e partidos políticos foram fechados. Sindicatos foram militarizados. A intervenção chegou à Universidade, com demissões de professores e dissolução de organizações estudantis.

Em 1974, a *Ley Orgánica Militar* criou quatro órgãos dotados de caráter decisório: a *Junta de Comandantes en Jefe* (JCJ), principal instituição na tomada de decisões; a *Junta de Oficiales Generales*, formada no total por vinte e quatro generais das Três Armas; o *Estado Mayor Conjunto* (ESMACO), órgão de planejamento, coordenação e controle da administração militar, ao qual subordinava-se o *Servicio de Inteligencia de Defensa* (SID); e o COSENA, composto pelo Presidente da República, os comandantes das Três Armas, o chefe da ESMACO e

⁷⁸ PADRÓS, op. cit., p. 363.

⁷⁹ O real motivo da perseguição a Enrique Erro eram suas denúncias contra o governo de Bordaberry e também contra seus aliados, as Forças Armadas. Ver *Ibid.*, p. 366-367.

os ministros da Defesa, do Interior de Relações Exteriores, cuja função era assessorar o Executivo.

Com o passar do tempo, o guarda-chuva conceitual “inimigo interno” passou a abrigar tanto os cidadãos que não aprovavam os métodos de ação política e econômica do Governo Bordaberry, quanto os que questionavam a legitimidade dos procedimentos das Três Armas. Prisões arbitrárias tornaram-se procedimento comum, tanto quanto o uso sistemático da tortura. A média de dezoito presos a cada dez mil habitantes comprovou a eficiência da “máquina terrorista”⁸⁰ uruguaia. Enquanto o medo e o silêncio acuavam a população, o Terror de Estado mostrava sua sombria face sem qualquer receio. E como a repressão estruturou-se ao longo de anos, teve tempo de agregar ao seu trabalho uma qualidade ímpar: não se prendia qualquer pessoa; as detenções eram certas, cada indivíduo era estudado, sabia-se qual era o grau de seu envolvimento político.

No exterior, a repressão ficaria a cargo do *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCHOA). A perseguição de uruguaios na Argentina, no marco da Operação Condor, teria início ainda durante a administração de Bordaberry. Padrós explicita assim esta repressão:

No Uruguai, o organismo que centralizou as atividades do “Condor” foi o *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCHOA). Comandado pelo major José Nino Gavazzo, o OCHOA teve participação na eliminação de mais ou menos 135 uruguaios refugiados na Argentina. *Automotores Orletti* foi o centro clandestino a partir do qual operou a OCHOA na Argentina e era administrado por militares e policiais dos dois países. Pelo lado do Uruguai, respondiam o diretor do *Servicio de Inteligencia y Defensa* (SID), general Amauri Prantl e o major Nino Gavazzo; pela contraparte argentina, o diretor do *Servicio de Inteligencia de Estado* (SIDE), general Otto Paladino e o agente Anibal Gordon. O chefe supremo da Operação Condor no Uruguai, o “Condor 1”, foi o ex-comandante em chefe do Exército, tenente general Julio César Vadora, responsável por essa arma nos anos em que ocorreu a maioria dos desaparecimentos e em que foram assassinados os parlamentares [uruguaios] Michelini e Gutiérrez Ruiz junto com o casal Whitelaw-Barredo (todos em Buenos Aires), e do coronel Ramón Trabal em Paris.⁸¹

A intenção de Bordaberry em mandar os militares de volta aos quartéis resultaria na sua deposição, em 1976. O Presidente acreditava que aos militares caberia apenas cuidar da Segurança Nacional, e não da administração política. No

⁸⁰ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 302.

⁸¹ PADRÓS, op. cit., p.726-727.

entanto, a DSN apontava exatamente o inverso, tanto quanto o Pacto de Boiso Lanza, que ainda vigorava plenamente.

Este atrito, aliado a outros menores, teve como desfecho a substituição Bordaberry por Alberto Demichelli, então presidente do Conselho do Estado. O seu governo seria marcado tanto pela aplicação dos primeiros Atos Institucionais como pela sua efemeridade: Demichelli negou-se a proscrever todos os políticos com atuação recente, exigência feita pelos militares. Esta seria atendida, sem quaisquer constrangimentos, por Aparicio Méndez, que foi imediatamente colocado na presidência uruguaia.⁸² A decretação de outros Atos Institucionais confirmou o padrão repressivo do regime. Nesse período, também foi criada a *Escuela Superior de Seguridad y Defensa Nacional* (ESEDENA), nos moldes da Escola Superior de Guerra brasileira, alicerçada sobre os valores ideológicos da DSN.

A administração de Jimmy Carter e sua política de defesa dos direitos humanos forçaram senão o fim, ao menos a diminuição da repressão no Uruguai. Em 1976, houve a suspensão de ajuda militar por parte dos EUA. Dois anos de pressão acabaram por provocar um tímido esboço de abertura do regime, com a incorporação de políticos civis ao projeto de estatuto partidário formulado pela Corte Eleitoral.

Na tentativa de institucionalizar as práticas da ditadura militar, o governo propôs uma reforma constitucional que teria de passar pelo crivo de um plebiscito nacional. Embora as restrições quanto ao debate político impostas pelo regime, o *Sí* à constituição foi rejeitado. Aos olhos dos militares,

reverter os resultados com o uso da força parecia fora de questão, fosse pela reação da comunidade internacional ou por que [sic] seria reconhecer que o plebiscito não passara de um verdadeiro blefe para garantir legitimidade para o regime. E, principalmente, se, com a metodologia do TDE vigente até então, tinham-se colhido tais resultados, uma saída coercitiva implicaria em ter que aplicar uma dose repressiva muito maior e, provavelmente, insuportável para o regime. Tudo indicava que essa possibilidade sequer podia ser cogitada. O regime já era acentuadamente repressivo. Aumentar esse teor podia abrir riscos muito perigosos. Nem as condições internas e externas auspiciavam uma opção dessas e, certamente, nem seria aceita pelos setores que continuavam simpatizando com a ditadura. Portanto, optar por mais repressão podia criar fissuras irreversíveis junto à base social de apoio e até no interior dos quartéis.⁸³

⁸² Ibid., p. 389-390.

⁸³ Ibid., p. 397-398.

Diante desse quadro, tornava-se viável o caminho da negociação política. Disto decorreu uma maior aproximação com a sociedade civil, com a inclusão dos partidos políticos nas discussões. A abertura deveria efetivar-se em três anos. Para tanto, os militares indicaram para a presidência, pela primeira vez, um general: Gregório Álvarez. A eleição e posse de Julio María Sanguinetti marcaria o fim da ditadura uruguaia e a perpetuação dos crimes cometidos por ela em nome da Segurança Nacional, através da aprovação da *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*, de 1986, alcunhada popularmente como *Ley de Impunidad* por eximir de suas responsabilidades torturadores e assassinos da ditadura militar.

3 A COLABORAÇÃO REPRESSIVA ENTRE BRASIL E URUGUAI (1964-1985)

Muito se tem falado sobre a Operação Condor para explicar a caçada de opositores políticos em outros países, especialmente depois da descoberta dos Arquivos do Terror, no Paraguai.¹ No entanto, não se pode perder de vista que essa operação se consolida somente no ano de 1976 e, muito antes disso, inúmeras pessoas já haviam sido presas e torturadas em terra estrangeira. Ou seja, ao mesmo tempo em que não se pode relegar a importância desse operativo, torna-se falho o argumento alicerçado exclusivamente sobre os vãos da Condor.

No que tange especificamente ao intercâmbio repressivo entre Brasil e Uruguai, há tempos suas respectivas polícias mantinham contatos e trocavam informações entre si. Tal prática não surgiu com a chegada dos militares ao topo do poder político; apenas recrudescer. Conforme demonstra Diorge Alceno Konrad, o tratado datado de 29 de fevereiro de 1920, organizado na Conferência Policial de Buenos Aires, ocorrida nesse mesmo mês, foi assinado pelos governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai. Esse pacto foi ratificado por Vargas no decreto nº 22.388, de 24 de janeiro de 1933, através de novo acordo feito em 1932. Nele, os países ficavam comprometidos a enviar, de forma permanente, informações úteis “sobre tentativas ou execução de feitos anárquicos (...) tendentes à alteração da ordem social (...) ou qualquer outro movimento que se possa considerar subversivo”.² É no cerne dessa lógica que se concretiza e se intensifica,

¹ “Em 22 de dezembro de 1992, surgiram provas documentais da aliança entre as ditaduras militares do Chile, da Argentina, do Uruguai, do Brasil, do Paraguai e da Bolívia – as mantenedoras da Operação Condor. Por volta das 11h daquele dia, foram descobertas, no Departamento de Produções da Polícia da Capital (em Lambaré, a 20 quilômetros de Assunção), toneladas de documentos, pastas, fitas, fotos e fichas acumuladas ao longo de 35 anos. Na montanha de papel, batizada de o ‘Arquivo do Terror’, encontraram-se evidências da cooperação governamental para caçar adversários políticos além-fronteiras. [...] O acervo totalizou 700 mil fólios.” Cf. MARIANO, Nilson. **As garras do Condor**. Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 237-238.

² Conforme o autor, a íntegra da ratificação do tratado em *Relatório do Ministério das Relações Exteriores - 1932*, Introdução, Exposição, Anexos A e B. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935, p.p. 113-19 e *Relatório do Ministério das Relações Exteriores - 1933*. Vol. 1, 1ª parte, Anexo C. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936, p.p. 13-25, no Fundo Relatórios dos Ministérios - Mensagens dos Presidentes da República, B-3-114 e B-3-118 respectivamente, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Cf. estas informações na nota 234 da tese de doutorado de KONRAD, Diorge Alceno. O

ao longo do tempo, a troca de favores entre os aparatos repressivos dos países latino-americanos, numa espécie de “Mercosul” antecipado.

No palco da Guerra Fria, a colaboração policial ganhou o reforço da DSN. O “inimigo interno” tornou-se inimigo comum a todos, uma vez que as próprias fronteiras territoriais políticas se eclipsaram em favor de uma invisível fronteira ideológica que passou a demarcar com precisão o “cidadão da nação”, o “patriota”, e o “outro”, o inimigo, o “comunista subversivo”.

No interior da dicotomia forjada pela DSN – qual seja, bem *versus* mal, representados, respectivamente, pelo capitalismo norte-americano e pelo socialismo soviético – brotou o Terror de Estado, principal instrumento para consolidar em terras latinas a hegemonia dos Estados Unidos sob o viés da violência e da repressão.

Este capítulo tem como centro principal a colaboração entre as repressões brasileira e uruguaia, materializada nas prisões de brasileiros no Uruguai e de uruguaios no Brasil. Estas prisões ocorreram no marco do Terror de Estado vigente entre os anos de 1964 e 1985, sendo que poucas delas tiveram relação direta e explícita com a Operação Condor.

De fato, para compreender as ações coordenadas da Operação Condor, é necessário considerar a totalidade da América Latina e a sincronia política de seus países em meados de 1970. Uma vez marchando no mesmo passo marcial, pesado e destruidor, as ditaduras latino-americanas promoveram astuciosamente uma espécie de “integração”, sugerida pela *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) do Chile. A partir de fins de 1975,³ tomou forma a Operação Condor que, conforme o agente do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) norte-americano, Robert Scherrer, então atuando na Argentina,

é o nome chave para a recoleção, o intercâmbio e o armazenamento de informação secreta relativa aos denominados esquerdistas, comunistas e marxistas. Estabeleceu a cooperação entre os serviços de inteligência da

fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004, p. 265.

³ Cf. MARIANO, op. cit., p. 19-21. Em 29 de outubro de 1975, o Chile convocou a “primeira reunião de trabalho de inteligência nacional”. Mas a origem “oficial” da Operação Condor foi durante uma Conferência naquele mesmo país, realizada entre os dias 25 de novembro e 1º de dezembro de 1975. Tal operação, batizada de Condor em homenagem a seu anfitrião, expressou o desejo do ditador chileno, Augusto Pinochet, que acreditava ser necessária a atuação conjunta dos governos da região contra o comunismo internacional. Inclusive a Argentina, distante poucos meses de seu Golpe Civil-Militar, participou da conferência e assinou a ata da primeira reunião, acima mencionada.

América do Sul com o propósito de eliminar as atividades terroristas na região.⁴

Nesse sentido, sobre o Plano Condor, Samuel Blixen assevera:

Nació en sucesivas etapas entre 1974 y 1975, por iniciativa del general chileno Manuel Contreras, jefe de la Dirección de Información Nacional (DINA). En el cuartel general de la policía secreta de Pinochet, en Santiago, se formaliza y organiza una “colaboración” ya activa en precedencia – configurada substancialmente sobre la base de secuestros, torturas e asesinatos en América Latina y en otras partes del mundo – entre los aparatos represivos de las dictaduras chilena, paraguaya, boliviana, brasileña, del régimen argentino, primero en el período constitucional de la presidenta Isabel Martínez de Perón y, luego, en el *de facto* encabezado por Videla.⁵

Ainda, conforme as observações de Scherrer, foram possíveis distinguir três fases da atuação do Plano Condor. Num primeiro momento, houve a montagem de um Banco de Dados, contendo fichas com nomes e informações sobre pessoas e organizações relacionadas com a “subversão” em todos os países-membros. Para operar tal banco com eficiência e rapidez, foi criada uma Central de Inteligência, aparelhada com os meios de comunicação mais modernos da época.⁶ Num segundo momento, teve início a execução de opositores políticos refugiados nos países vizinhos, eclipsando fronteiras políticas e desrespeitando regras de Direito Internacional. No último e mais avançado estágio da Operação Condor, a caçada ultrapassou os limites do Cone Sul e atingiu alvos localizados nos Estados Unidos e na Europa.⁷

As mais notórias ações da Operação Condor no continente sul-americano foram os assassinatos de Carlos Prats González, Comandante do Exército no Governo de Salvador Allende; dos uruguaios Héctor Gutiérrez Ruiz, deputado pelo Partido Nacional (Blanco); de Zelmar Michelini, senador pela Frente Ampla; e de Juan José Torres, ex-Presidente boliviano. Todos foram executados na capital da Argentina, Buenos Aires. Fora da América Latina, os militares chilenos, mentores da Operação Condor, caçaram Bernardo Leighton, ex-vice-Presidente de Allende, que se encontrava asilado em Roma, na Itália, juntamente com sua esposa. Ambos

⁴ SCHERRER, Robert apud MARIANO, *ibid.*, p. 18.

⁵ BLIXEN, Samuel. **El vientre del Cóndor**: del archivo del terror al caso Berríos. 3 ed. Uruguay: Ediciones de Brecha, 2000, p. 26.

⁶ MARIANO, *op. cit.*, p. 18.

⁷ *Ibid.*, p. 18.

foram baleados, mas sobreviveram.⁸ Menor sorte teve Orlando Letelier. Sua eliminação foi planejada com precisão e a execução obteve sucesso. Ex-ministro de Relações Exteriores e de Defesa de Allende, o Chanceler Letelier foi assassinado nos EUA, no *Sheridan Circle*, a “avenida das embaixadas”, quase em frente à representação diplomática chilena, em setembro de 1976, por causa de uma bomba instalada em seu automóvel.⁹

Centenas de perseguidos políticos foram apanhadas pelo operativo. Contudo, analisando esses casos, percebe-se claramente que o maior número de vítimas se situa na relação entre Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai. E a explicação para a não muito significativa participação brasileira é relativamente simples: em 1976, quando a coordenação repressiva estourou com força, o Brasil está rumando ao fim da ditadura, dando início ao processo de abertura. Desde 1964, os militares brasileiros vinham “dando um jeito” na sua oposição política; cassações, prisões arbitrárias, exílio, torturas... Já haviam esmagado o “inimigo interno”. Em 1976, não era mais conveniente participar ativamente de ações de grande envergadura; colaborar, cooperar, exportar *know-how* repressivo parecia mais prudente. Portanto, pode-se afirmar que houve um *descompasso temporal* entre o Brasil e a Operação Condor. Esta chegou com mais de uma década de atraso.

Considerando que o Golpe de Estado brasileiro antecede o uruguaio em nove anos, observa-se que, num primeiro momento, a relação estabelecida entre as repressões dos dois países, a partir de 1964, diz respeito à vigilância e monitoramento dos brasileiros que fugiram para o Uruguai após a derrubada de João Goulart.

Não foi só o fato de viger, em tese, uma democracia na República Oriental o seu principal atrativo. Devido ao fato de haver migrado para lá a maioria dos líderes de oposição do regime, acreditava-se que seria possível articular um forte grupo de contestação à ditadura no exílio. Outra vantagem era a acessibilidade facilitada ao Brasil, por causa da fronteira e da proximidade entre os dois países. Ainda, ao longo

⁸ Ibid., p. 200-202. Ao chegar em frente à sua residência, o casal foi baleado. Ele na cabeça, ela na coluna. A organização do atentado esteve a cargo do assassino de Prats, Michael Townley, agente duplo da Condor e da CIA, auxiliado por neofascistas italianos, como Pierluggi Concutelli, Salvatore Falabella e, principalmente, Stefano delle Chiaie. Os italianos pertenciam ao grupo ultradireitista Vanguarda Nacional. Delle Chiaie tornou-se agente secreto do Chile em território italiano. Cf. BLIXEN, op. cit., p. 188-190.

⁹ Ibid., p. 48-49. A bomba foi instalada por Michael Townley.

do tempo, consolidou-se um eficiente esquema para passar brasileiros para o lado uruguaio, responsável pela entrada de muitos exilados naquele país.¹⁰

Inúmeros foram os pedidos de asilo feitos por brasileiros no Uruguai “democrático” de fins da década de 1960. O Jornal *Marcha* publicou alguns dos deles:

Renata Ferraz Guerra de Andrade y Wilson Elidio Fava, pidieron asilo político el 24 de junio; Cleide Almeida Fernández, el 10 de agosto; César Ronald Pereira Gomes, el 2 de setiembre; Pío Pereira dos Santos un día después; José Ferreira, José Leonardo Sobrinho, Silvio de Sousa Gomes, lo pideiron el 5 de setiembre, el mes más nutrido; Zélia Malusa Stein, el 10 de octubre; Carlos Olavo da Cunha Pereira, el 17 de octubre; Celerino Alemira Carriconde, en fecha no precisada; Claudio Weyne Gutiérrez quien fue el último en pedirlo, el día 14 de noviembre. La lista no está completa: se sabe que entre los refugiados que eligen Uruguay como trampolín para emigrar a otras tierras y los numerosos turistas hay gente que aspira a un estatuto de asilado, que tradicionalmente ha dado garantías.

Todas las personas citadas han concurrido periódicamente al Ministerio de Relaciones Exteriores. Una respuesta invariablemente medida y lacónica les ha sido dada: “*No hay novedades. Vengan dentro de 15 días*”. Un funcionario aventuró un día a salir de la fórmula: “*Parece que van a suspender el asilo para los terroristas...*”¹¹

Na seqüência da matéria, explicitam-se as difíceis situações vividas por algumas pessoas nessa condição:

Un requisito que deben cumplir es notificar su domicilio y cualquier cambio que efectúen. A Cleide Almeida Fernández, una realizadora cinematográfica a quien habían distinguido en su cautiverio de nueve meses en San Pablo con una diaria comparecencia a la sala de torturas para presenciar interminables sesiones de torturas contra sus compañeros, la fueron a visitar a su pensión agentes de INTERPOL. Allí, le pidieron carnet de identidad uruguayo que lógicamente no poseía. Le exigieron comprobase su condición de asilada. Mientras trataba de explicar vio como le revisaban la pieza hasta el último rincón. No encontraron nada y al final la dejaron tranquila. Un asilado, que ya había tenido problemas par renovar su documentación halló en la puerta de su casa inconfundibles huellas de un trabajo bruscamente interrumpido dirigido a copiar el molde de sus llaves. En más de un caso han llegado hasta los domicilios de viejos y nuevos asilados, provocadores que anuncian ser perseguidos políticos y utilizan burdos o inteligentes argumentos para probarlo. Acosar, molestar infiltrar asilados si bien en Uruguay no deja de ser insólito, parece estar dentro de las reglas de juego usuales en otros países.¹²

¹⁰ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Ditadura, exílio e oposição**: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967). 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, p. 25-26.

¹¹ CORREA, Alfonso. Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales. In: **Marcha**. Montevideo, 28 nov. 1969, p.15.

¹² *Ibid.*, p. 15.

A vigilância de exilados no Uruguai esteve a cargo do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), órgão vinculado ao Ministério de Relações Exteriores, criado exclusivamente para isso. Cabia-lhes apenas o recolhimento e processamento de informações; a execução de qualquer ação era de responsabilidade do Centro de Informações do Exército (CIE), do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), ou do DOPS.¹³

A ascensão de Pacheco Areco à Presidência uruguia delineou novas características no trato com a oposição interna, fato que demandou, a partir de então, a reciprocidade de informações entre Brasil e Uruguai, uma vez que era possível a penetração de alguns integrantes do movimento *Tupamaro* em território brasileiro. Assim, os serviços de inteligência de ambos os países harmonizaram suas práticas em busca de estrangeiros “subversivos”.

A função essencial da espionagem de brasileiros no Uruguai era monitorar todas as atividades desses exilados, especialmente os banidos, pois havia o perigo de articulação e de retorno ao Brasil. Também preocupavam as campanhas de anistia e de denúncia das violações de direitos humanos pela ditadura brasileira.

Grandes nomes da política daquele momento tiveram seus passos monitorados por agentes militares. No topo da lista, estavam nomes como o do ex-presidente Juscelino Kubitschek, e também os de Leonel Brizola e Miguel Arraes, estes últimos vigiados devido ao receio de que organizassem a oposição no exterior e angariassem apoio internacional na luta contra a ditadura. O então professor Fernando Henrique Cardoso foi igualmente observado no exílio chileno.¹⁴

Por causa da intensa e reconhecida colaboração entre as repressões de Brasil e Uruguai, sempre pairou uma densa nuvem de suspeitas sobre o ataque cardíaco fulminante do ex-presidente João Goulart, ocorrido em dezembro de 1976, na Argentina. Após o golpe de 1964, Jango exilou-se no Uruguai, mas esteve permanentemente sob a mira da espionagem política, e isto se comprova a partir de

¹³ QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004, p. 319.

¹⁴ Ibid., p. 319-325.

documentos liberados pelo governo brasileiro à família de João Goulart.¹⁵ As dúvidas sobre as circunstâncias de sua morte, no entanto, confirmaram-se muito recentemente, através do depoimento do uruguaio Mario Neira Barreiro, ex-agente do serviço de inteligência uruguaio, um dos encarregados de vigiar Jango no exílio.

Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, Barreiro deu detalhes sobre a Operação Escorpião, responsável pela execução de Jango. Sua morte, arquitetada de modo a simular um ataque do coração, teria sido causada pela ingestão de um comprimido envenenado misturado aos remédios que o ex-presidente, cardiopata, tomava diariamente.

Além de confirmar a vigilância sobre Jango – “Eu o monitorei de meados de 1973 até sua morte, em 6 de dezembro de 1976. Monitorei tudo o que falava através do telefone, de escuta ambiental e em lugares públicos”,¹⁶ o ex-agente uruguaio aponta o delegado do DOPS paulista, Sérgio Paranhos Fleury, como sendo a ligação entre as repressões de Brasil e Uruguai nesse operativo e que, por determinação do então presidente Ernesto Geisel, Fleury ordenou a eliminação de Jango. É o que afirma Barreiro numa de suas respostas:

O que levou à morte [de João Goulart] foram interpretações erradas, exageradas do que ele falava. Fleury foi quem deu a palavra final. Em uma reunião no Uruguai, disse que Jango era um conspirador e que falaria com Geisel para dar um ponto final no assunto. Depois, em outra reunião no Uruguai, disse - não para mim, mas para um major e um general - que tinha conversado com Geisel dizendo que Jango estava complicando e que ele sabia o que deveria ser feito. E ele [Geisel] disse: "Faça e não me diga mais nada sobre Goulart". A morte não foi decidida pelo governo uruguaio, mas pelo governo do Brasil, influenciado pela CIA.¹⁷

¹⁵ “João Vicente Goulart, 51, filho de Jango, afirmou que documentos liberados à família pela Presidência confirmam que agentes espionavam seu pai no exílio. Está para ser construído, em Brasília, o Memorial Jango. Com isso, o governo vem liberando documentos à família para que ela forme o acervo. ‘Os documentos que estou processando para a formatação do acervo, liberados pelo Gabinete Civil da Presidência da República, estão um a um confirmando a presença dos agentes ou de quem quer que seja que lá estava para monitorar e matar nossos amigos e companheiros’, disse João Vicente”. Ver IGLESIAS, Simone; BÄCHTOLD, Felipe. Documento prova vigilância, afirma filho de Goulart. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200809.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

¹⁶ IGLESIAS, Simone. Goulart foi morto a pedido do Brasil, diz ex-agente uruguaio. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200802.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

¹⁷ IGLESIAS, Simone. Fleury deu a ordem final, diz ex-agente. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200804.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

Caso surjam provas materiais sobre este provável assassinato de João Goulart, haveria então entre as ditaduras de Brasil e Uruguai o primeiro caso confirmado de morte da Operação Condor envolvendo esses dois países e seus aparatos repressivos.

Conforme Enrique Padrós, operativos ilegais como os relativos à morte de Jango decorreram do

[...] inter-relacionamento de grupos anti-subversivos, os do país onde ocorriam tais arbítrios e os do país de origem dos exilados visados. A clandestinidade dessas ações foi condição para sua eficiência, deflagrando o terror entre os coletivos atingidos e tornando muito difícil toda e qualquer denúncia, pois, a priori, a denúncia de coletivos estrangeiros agindo com toda liberdade no interior de um país era peremptoriamente negada pelos governos, os quais enfatizavam que sob nenhuma hipótese permitiriam agressões à soberania nacional.¹⁸

Operativos conjuntos foram realizados clandestinamente, colocando a tãõ decantada “soberania nacional” em segundo plano. Dessa forma, perderam-se as referências de fronteiras políticas, e em seu lugar ficou apenas a noção de fronteiras ideológicas, justificando essa repressão ilegal.

Os casos que a seguir serão avaliados elucidam a íntima relação entre as inteligências de um Brasil ditatorial desde 1964, seguidor de uma doutrina fortemente repressiva, e de um Uruguai, supostamente democrático, visto internacionalmente como defensor dos Direitos do Homem e do Cidadão. No caso uruguaio, sob a capa de “país modelo de democracia na América Latina”, este colaborava com a ditadura do país vizinho, até tornar-se também uma ditadura de Segurança Nacional. As repressões empregaram o Terror de Estado e seus métodos conforme a cartilha da DSN, especialmente depois de receberem a ilustre visita de Daniel Anthony Mitriane, agente norte-americano encarregado de “profissionalizar a polícia”.¹⁹ Este agente ministrava aulas de “interrogatório”, nas quais demonstrava a melhor forma de extrair confissões, empregando técnicas de

¹⁸ PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 705.

¹⁹ WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo.** O acerto de contas com os torturadores. Trad: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 111.

tortura. A obtenção de êxito por parte do torturador, segundo ele, exigia “a eficiência e a limpeza de um cirurgião, a perfeição de um artista”.²⁰

3.1 Brasileiros presos no Uruguai

A despeito de qualquer soberania nacional, o caso de Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez ilustra bem o grau de cooperação existente entre a ditadura brasileira e o governo uruguaio, no que seria, talvez, o primórdio da Operação Condor. Antes, porém, cabe uma contextualização de suas atividades políticas no Brasil ditatorial.

Gutiérrez ingressou no primeiro científico do Colégio Júlio de Castilhos, em 1965, onde desenvolveria, a partir de então, intensa mobilização política no Grêmio Estudantil dessa escola. O Grêmio do “Julinho” de 1966 tinha seus dirigentes fortemente vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A partir das veementes críticas feitas ao autoritarismo da escola e à ditadura militar, o Grêmio foi alvo de uma comissão de inquérito, composta por professores, para apurar as atividades “subversivas” da entidade (passeatas e manifestações públicas, publicações, etc.). Em pouco tempo, Gutiérrez e alguns de seus colegas foram chamados a depor no DOPS. Fichados como subversivos, foram expulsos do Colégio em 1967.²¹

A militância política continuou, embora dissonante das orientações gerais do Comitê Central do PCB, através da Dissidência do Rio Grande do Sul,²² integrada majoritariamente por estudantes das bases secundaristas e universitárias. No entanto, a tendência cada vez mais acentuada pela luta armada fez com que uma

²⁰ MARIANO, op. cit., p. 108.

²¹ Devido a esses episódios, o Grêmio Livre foi fechado. Em seu lugar, funcionaria um centro de atividades culturais e esportivas, sem cunho político “subversivo”. Este foi dirigido pelo aluno Antônio Britto que, ironicamente, viria a ser governador do Estado do Rio Grande do Sul pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – originário do MDB, partido de oposição à ditadura. Em 2001, Britto filiar-se-ia ao Partido Popular Socialista (PPS), partido que se diz herdeiro político do PCB, ou seja, daquele mesmo Partido considerado pela Ditadura como responsável pelo fechamento do Grêmio Estudantil do Julinho em 1967.

²² Um de seus líderes, Flávio Koutzii, cairia mais tarde nas malhas da Operação Condor na Argentina, e conheceria o tormento daquelas masmorras. Foi o único brasileiro que sobreviveu naquele país. Esse fato é contado em obra de sua autoria. Ver KOUTZII, Flávio. **Pedaços de morte no coração**. Porto Alegre: L & PM, 1984.

pequena parte da Dissidência rompesse para dar origem a outro grupo, que ficaria conhecido como Brancaleones.²³

Em 1968, Claudio Gutiérrez e Luís Eurico Tejera Lisbôa, então membros da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES), seriam presos pelo DOPS ao contatar, em nome daquela instituição, o Diretor do Colégio Júlio de Castilhos, uma vez que haviam recebido um abaixo-assinado dos secundaristas do Julinho pedindo a reabertura do Grêmio. Presos por mais de duas semanas, foram processados por “tentativa de reabertura de entidade ilegal”.

Condenado a seis meses de prisão, Gutiérrez decidiu exilar-se no Uruguai, através de um esquema de fronteiras integrado por Frei Betto e pelos Brancaleones, destinado a passar perseguidos políticos para o Uruguai, e daí a Cuba, se fosse o caso. Chegando a Montevidéu, em fins de outubro, estabeleceu-se numa pensão estudantil na Rua *Vasquez*, próxima à *Universidad de La República del Uruguay*. Concomitantemente, no Brasil, muitos militantes foram presos em São Paulo, e Carlos Marighella, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi assassinado. Devido a essas quedas, acabaria sendo preso também Frei Betto, em Porto Alegre. Para Gutiérrez, “quando caiu preso o Frei Betto, caiu o esquema de fronteira” que faziam parte ele [Frei Betto], Luís Eurico e Dedé. Em função disso, afirma o entrevistado, ele foi preso no Uruguai, “em cima da questão das quedas da ALN”.²⁴

Com a prisão de Frei Betto, as investigações apontaram que Gutiérrez faria parte do esquema da ALN, e que havia sido “passado” para o outro lado da fronteira. Imediatamente, o Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, Jaime Mariath, solicitou ao governo uruguaio a detenção de Gutiérrez, alegando que guerrilheiros brasileiros conspiravam no Uruguai a fim de desestabilizar o sul do Brasil.²⁵ Em questão de dez dias, o pedido foi prontamente executado: o “DOPS” uruguaio, *Inteligencia y Enlace*, cercou a pensão e seqüestrou Gutiérrez no dia 19 de novembro, quando ele chegava de um passeio que incluía a praia de Pocitos e o Restaurante Cangaceiro. Em sua companhia estava o também brasileiro Euclides Garcia Paes de Almeida. Ambos foram levados primeiramente à *Inteligência y*

²³ Esse nome, “Exército Brancaleone”, foi dado ao grupo guerrilheiro em alusão ao filme de Mário Monicelli, “O Incrível Exército de Brancaleone”, no qual figura central é Brancaleone de Norcia, um cavaleiro atrapalhado que conduz um pequeno, esfarrapado e maluco exército, que vaga pela Europa Medieval em busca do reino de Aurocastro.

²⁴ Ver GUTIÉRREZ, Claudio: depoimento [fev. 2007]. Entrevistadora: Gissele Cassol. Porto Alegre, 2007. 67,6 Mb. Entrevista concedida ao Projeto prisão e tortura em terra estrangeira: a ruptura de fronteiras entre as repressões das ditaduras brasileira e uruguaia (1964-1985).

²⁵ PADRÓS, op. cit., p. 712.

Enlace; depois, à noite, ao Palácio da Polícia. Numa minúscula cela do quarto andar, Euclides teve a idéia de fazer um bilhete e anexá-la a uma cédula de cem pesos que tinham consigo, denunciando a prisão e pedindo para avisar ao jornal de esquerda *De Frente*. Conseguiram jogar o bilhete na rua durante a transferência para um quartel chamado *Centro General de Instrucción para Oficiales de Reserva* (CGIOR).²⁶

Na noite de 22 de novembro, data em que a matéria-denúncia foi capa do jornal *De Frente*, um carro da polícia chegou ao quartel para levá-los ao aeroporto de Carrasco. Dali seriam enviados de avião até a base militar de *Paso de Los Toros*, sendo transferidos por terra até Santana do Livramento, onde a ditadura brasileira aguardava.²⁷ Contudo, os policiais uruguaios não imaginavam o que estaria por vir: a fim de evitar a deportação ilegal, Gutiérrez, com um pedaço de vidro, cortaria profundamente seu braço esquerdo, de modo a ser internado por um período, no qual pode contatar seu advogado e providenciar o cancelamento de seu traslado, evitando assim sua prisão no Brasil, pois sabia que lá a tortura o aguardava. Sua lesão forçou uma internação hospitalar de emergência. Por sorte, continua Gutiérrez:

O centro de atendimento mais próximo do quartel era uma clínica do Sindicato Médico do Uruguai, tradicionalmente vinculado à esquerda. Na clínica consegui entrar em contato com meu advogado, [Edmundo] Soares Netto. O caso voltou a ter notoriedade e farta cobertura. “El Popular”, jornal do PCU, invocou minha cidadania uruguaia. Não tinham mais como devolverem a mim e aos perseguidos políticos que lhes negavam o asilo. Imediatamente, me transportaram para o Hospital Militar.

Foi uma noite longa. Algemado na cama do hospital, com o braço devidamente costurado e com o soro gotejando, ainda recebi a visita de um grupo que de longe me observava. Alguns não conseguiam disfarçar um sofrível portunhol. Sem dúvida, eram policiais ou militares brasileiros. Para seu desespero, a caça lhes escapara das mãos.²⁸

Na visão de Gutiérrez:

²⁶ GUTIÉRREZ, op. cit., 2007.

²⁷ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul**: garantias e violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul (1999-2000). Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999, p. 341. Nesse texto, Gutiérrez afirma que havia mais de trinta brasileiros a serem devolvidos clandestinamente ao Brasil, porém cita poucos nomes.

²⁸ GUTIÉRREZ, Claudio. **A Guerrilha Brancaléone**. Porto Alegre: Proletra, 1999, p. 95. Esse operativo ignorou inclusive a cidadania uruguaia de Claudio Gutiérrez, filho de pai uruguaio, que já havia sido encaminhada e aprovada há algum tempo.

Ficou muito claro a união das duas polícias. Teve caras que falavam português na embaixada enquanto eu tava preso, e vinham... Não me interrogavam, mas falavam com os interrogadores. No hospital, quando eu vou para o hospital, dentro do carro falam português, eu era interrogado por um psiquiatra, as perguntas eram todas direcionadas aos fatos brasileiros. [...] E o cara era claramente alimentado por informações.²⁹

Policiais gaúchos foram vistos no Uruguai durante esse período. No jornal *Marcha*, de 28 de novembro, o artigo *Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales* explicita a incursão do delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury em território uruguaio com a finalidade de reunir-se com oficiais da repressão daquele país. É muito provável que esse notável torturador também estivesse no Uruguai acompanhando as operações, uma vez que ele se encontrava em Porto Alegre fiscalizando de perto as ações policiais em busca de informações sobre o esquema de fronteiras da ALN e de seus responsáveis. A reportagem afirma que

Sergio Fleury, uno de los más renombrados de los 29 delegados que componen la dirección del DOPS se apresta a venir a Montevideo, en compañía de algunos colaboradores íntimos. Fleury, que dirigió el operativo contra Carlos Marighella y su grupo y ganó méritos suficientes como para constituirse en elemento indispensable en cuanto nuevo frente represivo se abre en su tierra – oriente ahora una campaña de depuración contra los elementos radicales del clero “gaúcho” – se dedicó a otros menesteres menos lustrosos antes de dirigir el DOPS: fue jefe del renombrado “Escuadrón de la muerte”, que exterminó pordioseros y delincuentes comunes en una fulminante campaña.

Le esperan aquí importantes reuniones con jefarcas policiales. El tema será a no dudarlo, el reforzamiento de la seguridad interna.³⁰

Acerca da tortura que sofreu no Uruguai, Gutiérrez explica que ficou praticamente vinte e quatro horas de pé, com os braços abertos, e qualquer movimento era motivo para pontapés, socos, etc, tortura que ficou conhecida como “Plantão”. Já no Brasil, afirma que os espancamentos eram bem piores, mas que nunca foi torturado no pau-de-arara ou com choque elétrico.³¹

O companheiro de detenção de Gutiérrez, Euclides Garcia Paes de Almeida, era estudante e tinha ligações com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) de São Paulo. Com a ida de Gutiérrez ao hospital, frustrou-se igualmente sua deportação, sendo libertado logo em seguida.

²⁹ GUTIÉRREZ, 2007, entrevista cit. Claudio Gutiérrez foi transferido, em pouco tempo, para o Hospital Militar.

³⁰ CORREA, op. cit.

³¹ GUTIÉRREZ, entrevista cit., 2007.

Além desses casos, houve outros. Nessa mesma época, o paulista Caio Venâncio Martins também estava encarcerado em terras orientais. Estudante de Direito, era vinculado à ALN. Como vários de seus colegas da Faculdade de Direito de São Paulo estavam desaparecendo, decidiu sair do Estado rumo ao Uruguai. Em seis meses, chegaria a Santana do Livramento. Temendo perseguições, rumou a Montevideú. Sua prisão foi facilitada por ele próprio ao fazer seu pedido de asilo político. Ao invés de encaminhar o pedido através do Ministério das Relações Exteriores, ele o encaminhou pelo Ministério das Relações Interiores, ou seja, pela polícia. Tratado amavelmente, teve seu pedido de asilo confirmado. No dia seguinte, em 11 de novembro, foi preso e levado ao CGIOR, sob o pretexto de ter dado declarações à imprensa.³² Caio, Cláudio e Euclides acabaram ficando detidos no mesmo quartel, onde ficaram sabendo que, havia poucos dias, Wilson do Nascimento Barbosa, carioca, professor de História, ligado à ALN, teria sido devolvido ilegalmente à ditadura brasileira. No interrogatório prestado à Auditoria Militar brasileira, Wilson descreveu sua trajetória, afirmando

[...] que esteve preso cinquenta e três dias, sendo posteriormente deportado para o Brasil e entregue ao Exército brasileiro, na cidade de Livramento, fronteira do Brasil com o Uruguai; que quer declarar ainda que, no Brasil, prestou depois de preso seis depoimentos: no 7º RC em Livramento, no 18º RI em Porto Alegre; na 3ª Cia. da PE, em Porto Alegre; no DOPS de Porto Alegre e no 18º RI, a pedido do Delegado de Ordem Política de São Paulo (Delegado Fleury) [...].³³

Barbosa estaria de passagem no Uruguai; seu destino era Cuba, em função de uma bolsa de estudos. Duas pessoas, apresentando-se como sendo advogados de sua família, perguntavam por ele. Em poucos dias, espalhou-se a notícia de que ele teria retornado ao Brasil.³⁴ Acredita-se que tenha sido seqüestrado no lugar onde morava.³⁵

Outra mostra dessa cooperação se deu quando, a pedido do Exército brasileiro, a repressão uruguaia seqüestrado em Montevideú, em agosto de 1969, o

³² CORREA, op. cit.

³³ Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria. Wilson do Nascimento Barbosa. Brasil: nunca mais. Tomo V. V. 3, p. 916, apud BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar**. Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 225.

³⁴ CORREA, loc. cit.

³⁵ GUTIÉRREZ, entrevista cit ., 2007.

jornalista Jorge de Miranda Jordão, exilado no Uruguai após sua demissão no jornal *Folha da Tarde*. Numa manhã, chegou cedo a um hotel, onde entrou em contato com um asilado que, em seguida, foi vê-lo. Jordão havia saído acompanhado por uma mulher. Cinco dias depois, apareceu detido em Porto Alegre.³⁶ Quem o seqüestrou foi o delegado Otero, conhecido no Uruguai como “matador de Tupamaros”, e o levou à fronteira, onde seria “oficialmente ‘solto’ no lado uruguaio na ponte que une os dois países, junto à cidade gaúcha de Jaguarão. Cruzou a pé e, ao atingir o lado brasileiro, foi preso”.³⁷

Jordão tinha amizade com vários “subversivos” do regime ditatorial brasileiro: Joaquim Câmara Ferreira, Flávio Tavares, Frei Betto, Carlos Marighella... Acabou tornando-se o “motorista” da ALN, papel fundamental para a sobrevivência dos contatos entre os integrantes do grupo e muito bem camuflado sob sua aparência aristocrática e nacionalista. Somente escapou da tortura na prisão brasileira por ser descendente (bisneto) do Patrono do Exército, Duque de Caxias.³⁸

Os irmãos Mendes foram mais duas vítimas da cooperação policial: Sebastião Mendes Filho, que estava preso no Uruguai, reapareceu misteriosamente no Brasil, mas conseguiu escapar e retornar para lá. Seu irmão, Tarcino Guimarães Mendes, sacerdote, levou aos uruguaios um certificado dado pelas autoridades brasileiras no qual constava que Sebastião não era procurado no Brasil. Contudo, também foi preso em Artigas.³⁹

A intensa colaboração existente entre os aparatos repressivos de Brasil e Uruguai é perceptível ao elencar-se tantos fatos como os expostos acima. No entanto, a ilegalidade desses procedimentos nem sempre se manteve na clandestinidade, haja vista que um dos responsáveis por esse intercâmbio chegou a assumir publicamente a troca de favores no caso de José Calvet:

Esta sorpresiva demanda, que en otros tempos hubiera despertado un revuelo de indignación y rechazo en los propios círculos policiales y judiciales uruguayos, se correspondía con otras declaraciones anteriores

³⁶ CORREA, loc. cit.

³⁷ TAVARES, Flávio. **Memórias do Esquecimento**. 3 ed. São Paulo: Globo, 1999, p. 112. No momento da detenção, os policiais uruguaios encontraram no bolso de Jordão uma passagem aérea para Paris. Este explicou que, como Flávio Tavares havia se escondido em seu apartamento no Brasil e fora preso, ficou temeroso e decidiu ir para a França para não se envolver com o caso. De fato, a passagem o levaria à França e, posteriormente, ele iria à Cuba para especializar-se em imprensa clandestina.

³⁸ Ibid., p. 112-113.

³⁹ CORREA, op. cit., p. 15.

del mismo jerarca [Jaime Mariath, Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul] donde anunciaba que José Calvet, un refugiado que había podido escapar al cerco del DOPS, *había sido entregado por las autoridades uruguayas*.⁴⁰

Acusado de “subversão”, o veterinário Haroldo Collares de Irazoqui foi detido em junho de 1972. Seu crime teria sido uma pescaria na represa da Hidrelétrica Gabriel Terra, “evidente” tentativa de sabotagem à eletricidade uruguaia. Filho de pai uruguaio, Collares, embora brasileiro, residia há muito tempo no Uruguai, pois herdara a fazenda matriz do grupo IRAZOQUI Y HIJOS, em Paso de Los Toros. De fato, sua indústria pesqueira, às margens dessa hidrelétrica, nada teve a ver com sua detenção. O que o levou à cadeia, na verdade, foi a sua candidatura à prefeitura de Tacuarembó, pela Frente Ampla, bem como suas ligações com importantes líderes de esquerda, como o general Líber Seregni.⁴¹ O *Coojornal* de Porto Alegre divulgou na época dados sobre a prisão e a reação das autoridades brasileiras:

Na verdade, o Governo brasileiro não tem nenhum interesse de libertá-lo. E, ao menos de parte do governo uruguaio, tupamaro ou não, o fato é que ele já estava marcado desde alguns meses antes de ter sido preso, pois concorrera à *INTENDÊNCIA* (prefeitura) de Tacuarembó, nas últimas eleições realizadas no Uruguai (1971), pela coligação de esquerda chamada *Frente Ampla*. E é certo que era amigo do general Líber Seregni, que disputou a Presidência da República por este mesmo partido.⁴²

Preso em Paso de Los Toros, foi levado para Tacuarembó, transferido para Rivera e, posteriormente, para o Libertad, em Montevideu. Por medida de segurança, obteve condenação de oito anos de reclusão. A causa nunca foi divulgada.

Outra prisão de brasileiro no Uruguai foi a de Flávia Schilling, filha do jornalista, economista e político Paulo Schilling, membro da cúpula brizolista no exílio.⁴³ No entanto, todos os fatos desse episódio apontam que a prisão não teve relação direta com a polícia ou com os militares brasileiros. Flávia mesma confirma que “talvez tenha havido alguma participação”, mas não ficou sabendo, pois não

⁴⁰ CORREA, loc. cit.

⁴¹ PADRÓS, op. cit., p. 754.

⁴² HÁ outro brasileiro preso em Montevideu. Ver *Coojornal*, ano IV, n. 36, dezembro de 1978, p. 16.

⁴³ Paulo Schilling era o principal assessor de Leonel Brizola no Uruguai.

teve “indícios a respeito”.⁴⁴ Somente a partir de 1978, com o início da “abertura” da Ditadura Civil-Militar brasileira, foi possível divulgar o caso na imprensa nacional, de modo a cobrar das autoridades competentes providências para sua libertação:

Houve alguma atuação diplomática apenas quando começou a campanha por minha libertação, quando o cônsul brasileiro no Uruguai (Agenor Soares dos Santos) começou a visitar-me. Creio que como meu pai era exilado no Uruguai, não havia qualquer interesse em minha situação ou na deles, éramos considerados dentro do lema da época “ame-o ou deixe-o”.⁴⁵

Apesar de toda a campanha e mobilização popular, Flávia seria libertada somente em abril de 1980.⁴⁶ Embora o governo brasileiro não tenha nenhuma ligação direta com a detenção de Flávia, pouco ou nada fez em favor de sua libertação, mostrando dessa forma, no mínimo, cumplicidade e conivência com a situação desumana vivida por ela ao longo de praticamente uma década. E também, por que se empenhar em libertar uma “subversiva comunista”? Só porque nasceu em solo verde-amarelo? Na lógica vigente da DSN, a condição política se sobrepõe à cidadania. Aos olhos dos militares, Flávia Schilling nunca foi uma “brasileira”, e sim mais um elemento integrante do que chamavam de “inimigo interno”, filha de “comunista”. Dentro dessa ótica, entende-se a razão do desinteresse brasileiro pelo caso.

Após o Golpe no Brasil, a família Schilling viu-se obrigada a partir para o exílio, e optou pelo Uruguai. Contudo, a efervescência política e social trazida pelo fim do Estado Battlista, na década de 1960, acabou por envolver Flávia na política uruguaia, na época em que era estudante na Faculdade de Medicina da

⁴⁴ SCHILLING, Flávia. Re: Pesquisa para dissertação [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gisselecassol@yahoo.com.br> em 3 jun. 2007.

⁴⁵ SCHILLING, *ibid*, 2007.

⁴⁶ Encerrando a entrevista concedida à autora, Flávia descreve sucintamente como foi a retomada de sua vida após a prisão. À questão “O que fizeste quando saiu da prisão? Como foi o reencontro com a família? Casou? Teve filhos? Viajou...? Enfim, como viveste desde então?”, respondeu: “Vivi com o desafio de fazer uma vida em um país que quase já não conhecia, recuperar a língua, estudar, fazer uma trajetória que não me ‘partisse’, que de alguma forma continuasse a possibilitar a expressão do nosso desejo de um mundo mais justo. Comecei imediatamente a trabalhar em escolas, fiz pedagogia, fiz mestrado na Unicamp na área de educação com o Maurício Tragtenberg (Estudos sobre resistência, que mando em anexo) e doutorado na Sociologia, com o Sergio Adorno. Trabalhei com o tema da violência no Núcleo de Estudos sobre a Violência da USP e com vítimas de violência no Centro de Referência e apoio à vítimas e me aproximei da temática do gênero (fui consultora da comissão da mulher do Parlamento Latino-Americano). Tenho um companheiro há vinte anos e um filho de dezesseis, vivemos todos em São Paulo e sou professora da FE-USP. Estamos bem e felizes. Acabei de chegar de Montevideú, e posso dizer que, para todas, o ‘depois’ foi um grande desafio pois tivemos que lutar sozinhas, usando nossos próprios recursos. Mas foi uma luta árdua mas linda”. In: SCHILLING, *ibid*, 2007.

Universidade de Montevideu. Da militância na Federação dos Estudantes Revolucionários (FER) durante o curso preparatório, Flávia passou a integrar o MLN-T. O fechamento do cerco aos *Tupamaros* acarretou na prisão de Flávia (então com dezoito anos), em 24 de novembro de 1972. No ato de sua detenção, tentou fugir, e foi baleada gravemente no pescoço. Paradoxalmente, uma cirurgia de emergência no hospital militar salvou-lhe a vida, enquanto mais tarde a tortura lhe poria outra vez frente à morte.

Após três anos de interrogatórios e seções de tortura, um julgamento (classificado por ela como “teatro”), desprovido de qualquer proximidade com as regras do Direito, condenou-a a nove anos de prisão e, em segunda instância, a dez anos, acrescidos cinco anos de medida de segurança.⁴⁷ Durante sua estada prisional, Flávia Schilling escreveu muitas cartas à família que, posteriormente, acabaram sendo compendiadas num livro, intitulado *Querida família*,⁴⁸ onde expressava, na medida do possível e do “não-censurável”, um pouco de seu cotidiano e da condição de reclusa. Nessas missivas, destaca-se um forte otimismo, chegando às portas de certo humor (por vezes, “humor negro”). Segundo Flávia, o

otimismo era para não aumentar a angústia familiar com a minha situação. Mas, junto com esta necessidade, era algo que me sustentava. Os militares verbalizavam claramente a situação das prisões políticas “as prisões políticas não são feitas para durar”. Sabíamos disso mas não imaginávamos que durariam tanto no Uruguai.⁴⁹

Em setembro de 1973, teve início o regime de *rehenes*, que duraria até 1984. O seqüestro de prisioneiro de dentro das próprias prisões permitiu ao governo formar um grupo de reféns contra qualquer tipo de investida por parte da esquerda armada, especialmente dos *Tupamaros*. Foram escolhidos dezessete detentos considerados pelas Forças Armadas como sendo os principais líderes do MLN-T. Flávia Schilling foi um deles.⁵⁰ O critério de seleção para o grupo teria sido o grau de

⁴⁷ FIALHO, A. Veiga. **Uruguai: um campo de concentração?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 228.

⁴⁸ SCHILLING, Flávia. **Querida família**. Porto Alegre: Coojornal, 1979. Um ano depois, seria reeditado com o título “Querida liberdade”, pela editora Global.

⁴⁹ SCHILLING, mensagem cit., 2007.

⁵⁰ Além de Flávia, integravam o grupo retirado do presídio feminino Penal de Punta de Rieles (EMR-2) Alba Antúnez, Estela Sánchez, Cristina Cabrera, Graciela Dry, Jessie Macchi, Raquel Cabrera e Maria Elena Curbelo. Um ano depois, foi agregada Elise Michelini. Os demais prisioneiros foram Raúl Sendic, Eleutério Fernández Huidobro, Jorge Manera, Julio Marenales, José Mujica, Jorge Zabalza, Adolfo Wasem, Henry Engler e Mauricio Rosencof. Ver PADRÓS, op. cit., p. 564.

“periculosidade” dos militantes. Com relação especificamente às mulheres, foram escolhidas todas as que apresentavam seqüelas decorrentes de ferimentos sofridos no momento da detenção.⁵¹ Em uma de suas cartas à família, Flávia expõe os pretensos motivos de sua condição: “No fim das contas, estou aqui porque se supõe que, além de um perigo para a sociedade, sou ‘cabeça’ de não sei o quê, e que ‘não sei quem’ me respeita muito (...)”.⁵²

De posse do grupo de reféns, a ditadura uruguaia obteria um ótimo instrumento para barrar as ações político-sociais da oposição, pois era de conhecimento público que, em represália a qualquer ato “subversivo”, haveria a execução de reféns. Padrós faz a seguinte avaliação:

A justificativa de que esse mecanismo fornecia proteção aos funcionários do regime de ataques subversivos se mostrou, na melhor das hipóteses, desproporcional ou descabida. O desencadeamento dos fatos e a relação de forças no interior do sistema (entre governo e oposição armada), evidenciaram que usar reféns para garantir a segurança dos quartéis era uma farsa. Até porque, depois do golpe de Estado, sabia-se que o MLN já não dispunha de capacidade operativa para planejar e concretizar ações desse porte. E mesmo que pudesse fazê-lo, sabia-se que isso, de forma geral, pioraria as condições de sobrevivência dos quadros presos nos estabelecimentos penitenciários. A tal ponto isso é verdadeiro que o regime, após ter ordenado o seqüestro dos reféns, não teve como assumir publicamente essa prática repressiva de chantagem. Sem ter como justificar tal situação, passou a negar sistematicamente a existência da figura do refém.⁵³

Desse modo, percebe-se qual era realmente o objetivo da política de reféns, qual seja, a destruição física e mental dos presos. Isso se comprova ao observarem-se os procedimentos e as regras impostas aos indivíduos nessa situação. A incomunicabilidade total associava-se à constante troca de prisão e, dentro da cada prisão, o rodízio periódico de guardas. Isto criava um clima de insegurança no detento e, ao mesmo tempo, formava uma espécie de “rede de silêncio” entre os militares, pois todos acabavam tornando-se um pouco responsáveis pelos maus-tratos infligidos aos reféns.⁵⁴ No entender de Flávia, “foi uma estratégia inventada

⁵¹ SCHILLING, Flávia. **Querida liberdade**. São Paulo: Global, 1980. p. 26-27.

⁵² *Ibid.*, p. 39.

⁵³ PADRÓS, *op. cit.*, p. 567.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 563-582, *passim*.

pelos militares, bastante aleatória, que nos deixou em situação de extrema insegurança durante dois anos”.⁵⁵

Nas celas individuais minúsculas, com menos de três metros quadrados, não havia qualquer tipo de estrutura sanitária. Atividades físicas eram proibidas, assim como as atividades mentais. A pouca comida provinha dos restos da tropa e era de péssima qualidade. Não havia sequer colchões para o repouso. A iluminação era tão escassa quanto a ventilação. Tudo isso ganhava ainda o reforço de sessões de tortura e maus-tratos permanentes. E nem mesmo os familiares eram poupados: as visitas eram dificultadas devido aos inúmeros translados sem aviso; quando aconteciam, era por pouco tempo, e o familiar encontrava seu ente querido sujo, magro, doente e com marcas de agressões, e nada podia fazer.⁵⁶

A condição permanente de tortura e maus tratos foi, para muitos, enlouquecedora. O ambiente pesado de dor tornava-se um tormento diário, mesmo quando não se estava pessoalmente na sala de torturas. Isso se reforça com este trecho de carta datada de 11 de julho de 1973:

Hoje estou dispersa para escrever, porque faz três dias que há gente nova por aqui. Estão de pé, e a cada momento recebem ordens, ou de levantar os braços, ou de abrir mais as pernas, ou de abaixar bem o capuz, etc. Isso não cria, digamos, um ambiente inspirador para escrever coisas bonitas em cartas lindas. Não acham? [...]⁵⁷

Essa passagem faz referência ao método de tortura muito utilizado no Uruguai chamado “Plantão”, anteriormente citado. Consistia basicamente em deixar o sujeito de pé por muitas horas, às vezes, dias, em pé, com os braços e pernas estendidos, encapuzado, sem comida ou água. Câimbras e dores insuportáveis provocavam o declínio dos braços ou enfraquecimento das pernas; quaisquer desses movimentos eram punidos severamente com socos e pontapés. Questionada especificamente sobre a tortura, Flávia Schilling deu uma resposta que, embora breve, sintetiza perfeitamente e com precisão o seu sentimento com relação a ela: “É um momento em que se descrê da condição humana como sendo humana”.⁵⁸

⁵⁵ SCHILLING, mensagem cit., 2007.

⁵⁶ PADRÓS, loc. cit. No caso de Flávia, sua saúde era precária: além de magérrima e com complicações decorrentes de seu ferimento à bala, teve um fibroma no útero, queda de cabelos e de dentes. Cf. SCHILLING, 1979, op. cit., p. 3; Id., 1980, p. 111.

⁵⁷ SCHILLING, 1980, op. cit., p. 29.

⁵⁸ SCHILLING, mensagem cit., 2007.

Se o caso de Flávia não teve relação direta com a repressão brasileira, o mesmo não pode se pode dizer sobre a detenção do jornalista Flávio Tavares, ocorrida em julho de 1977. Em seu livro *Memórias do Esquecimento*,⁵⁹ Tavares testemunha a sua própria detenção, resultado da atuação da Operação Condor.

Preso no Brasil em 1969, Tavares logo vislumbrou sua liberdade, uma vez que foi escolhido para ser um dos presos políticos trocados nas negociações de libertação do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrik. Sua nova vida no México incluiu o prosseguimento de sua atuação profissional no mundo da notícia, através do trabalho desenvolvido no jornal *Excelsior*.

Em 1974, Tavares passou a residir na Argentina, como correspondente local. Queria estar mais próximo do Brasil. Durante esta estada, seu único documento era a carteira de identidade argentina para estrangeiros, que lhe permitia viajar apenas ao Uruguai. Por isso, foi muitas vezes para lá cobrir notícias, inclusive o afastamento do presidente Juan María Bordaberry, em 1976. Com o pseudônimo de Júlio Delgado, Flávio Tavares tornou-se correspondente também do jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo*, em 1975.

Em julho de 1977, os militares uruguaios prenderam um jornalista uruguaio correspondente do *Excelsior*, pois este teria publicado um artigo ofensivo ao governo. Diante deste fato, o jornal decidiu enviar Tavares ao Uruguai a fim de tratar da libertação de seu colega. Em menos de quarenta e oito horas, Flávio cumpriu sua missão. Nesse ínterim, também entrou em contato com jornais locais e com a Embaixada do México. Na primeira noite no Uruguai, houve um jantar na residência do adido cultural desta embaixada, Cuitláhuac Arroyo Parra. Um dos convidados, um uruguaio de “nome” Oscar, descreveu para Tavares detalhes dos centros secretos de tortura do *Organismo Central de Operaciones Antisubversivas* (Ocoa), conhecido no meio militar como *logia de los siete hermanos*. A partir do comando do general Aguerondo, estruturava-se um complexo organograma, com nomes, dados, datas, mortes e desaparecimentos de uruguaios, que Flávio tratou de anotar.

Na segunda noite, já liberto o jornalista local, Tavares preparava-se para embarcar de volta à Argentina. Após ter passado pela imigração, um “funcionário”, alegando que seu cartão estava com problemas, pediu-lhe para que voltasse. Conformava-se assim o seqüestro: sem provas, sem rastros, sem suspeitos, pois

⁵⁹ Em seu livro de romance policial não-ficcional, Tavares narra, em excelente estilo literário, toda sua trajetória na cruzada contra a repressão ditatorial. Ver TAVARES, op. cit.

seu cartão de saída já estava assinado. O “sumiço” seria atribuído à repressão argentina.

No centro clandestino para onde o levaram, o interrogatório de Flávio girava em torno de detalhes que ele não poderia responder, sobre antigos asilados que até já haviam retornado ao Brasil.⁶⁰ Em pouco tempo, os interrogadores decidiram pela sua execução: colocaram-no dentro de um carro e levaram-no para outro lugar, onde ordenaram-lhe que caminhasse, para morrer caminhando. E começaram a disparar. Entretanto, logo pararam e começaram a “discutir” contra e a favor da execução e, por fim, colocaram Tavares outra vez no carro e o levaram de volta à casa clandestina, para interrogar-lhe sobre coisas que ele considerou “banalidades”. Em questão de duas ou três horas, seria levado de novo para a morte. O carro, sons de gatilhos, ordens, disparos... Essa nova execução terminou com as gargalhadas dos interrogadores. Em menos de três horas, Flávio Tavares fora submetido a dois fuzilamentos simulados. Sobre isso, ele comenta:

Simulados? Agora, mais de 20 anos depois, sei que tudo foi uma simulação porque estou vivo, mas, naquela madrugada de 15 de julho de 1977, eu fui executado em terra alheia e morri.⁶¹

Essa noite tenebrosa não teria nas simulações seu fim. O interrogador-chefe dizia-lhe que os militares brasileiros o buscariam no dia seguinte. Para um banido, isso era uma sentença de morte. No momento em que o revistaram, encontraram o organograma feito na noite anterior durante o jantar na casa do adido cultural mexicano. De posse disso, os militares acusaram-lhe de espionagem contra o Uruguai, uma vez que as informações que carregava eram “segredos militares”, e enviaram um emissário ao Brasil para tratar da entrega de Tavares ao governo. Contudo, como era uma sexta-feira, não havia ninguém em Brasília que pudesse decidir sobre o assunto. E no início da semana seguinte, o seqüestro já havia se tornado público, estampando capas de jornais no Brasil e no mundo. Diante disso, o governo recusou receber Tavares, vivo ou morto, pois, além dele ser um banido, a conjuntura política não era favorável, porque o Governo Geisel promovia a “abertura política”, e a administração de Jimmy Carter, nos Estados Unidos, defendia os Direitos Humanos.

⁶⁰ Ibid., p. 255.

⁶¹ Ibid., p. 254.

Diante da recusa brasileira, os militares uruguaios o mantiveram preso clandestinamente por mais um tempo. Os intermináveis interrogatórios foram interrompidos por seções de tortura, na qual Flávio, algemado pelas costas, foi por elas suspenso através de uma roldana. Ele mesmo descreve como tudo isso transcorreu:

No 15º dia, ouço um ruído de correntes enquanto me tiram o sobretudo e o paletó e removem as algemas para as costas. Continuo vendado e só percebo que estou sendo içado por uma roldana – que pelas costas me agarra as algemas – quando meu corpo se eleva do solo. Suspendem-me apenas alguns centímetros, o suficiente para que eu paire no ar, e a minha tendência natural é tocar o piso com o bico do sapato: nisto consiste a sofisticação dessa tortura. À medida que eu tento tocar o solo, eles voltam a me suspender alguns centímetros e o corpo cai pra frente. Tudo se apóia nos braços estendidos para trás e que tentam – inutilmente – encontrar apoio na ponta do calçado que não consegue tocar o piso.

É o “colgamiento”, ou “penduração”, tortura profunda que não deixa marcas nem cicatrizes, mas destrói. No início, parece um brinquedo bobo. Aos poucos, porém, uma dormência nos braços se expande pelo corpo como uma gangrena seca, progressiva. [...] como milhões de agulhas picando o tecido amortecido ou já morto.

Essa sensação de necrose só chega ao corpo. A mente continua lúcida. Não se perde o raciocínio – como no choque elétrico – e é aí que a “penduração” alcança o requinte: o preso sabe que está sendo destruído, que o corpo e as forças se esvaem, pouco a pouco. E sente o impacto da morte, como eu senti, desfeito, sem forças para sequer rezar. Não tenho idéia do tempo em que fiquei pendurado [...].⁶²

No total, Tavares esteve vinte e seis dias seqüestrado, vendado e algemado. Graças às denúncias, teve sua situação legalizada, sendo removido para o Cárcere Central de Montevideu, onde ficou preso numa solitária por mais seis meses. Ele afirma que na estada prisional uruguaia houve “requintes de uma crueldade que nem sequer conheci no quartel da Barão de Mesquita, no Rio [...]”.

Mediante apelos internacionais que provinham das mais diversas instituições (jornais *O Estado de S. Paulo* e *Excelsior*, da OAB, entre outros), e até mesmo do próprio Jimmy Carter e do Papa Paulo VI, Flávio Tavares acabou sendo expulso do Uruguai, em janeiro de 1978. Exilou-se dessa vez em Lisboa, até o momento da promulgação da Lei de Anistia no Brasil, em 1979, quando retornou ao país.⁶³

Esse caso deixa uma dúvida: por que, exatamente, Flávio foi preso? Afinal, a repressão brasileira não havia solicitado sua detenção. Foi preso só porque ajudou seu colega jornalista ou foi por causa do seu passado político no Brasil? Foi seguido

⁶² Ibid., p. 259.

⁶³ Ibid., p. 261.

durante os dois dias em que tentava libertar o correspondente uruguaio e a realização de contatos diversos intimidou a ditadura uruguaia? Ou ainda, foi uma tentativa da repressão uruguaia de “presentear” a brasileira com um “subversivo”? Considerando o momento histórico, não há como negar a atuação da Operação Condor nas tratativas entre os militares de ambos os países sobre a transferência de Tavares ao Brasil, vivo ou morto, como preferissem. Certo é que, quando os militares uruguaiois encontraram o organograma da “loja dos sete irmãos”, a detenção de Flávio passou a interessar somente aos uruguaiois, afinal, eram os seus segredos nas mãos de um jornalista. Confirmado também é o total desinteresse do governo brasileiro pela sua libertação e sua condição de detento no Uruguai.

Outros casos de colaboração entre as repressões brasileira e uruguaia ocorreram, porém não tiveram muita repercussão e, aparentemente, não tiveram relação direta com os operativos coordenados da Condor. Parecem, isto sim, ser fruto da própria conjuntura política uruguaia, pois o fotógrafo Antônio Pires da Silva, que trabalhava em San Javier, Departamento de Río Negro, foi detido pelas *Fuerzas Conjuntas* sob a acusação de colaborar com um operativo de estocamento de armas, que supostamente auxiliariam o reingresso no Uruguai do líder do Partido Blanco, o exilado Wilson Ferreira Aldunate. Trancafiaram-no por um tempo no 9º Batalhão de Infantaria de Fray Bentos, onde sofreu constantes torturas. Em que pese a falta de provas, Antônio foi processado e condenado por “subversão” e, transferido para o *Libertad*, passaria novamente por sessões de tortura. A violência destas acabou por enviá-lo ao Hospital Militar. Pouco tempo depois da divulgação, na imprensa brasileira, sobre a arbitrária condenação do fotógrafo, este foi libertado na fronteira Rivera-Livramento, no dia 5 de setembro de 1984. No total, foram cinco meses de prisão e torturas.⁶⁴

Antônio Pires da Silva conheceu no cárcere uruguaio outro brasileiro, Rubem Malikovski, natural de Santa Cruz, Rio Grande do Sul. Malikovski estaria atrás das grades no Uruguai por participar de atividades “subversivas” junto aos *cañeros* e, não obstante, por suas ligações com Raúl Sendic, o inimigo número um do regime uruguaio. Sua pena: trinta anos de prisão.⁶⁵

⁶⁴ PADRÓS, op. cit., p. 752-754.

⁶⁵ Ibid., p.753-754. Não encontramos registro sobre quanto tempo Rubem Malikovski ficou preso [nota da autora].

3.2 Uruguaios presos no Brasil

A ação dos operativos clandestinos entre os organismos de segurança brasileiro e uruguaio deu mostras de sua audácia também em território verde-amarelo. Sem dúvida, o caso de maior repercussão da época foi o caso dos uruguaios em Porto Alegre, em 1978. O seqüestro de Lílian Elmira Celiberti Rosas de Casariego e de Universindo Rodrigues Diaz, juntamente com os dois filhos dela, Camilo, de nove anos, e Francesca, de três, figurou durante muito tempo nos jornais, especialmente nos gaúchos. O casal era militante do então proscrito Partido por la Victoria del Pueblo (PVP), do Uruguai, e estava residindo há pouquíssimo tempo em Porto Alegre,⁶⁶ de modo legal, com o intuito de formar um canal de contato com militantes no Uruguai e, também de elaborar um dossiê sobre as violações de Direitos Humanos ocorridas naquele país. Essa operação visava, inicialmente, a captura de Hugo Cores, principal integrante do PVP, que estava em São Paulo e, inspirada nos sapatos muito gastos e velhos de Cores, acabou sendo batizada de operação “Zapato Roto”.

Após negociações desenvolvidas entre o Coronel Calixto de Armas, da Companhia de Contra-Inteligências uruguaia (subordinada ao Estado Maior do Exército) e, acredita-se, o Coronel Átila Rohrzetzer, Diretor do Departamento Central de Investigações (DCI), da Secretaria de Segurança Pública do Estado, a execução da missão ficou a cargo do delegado Pedro Seelig,⁶⁷ delegado DOPS/RS. Posteriormente, seria enviado a Porto Alegre o Major José Bassani, subordinado

⁶⁶ Ambos haviam sido deportados, pela ditadura uruguaia, para a Itália, onde estavam vivendo até então. Lílian foi condenada por ter apoiado o "Grupo 70", do magistério, que se opunha ao projeto de Lei do Ensino, e Universindo, por ter sido um dos muitos uruguaios que ocuparam a Universidade da República, em 8 de outubro de 1971. Cf. FERRI, Omar. **Seqüestro no Cone Sul**. O caso Lílian e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 205.

⁶⁷ Alcinchado de “Fleury dos Pampas”, Pedro Seelig gabava-se de sua trajetória repressiva e violenta. Esteve envolvido inclusive no assassinato do próprio filho de criação, o menor Carlos Alberto Pinto Arébal, suspeito de desviar cobranças de mensalidades de um clube onde Seelig era tesoureiro. Com a intenção de dar um “susto” no jovem, policiais a mando de Seelig o prenderam e levaram-no ao DOPS/RS, onde veio a falecer devido à intensidade das torturas que sofreu. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) formada para apurar o caso indicou Seelig como culpado. Contudo, devido a ausência de provas da autoria do crime, ele não foi condenado. Cf. *Ibid.*, p. 107-108.

imediatamente de Armas, o Capitão Eduardo Ramos, chefe da Seção de Operações e, finalmente, o Major Carlos Rossel.⁶⁸

Munidos de informações extorquidas à base de torturas de integrantes do PVP no Uruguai, ingressaram em território gaúcho os capitães Eduardo Ferro⁶⁹ e Glauco Yannone, o soldado Hugo Walter Garcia Rivas e um companheiro (não-identificado). Seus dados apontavam que haveria uma reunião na casa de Lilian com importantes membros do “braço armado” do PVP. Todavia, como não sabiam o endereço dela, decidiram montar vários dispositivos de controle em bancas de jornal (que recebiam o jornal uruguaio editado pelo PVP, *Compancrü*), pontos de embarque e desembarque, lanchonetes, telefônicas, etc.

No domingo, 12 de novembro, Lilian pediu a Universindo que cuidasse das crianças, talvez até levassem-nas ao Beira-Rio para ver o jogo do Internacional contra o Caxias. E foi o que ele fez. Ela, por sua vez, rumou para a estação rodoviária para esperar uma companheira que chegaria à cidade. Ao entrar na rodoviária, foi barrada pelo Capitão Giannone, que lhe pediu os documentos. De imediato, ela o reconheceu. Ao entregá-los, foi levada ao posto policial do lugar, onde foi cercada por oito policiais e por Pedro Seelig.

O interrogatório que começou na rodoviária teve continuidade no DOPS. Nua e encapuzada, Lilian foi espancada, sofreu afogamentos e recebeu choques elétricos nas orelhas e nos dedos das mãos.⁷⁰ A todo instante, seu pulso era tomado. Os brasileiros que acompanhavam a sessão, Rohrzetzer e Seelig, temiam algum incidente mais grave. Já os uruguaios Ferro e Yannone, queriam aumentar a voltagem.⁷¹

Ao revistarem seus pertences, os policiais encontraram seu endereço. Rapidamente vestiram-na e rumaram para o apartamento. Lá chegando, no início da tarde, prenderam Universindo e as crianças, Camilo e Francesca, que estavam saindo para ir assistir ao jogo. Todos foram levados de volta ao DOPS, onde Lilian e

⁶⁸ Estiveram envolvidos na Operação os seguintes oficiais uruguaios: coronel Calixto de Armas, os majores José Bassani e Carlos Rossel, os capitães Glauco Yannone, Eduardo Ferro e Eduardo Ramos, e o soldado Hugo García Rivas. No lado brasileiro, além do delegado Pedro Seelig, os generais Paulo de Campos Paiva e Otávio Medeiros também estiveram diretamente ligados ao planejamento e execução dos seqüestros. Ver PADRÓS, op. cit., p. 757.

⁶⁹ Eduardo Ferro era integrante do Departamento III do Serviço de Inteligência e Defesa - SID, e também agente da Central Intelligence Agency (CIA), responsável pela coordenação e execução dos assassinatos do ex-Senador e ex-Ministro Zelmario Michelini e do ex-Presidente da Câmara dos Deputados do Uruguai, Hector Gutierrez Ruiz, na Argentina. Ver Ferri, op. cit., p. 190-191.

⁷⁰ CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Luci. **Meu quarto, minha cela**. São Paulo: L&PM, 1989, p. 12.

⁷¹ FERRI, op. cit., p. 223.

Universindo⁷² foram brutalmente torturados, inclusive por policiais brasileiros. Sobre as sevícias que sofreu, Lilian relata que

Sentes o medo nos intervalos. Nos momentos concretos só sentes dor. [...] Nesse momento o que mais te dói é a humilhação que significa estar aí, anulado, com o corpo lambuzado de merda e tremendo sem poder se controlar, tremendo sem que tua vontade possa impedi-lo. O objetivo da tortura é esse: te destruir como pessoa, que teu corpo, tua vontade, percam o controle e te sintas um montão de carne, ossos, merda e dor e medo.⁷³

À noite, dois automóveis transportaram os uruguaios à fronteira. Num carro, estavam as crianças. No outro, uma Kombi, iam os adultos, encapuzados e algemados, juntamente com três companheiros do PVP, que haviam sido trazidos a Porto Alegre para “colaborar” no operativo. Segundo Omar Ferri, advogado dos uruguaios,

nos contatos que mantivemos no Uruguai colhemos que há um consenso de que remoções e prisões como essa, objeto de nossa missão, são comumente feitas em acordo entre os segmentos de forças de segurança de países vizinhos, procedimento inadmissível onde vige o Estado de Direito.⁷⁴

Ao serem levadas à fronteira, as crianças foram entregues à Polícia uruguaia. Lilian, numa tentativa de ganhar tempo para poder salvar sua vida e a de seus filhos, conseguiu convencer os policiais sobre suas intenções (falsas, é claro) em colaborar com o regime, afirmando que teria um encontro marcado com um companheiro militante em Porto Alegre. De imediato, Lilian, Ferro e mais cinco policiais brasileiros retornaram à capital para armar uma *ratonera*, ou seja, uma emboscada.

De terça a sexta-feira, 17, que seria o dia do encontro, Lilian ficou detida no próprio apartamento, onde continuou a ser torturada, pois ali improvisaram um barril para praticar os afogamentos. Queriam outros nomes, mais informações sobre uruguaios que residiam no Brasil, para repassar ao DOPS.

Na sexta-feira, chegaram ao apartamento não integrantes do PVP, mas dois jornalistas da revista *Veja* que, através de um telefonema anônimo (de Hugo Cores),

⁷² Universindo apanhou tanto a ponto de não conseguir reconhecer seu rosto num espelho. Além dos espancamentos, foram-lhe aplicados choques elétricos e o brasileiro pau-de-arara. Cf. MARIANO, op. cit., p. 150.

⁷³ CELIBERTI; GARRIDO, op. cit., p. 13.

⁷⁴ Ferri, op. cit., p. 81.

havia sido informados sobre movimentações estranhas naquele endereço. Essa visita permitiu a posterior divulgação do seqüestro, forçando as autoridades envolvidas a encobrir o operativo com versões diversionistas, de modo a legalizar a situação dos uruguaios. A versão dada pela polícia uruguaia foi a de que os “subversivos” foram presos com material sedicioso ao tentar ingressar clandestinamente no Uruguai, em dois automóveis, via Bagé. A polícia gaúcha, no entanto, divulgou que os uruguaios saíram de Porto Alegre por vontade própria, de ônibus, para Bagé, portando documentos falsos. As divergências nas versões acentuaram-se de tal maneira que o episódio ganhou a alcunha de “a farsa de Bagé”.

Apesar dos pesares, o casal uruguaio conseguiu tornar público o seqüestro. Assim, ao invés de tornarem-se “desaparecidos”, viraram presos políticos conforme explicita Lilian Celiberti:

O desaparecimento era o principal inimigo contra quem lutar. Frente a ele, via dois comportamentos em meus captores. Os militares uruguaios me davam a entender como algo possível, pela própria forma da operação: se nos prendiam ilegalmente no Brasil, era mais fácil nos fazer desaparecer (a essa altura, já havia aproximadamente cem desaparecidos) e mais ainda se no meio estavam duas crianças que complicavam bastante as explicações do fato. Por outro lado, nos policiais brasileiros me parecia perceber, principalmente, o interesse de que nos tirassem rápido do país. Queriam se desembaraçar de nós o quanto antes, porque eram mais sensíveis às conseqüências. Não do ponto de vista humano, mas devido ao momento político do Brasil.⁷⁵

Depois da visita inesperada dos jornalistas, os executores da operação trasladaram Lilian de volta ao Uruguai. As crianças foram entregues à avó materna decorridas quase duas semanas após o seqüestro. Durante esse tempo, Camilo e Francesca foram duas crianças detidas-desaparecidas.⁷⁶ O casal esteve preso na Companhia de Contra-Inteligências, sendo posteriormente transferido para "El Infierno", como ficou conhecido o 13º Batalhão de Infantaria, base de operação do OCOA.⁷⁷ Em 1980, Lilian foi enviada a *Punta Rieles* e Universindo, ao *Libertad*. No ano seguinte, o julgamento confirmou a pena de cinco anos de reclusão para ambos.

⁷⁵ CELIBERTI; GARRIDO, op. cit., p. 15.

⁷⁶ PADRÓS, op. cit., p. 761-765.

⁷⁷ Omar Ferri afirma que, juntamente como pessoal do OCOA, atuavam oficiais do SID, Serviço de Inteligência e Defesa, e membros da chamada *Divisão 300*, cujo chefe era o Coronel Ramirez, identificado pelo nº 301, sendo dirigidos operacionalmente pelo Major Gavazzo, também chamado Oscar 1. Ver: FERRI, op. cit., p. 228-229.

No Brasil, a pedido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi montada uma CPI para investigar o caso. Tiveram seus nomes envolvidos, além do delegado Pedro Carlos Seelig, os inspetores Janito Jorge dos Santos Kepler, o "Jorjão", e João Augusto da Rosa, de codinome "Irno", o policial Orandir Portassi Lucas, o "Didi Pedalada", ex-jogador de futebol do Internacional de Porto Alegre, e a funcionária Faustina Elenira Severino, que esteve com as crianças.⁷⁸ Somente Orandir Portassi Lucas e João Augusto da Rosa foram condenados. Mesmo tendo sido reconhecido por Camilo, Seelig escapou impunemente.

A colaboração repressiva vitimou outro uruguaio, Oscar Perez. Contudo, seu caso não teve repercussão na imprensa, permanecendo restrito aos órgãos de repressão dos dois países. No entanto, um documento expedido pelo DOPS/RS confirma o intercâmbio de informações entre as ditaduras:

DOPS/RS
06/01/76
Assunto: Oscar Perez
Confidencial
PEDIDO DE BUSCA Nº 016/76/DBCI/DOPS/RS
1. DADOS CONHECIDOS
1.1. O nominado é uruguaio, sem outros dados de qualificação.
2. DADOS SOLICITADOS:
2.1. Informar se o nominado está preso na área.
2.2. Atendimento com brevidade.
2.3. Outros dados julgados úteis.⁷⁹

O retorno foi rápido e preciso, confirmando oficialmente o êxito de outro operativo de cooperação entre as repressões:

DOPS/RS / 7ª Delegacia Regional de Polícia
21/01/76

⁷⁸ Poucos dias depois do seqüestro, Faustina, através de um telefonema anônimo, entrou em contato com Omar Ferri, alertando que as crianças corriam perigo. Chamada a depor na CPI, compareceu com um olho roxo. Cinco dias depois, apareceu morta devido a um "acidente cardiovascular". Os familiares notaram que o corpo apresentava um profundo corte na parte posterior do crânio. Compareceram ao seu funeral o Governador do Estado, Amaral de Souza, o Vice-Governador, o Comandante do 3º Exército, General Antonio Bandeira, o Chefe do Estado Maior do 3º Exército, General Luiz Henrique Domingues, o Secretário de Segurança, Coronel Leivas Job, o Superintendente dos Serviços Policiais, Luiz Carlos Carvalho da Rocha, o Comandante Geral da Brigada Militar, Coronel Milton Weirich, o Diretor de Informática da Polícia Civil, Delegado Marco Aurélio Silva Reis, o Delegado Pedro Seelig, e cinquenta viaturas da polícia civil com as sirenes abertas. A funcionária foi enterrada com honras. Cf. *Ibid.*, p. 46; 125-127.

⁷⁹ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo Secretaria da Segurança Pública. Subfundo Polícia Civil - Departamento de Polícia do Interior - 7ª Região Policial - Delegacia Regional de Rio Grande - SOPS - SOPS/RG - 1.1.381.3.1.

Assunto: Oscar Perez

Reservado

INFORMAÇÃO 03/76

Em atenção ao PB [Pedido de Busca] da Referência, transcrevemos o Radiograma Nº 50/76, recebido da D.P. de Santa Vitória do Palmar, como segue:

"INFORMAMOS QUE OSCAR PEREZ FOI PRESO PELO EXÉRCITO A CERCA DE 2 MESES ATRÁS VG E ENTREGUE MEDIANTE RECIBO LOGO EM SEGUIDA A POLÍCIA URUGUAIA PT SDS - BEL. ALAMYR U. G. MADRUGA - DEL. POLÍCIA"

É a informação.⁸⁰

Ao que parece, nem tudo que ocorreu dentro do período de vigência da Operação Condor esteve ligado diretamente a ela. Os casos abaixo elencados indicam que a anulação dos limites geográficos entre Brasil e Uruguai tornou-se uma prática bastante usual entre as polícias fronteiriças. A impressão que se tem é de que essas ações ilegais aconteciam um tanto (ou talvez totalmente) à parte do sistema da Condor; aparentam ser casos meramente locais, quando muito regionais, mais próximas do que se poderia classificar como "solução de picuinhas", como este caso, ocorrido em 1979, que comprova a não-observância, por parte da polícia uruguaia, das demarcações geográficas entre os dois países: em artigo publicado na edição de 28 de fevereiro daquele ano da revista *Isto É*, o jornalista Tomás Pereira noticia a prisão arbitrária do uruguaio Asdrúbal Moreira Fontoura Cardoso.

Radicado há muitos anos no Brasil, Asdrúbal possuía um pequeno armazém na localidade de Coxilha Negra, distante oitenta quilômetros de Livramento e cerca de quarenta metros da linha divisória entre os dois países. No seu "bolicho", ele vendia mantimentos de primeira necessidade, bem como botas, tecido para bombacha e cachaça, e criava algumas cabeças de gado em suas terras.

A matéria, intitulada *Outro seqüestro: é só entrar e levar*,⁸¹ relatava que às 6h da manhã do dia 15 de fevereiro, o chefe de polícia Martín Martínez e mais cinco homens, todos armados, inclusive com metralhadoras, invadiram a casa de Asdrúbal questionando-lhe sobre onde estavam alguns animais de seu vizinho, um fazendeiro uruguaio de nome Damasco. Este lhe respondeu que não sabia onde estava o gado

⁸⁰ Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo Secretaria da Segurança Pública. Subfundo Polícia Civil - Departamento de Polícia do Interior - 7ª Região Policial - Delegacia Regional de Rio Grande - SOPS - SOPS/RG - 1.1.210.2.1.

⁸¹ PEREIRA, Tomás. Outro seqüestro: é só entrar e levar. In: *Isto É*, 28/02/1979, p. 26-27. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Pessoal Omar Ferri (APOF). Cx 1. S/ Data/ Diversos de 1965 a 1979.

do vizinho e nem onde estavam algumas reses suas, desaparecidas há alguns dias, uma vez que era corriqueiro o fato de o gado misturar-se com os dos vizinhos.

Essa fala soou aos ouvidos dos policiais uruguaios como uma confissão de culpa. O comerciante foi cercado pelos policiais, que o derrubaram e, a socos e empurrões, o colocaram dentro da viatura. Levaram-no à delegacia de Tranqueras. Segundo Tomás Pereira:

Asdrúbal foi colocado contra a parede e deixado com as pernas abertas e os braços estendidos em forma de T ["Plantão"]. Meia hora depois, quando os músculos começam a cansar e naturalmente seus braços pendiam para baixo, Asdrúbal passou a receber socos cada vez que deixava seus braços descerem. O comissário só queria saber de uma coisa: onde estavam as vacas do fazendeiro Damasco, e para isso disse a Asdrúbal que obteria a informação nem que precisasse utilizar a CAPUJA – o temido pau-de-arara brasileiro.⁸²

Como a detenção chegou ao conhecimento público, a Câmara de Vereadores da cidade entrou em sessão extraordinária e vigília cívica. A pressão política sobre as autoridades estaduais e nacionais obteve a libertação de Asdrúbal em Rivera. Entretanto, para liberá-lo, a polícia uruguaia redigiu um documento confirmando que a prisão se deu na linha divisória, o qual foi assinado por ele, por medo de sofrer mais torturas. Sua liberação se deu no dia seguinte, 16, à tarde.

O autor do artigo acima referido afirmou categoricamente que,

sempre que quiser, a polícia uruguaia pode penetrar tranquilamente em território brasileiro para prender pessoas que supostamente cometeram crimes no Uruguai. Uma prática em alguns momentos até aprovada por autoridades do lado brasileiro.⁸³

Disso decorre que, desde antes mesmo da configuração dos regimes de Segurança Nacional, havia a existência de um acordo informal entre as polícias fronteiriças que, em caso de denúncia de furto de gado, previa a livre atuação de policiais estrangeiros numa faixa de dez quilômetros a partir da linha divisória. E devido a esse acerto repressivo, é muito provável que tenha se tornado extremamente fácil e simples a atuação dessas polícias na região lindeira, pois

⁸² Ibid., p. 27.

⁸³ Ibid., p. 26.

vários outros uruguaios com visto permanente no Brasil foram presos, acusados de furto e contrabando de gado na fronteira, entre os anos de 1977 e 1978.⁸⁴

Edgar Alonso de Mendonça, dono de uma fábrica de farinha de ossos, esteve preso por um mês no Uruguai. Nessa mesma situação esteve ainda o comerciante Pedro Octávio Araújo, durante seis meses e, por um mês, ficou preso também seu funcionário, Alberto dos Santos. Outro comerciante, chamado Juan W. Proti, ficou detido por uma semana. Registre-se que todos foram torturados durante sua estada nos cárceres uruguaios.⁸⁵ Ainda, é certo que ocorreram outros casos nas fronteiras semelhantes a estes acima relatados. No entanto, não há um estudo sistematizado sobre isso ou boas fontes de pesquisa que possam fornecer dados seguros sobre essas detenções ilegais.

⁸⁴ PADRÓS, op. cit., p. 754.

⁸⁵ Ibid., p. 754 -755.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de meados do século XX, a América Latina configurou-se em caixa de ressonância dos episódios internacionais decorrentes da disputa pelo poder. Uma vertiginosa seqüência de golpes e revoluções marcou o enfrentamento entre os modelos capitalista e socialista, em benefício do primeiro, e originou ditaduras civil-militares com características peculiares em cada um dos países latino-americanos. Porém uma delas, a mais marcante, perpassou todos os regimes, conferindo-lhes importante diferenciação em relação às ditaduras conhecidas até então. A adoção, por influência norte-americana, da DSN trouxe um diferencial para os regimes que se apropriavam do poder naquele momento. Caracterizada como um conjunto de normas destinado a reger os mais variados setores da sociedade a partir da dicotomia bem X mal (respectivamente, capitalismo X socialismo), a DSN legitimou o uso do TDE contra o “inimigo interno”, pela seguinte razão:

A defesa dos interesses estadunidenses na América Latina - sua zona de influência abalada desde 1959 - levou a superpotência capitalista a considerar a política interna de cada país da região como extensão da sua política externa, ou seja, os assuntos de segurança interna desses países passaram a ser entendidos como sendo da sua segurança. Sendo assim, apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimularam a adoção da idéia de que havia uma “guerra interna” a ser enfrentada. A mesma, em função das particularidades do “inimigo interno”, da periculosidade e dos desdobramentos da ação dos mesmos, devia ser enfrentada e transformada em “guerra total”, na qual todos os fatores possíveis deviam ser colocados à disposição dos “defensores” da unidade nacional e do “mundo livre”.¹

Para a DSN, pouco interessava a nacionalidade do “inimigo interno”, pois ele era o mesmo onde quer que fosse. Era internacional. Logo, na ótica do país de origem, esse “inimigo” era sempre estrangeiro, não-patriota, servindo dessa forma como “bode expiatório” dos erros políticos, econômicos e sociais cometidos pelo governo.²

¹ PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 55-56.

² VALDÉS, Jorge Tapia. **El terrorismo de Estado.** La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur. México: Nueva Imagen, 1980, p. 226-227.

Além dos elementos internacionais, contradições internas contribuíram para a configuração das Ditaduras Civil-Militares latino-americanas de Segurança Nacional. Ou seja, esses regimes também foram resultantes da radicalização dos conflitos de classe e do avanço de projetos nacionais reformistas ou revolucionários.³ No Brasil, o Governo de João Goulart e suas “reformas de base”, após intensa propaganda anticomunista, passaram a assombrar boa parte da classe média e a maioria absoluta dos grandes capitalistas, nacionais e estrangeiros. Não tardou a interferência política dos militares, sustentada num reacionário e golpista poder civil, tradicionalmente conservador, afastando Jango da Presidência da República. No Uruguai, a crise econômica dos anos 1960 derrocou a “Suíça da América Latina”, originando um clima insustentável dentro do Uruguai, marcado por conflitos políticos e sociais. A repressão e o autoritarismo ascendentes desde o *pachecato* (pós-1968) culminariam no Golpe de Estado perpetrado pelo então Presidente civil Juan María Bordaberry, com o apoio da Forças Armadas.

Apesar da importância inegável do contexto político nacional na deflagração dos golpes, Tápia Valdés alerta que a maioria das razões apontadas como motivadoras dos golpes de Estado militares apenas

cumplen la función de fachada para ocultar las razones verdaderas de lo que está ocurriendo. Todavía más, la modalidad “tecnologista” que reviste la DSN le permite manipular y construir los hechos que van a ser utilizados como pretexto inmediato del golpe de estado. En la práctica, sin embargo, la razón es siempre una y la misma: impedir que la izquierda política tome o conserve el poder político, cualquiera sea la vía que use, y restaurar las condiciones decimonónicas de las relaciones de producción para posibilitar la aplicación de un modelo capitalista de desarrollo.⁴

Embora sejam países com trajetórias históricas diferenciadas, Brasil e Uruguai acabaram por compartilhar a experiência da Ditadura Civil-Militar. Centrando a análise no Brasil, não impressiona tanto a instalação da Ditadura em 1964, uma vez que nesse país havia certa tradição de Golpes de Estado, notadamente com participação das Forças Armadas. Isto pode ser observado a partir dos episódios de 1937, com o início e o fim do Estado Novo. Em contraposição, considerando a história uruguaia, é inevitável a novidade histórica ao assistir à queda de um país democrático numa intensa ditadura, vê-lo mergulhar em violência e repressão. O

³ PADRÓS, op. cit., p. 52.

⁴ VALDÉS, op. cit., p. 27.

rumo tomado por ambos os regimes, norteados pelo *corpus* ideológico da DSN, os faria abraçar o TDE como procedimento padrão no trato com a oposição política. A repressão que se abateu sobre esses países valeu-se da contra-insurgência para travar a “guerra interna”. Para tanto, os meios disponibilizados foram a força e a violência, estas “utilizadas sistemática e racionalmente com o intuito de aniquilar as diferenças e reestruturar a unidade política, o que foi feito em detrimento do Direito e do consenso da negociação política”.⁵

Depois de uma vertiginosa seqüência de golpes de Estado na América Latina, orquestrar-se-ia uma violenta colaboração repressiva em nível continental, a fim de eliminar a oposição política, o “inimigo interno” comum, chamada Operação Condor. Ignorando fronteiras e direitos legais, os vôos rasantes da Condor rapinaram centenas de vidas, possibilitados pelo forte intercâmbio de informações entre as inteligências nacionais e pela eficiente montagem e execução de operativos clandestinos.

Não obstante a importância dessa operação, este estudo procurou demonstrar que o estabelecimento do intercâmbio repressivo entre Brasil e Uruguai não tem nela o seu marco. Este poderia ser, mais acertadamente, a DSN, que penetrou na América Latina ainda na década de 1950 e, com o passar do tempo, permitiu aos militares e às forças policiais ignorar fronteiras e direitos legais para caçar opositores políticos.

Esse estudo teve como centro a materialização da cooperação repressiva entre Brasil e Uruguai, isto é, a prisão de brasileiros no Uruguai e de uruguaios no Brasil, através de operativos ilegais aprovados e apoiados logística e financeiramente pelas autoridades responsáveis.

A partir dos casos analisados nesta pesquisa, pôde-se deduzir que a colaboração entre as repressões de Brasil e Uruguai independeu da Operação Condor, mesmo que tenha sido por ela facilitada depois de meados da década de 1970. Isto porque, antes mesmo da configuração desse operativo, havia intercâmbio de informações e troca de favores entre as suas polícias, como demonstram as prisões realizadas em fins dos anos 1960. Ainda, essa parceria repressiva não se deu, num primeiro momento, entre países ditatoriais, pois no Uruguai vigia ainda um regime democrático, mesmo que decadente. Somente em 1973 os militares

⁵ PADRÓS, op. cit., p. 57-58.

tomariam o poder e a política uruguaia marcharia no mesmo passo fardado da política brasileira.

Pretendeu-se, no decorrer dessa pesquisa, aprofundar as análises, complementá-las, a partir da interpretação crítica das mais diversas fontes, no intuito de esmiuçar ao máximo os casos aqui apontados. Neste pequeno e rico recorte da história latino-americana, tentou-se deslindar essa espécie de integração primitiva entre Brasil e Uruguai, possibilitada pela colaboração repressiva entre os Estados e corporificada na prisão e tortura de exilados políticos em terra estrangeira.

FONTES PESQUISADAS

Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Pessoal Omar Ferri (APOF). Cx 1. S/ Data/ Diversos de 1965 a 1979.

Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo Secretaria da Segurança Pública. Subfundo Polícia Civil - Departamento de Polícia do Interior - 7ª Região Policial - Delegacia Regional de Rio Grande - SOPS - SOPS/RG - 1.1.381.3.1.

Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo Secretaria da Segurança Pública. Subfundo Polícia Civil - Departamento de Polícia do Interior - 7ª Região Policial - Delegacia Regional de Rio Grande - SOPS - SOPS/RG - 1.1.210.2.1.

BURNIER, João Paulo Moreira. Depoimento. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Luci. **Meu quarto, minha cela**. São Paulo: L&PM, 1989.

COELHO NETTO, José Luiz. Depoimento. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CORREA, Alfonso. Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales. In: **Marcha**. Montevideo, 28 nov. 1969.

COSTA, Octávio. Depoimento. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FONTOURA, Carlos Alberto da. Depoimento. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GONÇALVES, Leônidas Pires. Depoimento. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GUTIÉRREZ, Claudio. **A Guerrilha Brancaléone**. Porto Alegre: Proletra, 1999.

_____. **Claudio Gutiérrez**: depoimento [fev. 2007]. Entrevistadora: Gissele Cassol. Porto Alegre, 2007. 67,6 Mb. Entrevista concedida ao Projeto Prisão e tortura em terra estrangeira: a ruptura de fronteiras entre as repressões das ditaduras brasileira e uruguaia (1964-1985).

HÁ outro brasileiro preso em Montevideú. **Coojornal**, ano IV, n. 36, dezembro de 1978.

MENDES, Ivan de Souza. Depoimento. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PEREIRA, Tomás. Outro seqüestro: é só entrar e levar. In: **Isto É**, 28/02/1979, p. 26-27. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Pessoal Omar Ferri (APOF). Cx 1. S/ Data/ Diversos de 1965 a 1979.

QUADROS, Jânio. **Carta Luiz Barcellos**. Agradece a solidariedade e lealdade da família Barcellos. Corumbá, 7 nov. 1968. 2 p. Arquivo Pessoal Tomaz Barcellos.

REIS, Gustavo Moraes Rego. Depoimento. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul**: garantias e violações dos direitos humanos no Rio Grande do Sul (1999-2000). Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999.

SCHILLING, Flávia. **Querida família**. Porto Alegre: *Coojornal*, 1979.

_____. **Querida liberdade**. São Paulo: Global, 1980.

_____. Re: Pesquisa para dissertação [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gisselecassol@yahoo.com.br> em 3 jun. 2007.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. 3 ed. São Paulo: Globo, 1999.

SÍTIOS PESQUISADOS

A JUICIO 140 implicados en “Operación Cóndor” con la que desaparecieron 25 italianos. **El Tiempo**, Colômbia, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/internacional/europa/noticias/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR-3876411.html>. Acesso em 12 mar. 2008.

CARMO, Márcia. Presidente do Uruguai divulga detalhes inéditos da ditadura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jun. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u302510.shtml>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

GOVERNO anulará “Obediência Devida” nas Forças Armadas. **ANSA Latina**, Montevidéu, 6 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ansa.it/ansalatinabr/notizie/notiziari/uruguai/20080306182834610015.html>>. Acesso em 11 mar. 2008.

IGLESIAS, Simone. Fleury deu a ordem final, diz ex-agente. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200804.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

_____. Goulart foi morto a pedido do Brasil, diz ex-agente uruguaio. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200802.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

_____; BÄCHTOLD, Felipe. Documento prova vigilância, afirma filho de Goulart. **Folha de São Paulo**, 27 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200809.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

JUSTIÇA italiana expede mandado de prisão contra 13 brasileiros envolvidos na Condor. **Último Segundo**, [s. l.], 26 dez. 2007. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2007/12/26/justica_italiana_expede_mandato_de_prisao_contra_13_brasileiros_envolvidos_na_operacao_condor_1131966.html>. Acesso em: 12 mar. 2008.

NIELL, Paz Rodríguez. Hay casi 200 militares detenidos. **La Nación**, Buenos Aires, 24 mar. 2006. Disponível em:

<http://www.lanacion.com.ar/archivo/nota.asp?nota_id=791543>. Acesso em: 21 mar. 2007.

PIGNA, Felipe. Uruguay. Disponível em: <<http://www.elhistoriador.com.ar>>. Acesso em 21 nov. 2006.

PRESIDENCIA de la República Oriental del Uruguay. **Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos.** Disponível em: <http://www.presidencia.gub.uy/_web/noticias/2007/06/2007060509.htm>. Acesso em 11 mar. 2007.

SEITZ, Max. Justiça cancela perdão a líderes militares argentinos. **BBC Brasil.com**, Buenos Aires, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070425_argentina_videl_arg.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil; Instituto de Documentação Editora da Fundação Getulio Vargas, 1989.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: EDUSC, 2005.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: nunca mais**. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BAETA, Hermann Assis. Um regime que tortura. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987.

BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar**. Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BLIXEN, Samuel. **El vientre del Cóndor**. Del archivo del terror al caso Berríos. 3 ed. Uruguay: Ediciones de Brecha, 2000.

BOFF, Leonardo. Prefácio. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987.

CASSOL, Gissele et al. Da aflição, fez-se a luta. In: **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 2007. Revista Mix, p. 14-15.

CHAUÍ, Marilena. Um regime que tortura. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987.

CHIRICO, Selva López. **El Estado y las Fuerzas Armadas en el Uruguay del siglo XX**. Montevideo: Banda Oriental, 1985.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**. O poder militar na América Latina. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Silvio da (org.). **Concepções e formação do Estado brasileiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga. **A Redefinição do Estado Autoritário Brasileiro: a Perspectiva do Parlamento Sul-Rio-Grandense (1974-1984)**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2004.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERRI, Omar. **Seqüestro no Cone Sul**. O caso Lilian e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

FIALHO, A. Veiga. **Uruguai: um campo de concentração?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FON, Antonio Carlos. **Tortura**. A história da repressão política no Brasil. 4 ed. São Paulo: Global, 1979.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.

KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)**. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004.

KOUTZII, Flávio. **Pedaços de morte no coração**. Porto Alegre: L & PM, 1984.

MARIANO, Nilson. **As garras do Condor**. Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961: que as armas não falem**. São Paulo: Senac, 2001.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Ditadura, exílio e oposição**. Os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967). 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso.

MARTINS FILHO, João Roberto. O Estado e militarismo: revisitando as análises sobre a Ditadura Militar. In: COSTA, Silvio da (org.). **Concepções e formação do Estado brasileiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Loyola, 2000.

MORAES, Ceres. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MORAES, João Quartim de. O colapso da resistência militar ao golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. São Paulo: Unicamp, 1997.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PAIVA, Pedro Henrique. Um regime que destrói. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987.

PELLEGRINO, Hélio. Um regime que destrói. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987.

QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SEINTENFUS, Vera Maria; BONI, Luís de (Orgs.). **Temas de Integração Latino-americana**. Petrópolis, Rio de Janeiro; Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Vozes; Editora da UFRGS, 1990.

SERVICIO PAZ Y JUSTICIA. **Uruguay nunca más**. Informe sobre la violacion a los derechos humanos (1972-1985). 3 ed. Montevideo: SERPAJ, 1989.

SILVA, Celson J. da. Antecedentes históricos do processo de integração latino-americana: ALAC, MCCA, Pacto Andino. In: SEINTENFUS, Vera Maria; BONI, Luís de (Orgs.). **Temas de Integração Latino-americana**. Petrópolis, Rio de Janeiro; Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Vozes; Editora da UFRGS, 1990.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou Contragolpe?** 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **21 anos de regime militar**. Balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **21 anos de regime militar**. Balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997.

_____. 1964: golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a Ditadura Militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.

VALDÉS, Jorge Tapia. **El terrorismo de Estado**. La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur. México: Nueva Imagen, 1980.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (orgs.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

WASSERMAN, Claudia. O Império da Segurança Nacional: o Golpe Militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (orgs.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo**. O acerto de contas com os torturadores. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ANEXOS

ANEXO A – Carta enviada por Jânio Quadros a Luiz Barcellos. Página 1.



SANTA MÔNICA HOTEL

O melhor e mais confortável
Hotel do interior do Estado
Apartamentos de luxo com ar
condicionado, quartos com telefones
— e banheiros privativos —
SERVIÇO DE BAR COMPLETO
PERMANENTE

Rua Antonio Maria, 345

Fones { 2819
2477
2310

End. Telegráfico: **MONICATEL**

CORUMBÁ - MT.

Meu boníssimo amigo Luiz Barcellos.

Mraes.

Fiquei comovido com sua generosa carta, uma das mais belas e humanas que já recebi. Há cerca de um mês, estou de cama, adentado. Não do grave, mas exigindo o mais absoluto repouso. As palavras que dirigiu ao Estado, autor das "Crônicas", e as gravadas, eu guardarei como testemunho de sua fidelidade gaúcha. Você colocou bem o problema para aquele jornalista, que não pode, nem deve ignorar os fatos. Se há instante da minha vida d. qual me envergonho, e o repetiria tantas vezes quantas a coragem me assistisse, é o da renúncia à Presidência. Não nasce para as glórias do Poder formal, sem a possibilidade de exercê-lo em sua plenitude, de fazer do Poder, pelas suas honras, vantagens e facilidades, não me interessam. Ele é, e só, o meio de cumprir o dever, e quando não permite esse cumprimento para a ter um logro, como vergonhosa mentira, um ludibrio coletivo, e então o exercem, com suas vaidades e suas ambíções pessoais. Da, munição! Nasce assim, e assim espero morrer. Nem há méritos nem convicções, gorgos são naturais, como as duas pernas ou os dois braços...

Em dezembro dezoito irei a Port. Alegre para a tarde de autógrafos da "História do Povo Brasileiro", que escrevi associado ao Professor Prins. Como a mãe de Elza é de Piratini, visitarei alguns parentes no interior, e devo chegar à magnífica Santa Maria com o propósito de abraçá-lo. Se tal não ocorrer em dezembro, te-

ANEXO C – Cessão de Direitos sobre depoimento oral de Claudio Gutiérrez

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, Claudio Gutiérrez, de nacionalidade brasileira, CPF nº 29177901053 Carteira de Identidade nº 201140768755/RS domiciliado e residente na cidade de Porto Alegre, logradouro Marquês, nº 920, declaro ceder à pesquisa "PRISÃO E TORTURA EM TERRA ESTRANGEIRA: A RUPTURA DE FRONTEIRAS ENTRE AS REPRESSÕES DAS DITADURAS BRASILEIRA E URUGUAIA (1964-1985)", sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a Gissele Cassol, mestranda do Mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria (MILA/ UFSM), na cidade de Porto Alegre, em 08 de setembro de 2007, num total de 111 horas gravadas.

A entrevistadora Gissele Cassol fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como pode permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Porto Alegre, 08 de setembro de 2007.

Claudio Gutiérrez
Depoente

OBS: